

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO:
MESTRADO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**

DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS



Foto: M. J. Moraes, em 10-1999

***RIO BRANCO-AC, UMA CIDADE DE FRONTEIRA:
O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E O MERCADO DE TRABALHO,
A PARTIR DOS PLANOS GOVERNAMENTAIS DOS MILITARES AOS DIAS
ATUAIS***

**MESTRANDA: *MARIA DE JESUS MORAIS*
ORIENTADOR: *IVO SOSTISSO***

FLORIANÓPOLIS - SC, MAIO DE 2.000

MARIA DE JESUS MORAIS

RIO BRANCO-AC, UMA CIDADE DE FRONTEIRA:
O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E O MERCADO DE TRABALHO,
A PARTIR DOS PLANOS GOVERNAMENTAIS DOS MILITARES AOS DIAS
ATUAIS

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia no Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina.

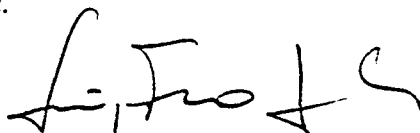
Orientador: Prof. Ivo Sostisso

Florianópolis, 2000

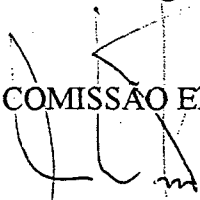
"Rio Branco – Ac, uma cidade de fronteira: o processo de urbanização e o mercado de trabalho, a partir dos planos governamentais dos militares aos dias atuais".

Maria de Jesus Morais

Dissertação submetida ao Curso de Mestrado em Geografia, área de concentração em Desenvolvimento Regional e Urbano, do Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.

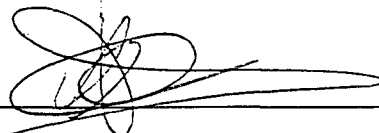


Prof. Dr. Luiz Fernando Scheibe
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia



APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM: 10/04/2000

M.Sc. Ivo Sostisso (Presidente-Orientador-UFSC)



Dr. Idaleto Malvezzi Aued (Membro-UFSC)



Dr. Elson Manoel Pereira (Membro-UFSC)

Florianópolis - 2000

Aos Mestres e Amigos
Maria Geralda de Almeida
e *José Borzacciello da Silva*
Dedico

AGRADECIMENTOS

A construção de um trabalho científico é compartilhado por vários profissionais e amigos num emaranhado de vínculos e experiências riquíssimas.

Neste sentido gostaria de expressar aqui, os meus sinceros agradecimentos às Instituições e Pessoas que colaboraram para mais esta etapa de minha trajetória profissional, consciente que este muito obrigada, é pouco para expressar minha eterna gratidão.

Nesse sentido, agradeço:

Ao meu orientador Prof. Ivo Sostisso, pela sempre presente e atenciosa orientação, compartilhando todas as etapas desta pesquisa. Mais que um orientador, mostrou-se um amigo que com segurança transmitiu novos conhecimentos e deu-me total liberdade para expressar minhas idéias e dúvidas. E, especialmente pela atenção dedicada no final deste estudo, que o tirou das férias com a família.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio e financiamento da pesquisa no decorrer destes dois anos de curso.

À Universidade Federal do Acre-UFAC, através do Departamento e Coordenação do Curso de Geografia, pela liberação e apoio durante o meu afastamento.

À Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação-UFAC, através da Prof^a. Fátima Andrade (Coordenação de Apoio à Pós-Graduação), pelo apoio durante o meu afastamento.

Aos amigos da Geografia da UFAC, pela força dos mais próximos, pelo apoio operacional, envio de dados, pelos telefonemas esclarecendo dúvidas e principalmente pela amizade, através do Profs. Sílvio Simione da Silva, Domingos J. Almeida Neto, Miriam Aparecido Bueno, Socorro Maia.

Aos amigos dos primeiros anos de trabalho no Acre Profª Maria de Arruda, Profª Socorro Maia, Profª Maria das Dores, Prof Raimundo Macedo, Prof Manoel Calaça e Prof. Raimundo Melo pela acolhida e amizade conquistada.

Ao Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Acre-SEBRAE-Ac através de Marcos Antônio G. Oliveira; à equipe do Zoneamento Ecológico Econômico-ZEE (através de Maria Geralda de Almeida) e a Secretaria Executiva de Indústria, Comércio e Turismo-SEICT através de Elias Mansour Macêdo e Sâmya E. Assis pelo fornecimento de dados.

Ao Sr. José Anchieta Batista Presidente da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Acre-CODISACRE e ao Sr. Jorge L. A. Vila Nova do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) - Federação das indústrias do Estado do Acre (FIEAC) pelo envio de dados.

Aos funcionários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE-Ac e IBGE-Sc pela paciência, procura e explicação dos dados utilizados nesta pesquisa.

Aos funcionários da Biblioteca da UFAC pela procura de Dissertação e Teses.

À Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC - Departamento de Geociências através dos Coordenadores da Pós-Graduação Profs. Leila Christina Duarte Dias (1998) e Luiz Fernando Scheibe (1999/2000).

Aos professores do Departamento de Geociências da USFC através de Ivo Sostisso, Luiz Fugazzola Pimenta, Idaleto Malvezzi Aued, Leila C. D. Dias e Margaret Afeche Pimenta, os grandes mestres que proporcionaram preciosas reflexões, e duplamente a Leila Dias, que por diversas vezes auxiliou, através da disciplina Orientação à Pesquisa Geográfica, na (re)definição da questão central deste trabalho e facilitou a busca de bibliografia com o Grupo do Rio de Janeiro.

À Marli Terezinha Costa secretária da Pós-Graduação pela eficiência, pelo auxílio nos trâmites burocráticos e nas informações pertinentes ao curso.

À Romildo Pereira (Belém-PA) pelo envio da bibliografia da Superintendia de Desenvolvimento da Amazônia-SUDAM.

À Maria Madalena e Maria do Espírito Santo (Fortaleza-Ce) pelos telefonemas de apoio quando a “peteca queria cair”.

Aos alunos de Geografia da UFAC que estão torcendo pela minha volta o mais rápido possível.

Aos colegas do Curso de Pós-Graduação pelas amizades construídas e discussões sobre os nossos trabalhos, dentre eles Márcio Moreira, Fernando Peres, Diego Rossi, Gérson da Silva, Cristina Otsuchi, Gislene Santos.

Ao grupo do Planejamento Regional e Urbano Valeska Marques, Cinara Zobot.

Aos amigos da Economia Política Marlene e Henrique.

As grandes amigas do Curso Terezinha Marcon, Márcia Regina Calegari, Heloísa Pôssas e Fabíola Cordovil que auxiliaram com discussões, sugestões, bibliografias, confecção dos mapas, pelos socorros as panes com o computador e principalmente pela amizade, que levarei como troféu para sempre.

À turma do No Stress (família Calegari, turma de Garopaba) por tornarem a Ilha tão maravilhosa e a proporção de momentos inesquecíveis.

À Socorro Lima pelo apoio, amizade e envio de material. À Sandra Videira pelas leituras e sugestões ao texto.

Ao Cleto Barbosa e Laís Cardia (os amigos do Acre na Ilha) pela leitura, discussões e sugestões deste trabalho.

As amigas amazonenses Sueli Costa, Jasylene Pena e Genoveva pelas discussões sobre Amazônia, pelas angústias superadas e pela saudade compartilhada, do “cheiro da terra molhada”.

Ao amigo Fernando Peres pelo abstract.

Ao Sérgio Calderaro pela revisão do texto.

Ao Orlando Ferreti pela confecção dos mapas, e

*À todos aqueles que de forma direta ou indireta contribuíram
à realização desta pesquisa e que por ventura a minha memória não tenha
permitido registrar neste momento.*

Enfim, a todos vocês,

Muito

Obrigada!

SUMÁRIO

Lista das Figuras	XI
Lista dos Mapas	XII
Lista das Tabelas	XII
Lista dos Gráficos	XII
Lista dos Quadros	XII
Lista das Fotos	XIII
Resumo	XV
Abstract	XVI

APRESENTAÇÃO 18**CAPÍTULO 1**
A CIDADE NA FRONTEIRA: ALGUMAS PARTICULARIDADES 25

1.1 – A Origem dos Núcleos Urbanos do Acre 25

1.2 - As Novas Cidades do Acre 44

CAPÍTULO 2
O ESTADO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AMAZÔNICO 54

2.1 – A Ação do Estado na Produção do Espaço 54

2.2 – A Expansão da Fronteira Econômica: as políticas públicas dos militares e o espaço regional acreano 58

2.2.1 – A Atuação Federal 58

2.2.2 – A Interface Federal/Estadual 74

2.3 – Desempenho das Políticas Públicas no Acre 82

CAPÍTULO 3
RIO BRANCO: A FORMAÇÃO SÓCIO-TERRITORIAL URBANA A PARTIR
DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DOS MILITARES 90

3.1 – A Cidade e o Urbano 90

3.2 – As Conseqüências das Políticas Públicas no Processo Migratório
para Rio Branco 94

3.2.1 – A Desterritorialização 94

3.3 – Crescimento Territorial de Rio Branco 97

3.3.1 – A Reterritorialização 100

3.3.2 – As áreas Residenciais Produzidas pelo Poder Público 115

3.4 – A Cidade e o Estado 119

3.4.1 – A Normatização Municipal para o Uso do Solo Urbano 121

3.4.2 – A Infra-Estrutura Econômica 125

CAPÍTULO 4
AS ATIVIDADES ECONÔMICAS DA CIDADE DE RIO BRANCO 134

4.1 – As Atividades Urbanas 135

4.2.1 – O Comércio 137

4.2.2 – A Indústria 143

4.2.3 – Os Serviços 148

4.2.4 – O Setor Informal 149

CONSIDERAÇÕES FINAIS 158

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 161

ANEXOS

LISTA DAS FIGURAS

- 01 – Localização da Área de Estudo ... 23
- 02 – Origem dos Recursos Públicos que foram Aplicados no Acre em decorrência das Políticas Públicas dos Militares ... 82

LISTA DOS MAPAS

- 01 – Amazônia: áreas produtoras da borracha e expansão do povoamento - 1914 ... 29
- 02 – Amazônia: áreas de ocorrência das seringueiras nativas ... 31
- 03 – Acre: divisão político-administrativa de 1904 ... 34
- 04 – Acre: localização dos núcleos de povoamento do início do século XX ... 35
- 05 - Acre: divisão político-administrativa de 1912 ... 37
- 06 – Acre: divisão político-administrativa de 1976 ... 45
- 07 – Acre: núcleos urbanos em 1999 ... 47
- 08 – Amazônia Legal: plano rodoviário proposto pelos militares e situação atual ... 65
- 09 – Amazônia Legal: os Pólos Agropecuários e Agrominerais – Polamazônia ... 68
- 10 – Brasil: Política Nacional de Desenvolvimento Urbano de 1975 ... 70
- 11 a – Amazônia Legal: núcleos urbanos em 1967 ... 72
- 11 b – Amazônia Legal: núcleos urbanos em 1996 ... 72
- 12 - Amazônia Legal: projetos agropecuários aprovados pela Sudam até 1985 ... 75
- 13 – Acre: rede dos transportes ... 84
- 14 - Acre: projetos de colonização dirigida ... 88
- 15 – Rio Branco: esboço da malha urbana em 1953 ... 99
- 16 – Rio Branco: evolução urbana ... 101
- 17 – Rio Branco: áreas alagáveis e dos movimentos de massa ... 110
- 18 – Rio Branco: localização dos maiores conjuntos da Cohab-Ac ... 116

19 – Rio Branco: uso do solo urbano em 1986 ... 124

LISTA DAS TABELAS

01 – Acre: população recenseada em 1940 e 1950 ... 43
02 - Acre: população rural e urbana em 1996 ... 52
03 – Rio Branco: loteamentos particulares das décadas de 70 e 80 ... 114
04 – Rio Branco: conjuntos habitacionais construídos pela Cohab-Ac ... 117
05 – Rio Branco: uso do solo urbano ... 123
06 – Distrito Industrial: estabelecimentos em funcionamento ... 145

LISTA DOS GRAFICOS

01 – Acre: setores das atividades de dependência da população economicamente ativa em 1991 ... 51
02 - Acre: evolução populacional ... 86
03 - Rio Branco: evolução populacional ... 95
04 – Rio Branco: setores de dependência da População Economicamente Ativa, de 1970 a 1996 ... 136
05 – Rio Branco: ramos e estabelecimentos comerciais em 1980 e 1985 ... 138
06 – Rio Branco: mão de obra empregada no comércio entre 1970 e 1996 ... 139
07 - Rio Branco: ramos dos estabelecimentos industriais em 1975, 1980 e 1985 ... 144
08 – Rio Branco: mão-de-obra empregada no setor industrial entre 1970 a 1996 ... 146
09 – Rio Branco: ramos e estabelecimentos industriais ... 146
10 - Rio Branco: setores das atividades da população economicamente ativa de 1970 a 1996 ... 147
11 - Rio Branco: mão-de-obra empregada nos estabelecimentos de prestação de serviços – 1970, 1980, 1991 e 1996 ... 148

12 – Rio Branco: estabelecimentos de prestação de serviços ... 149

LISTA DOS QUADROS

- 01 – Síntese das Políticas Públicas para Amazônia, no período de 1964 a 1985 ... 61
- 02 – Desdobramentos das Políticas Públicas para o Acre no Período do Governo dos Militares ... 79
- 03 – Rio Branco: distribuição dos bairros por Zona de Inundação e de ocorrência dos Movimentos de Massa ... 112

LISTA DAS FOTOS

- 01 – Aspectos das construções da população de baixa renda no Centro de Rio Branco, nas margens do rio Acre ... 108
- 02 – Vista parcial de uma rua no Bairro Preventório ... 109
- 03 - Rua Venezuela no bairro Cadeia Velha durante a maior enchente do rio Acre, em março de 1997 ... 111
- 04 – Área do calçadão da gameleira na rua Eduardo Assmar, no Centro da cidade, afetada por Movimentos de Massa ... 112
- 05 – Área comercial da rua Floriano Peixoto, bairro da Base, afetado por Movimentos de Massa ... 113
- 06 – Vista parcial da Galeria Meta no Centro da cidade. Este é um dos locais de comércio elitizado de roupas, calçados, perfumes e de algumas das lojas de franquias ... 141
- 07 – Vista parcial da Galeria Rio Shopping também no Centro da cidade. Nesta além dos estabelecimentos descritos para a Galeria Meta, existem também alguns escritórios ... 142
- 08 – Vista parcial do Mira Shopping – o mais novo local de comércio elitizado também no Centro da cidade. Este vende, como os anteriores, roupas e acessórios das marcas famosas nacionalmente ... 142

- 09 – Comércio nos arredores do Terminal Urbano de Rio Branco, na rua Benjamin Constant ... 153
- 10 – Vista parcial da entrada de passageiros do Terminal Urbano de Rio Branco, na rua Benjamin Constant, onde vê-se vendedores ambulantes com suas barracas, para venda principalmente de cigarros ... 153
- 11 – Comércio Ambulante de Rua na Quintino Bocaiúva, onde vê-se mercadorias, como roupas, bolsas e produtos eletrônicos que são trazidos das cidades bolivianas de Guayaram-Mirim-Ro, Vila Montevideo e Cobija-Ac ... 154
- 12 – Em segundo plano vê-se o Mercado dos Colonos e em primeiro barracas de comércio ambulante ... 154
- 13 – Ponto Fixo do Comércio Informal - os quiosques de lanches nos arredores do Colégio Estadual Rio Branco ... 155
- 14 – Ponto Fixo do Comércio Informal na Praça Plácido de Castro no Centro da cidade de Rio Branco ... 155

MORAIS, Maria de Jesus. **Rio Branco-Ac, uma cidade de fronteira: o processo de urbanização e o mercado de trabalho, a partir dos planos governamentais dos militares aos dias atuais.** Florianópolis, 2.000. 165p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Ivo Sostisso

Defesa: 10/04/2.000

O objetivo deste estudo é analisar o processo de urbanização de Rio Branco a partir das políticas públicas dos militares para a Amazônia; tomando como objeto de análise a Economia Política da Cidade, ou seja, a partir das variáveis: divisão social e territorial do trabalho, das relações entre capital e trabalho, natureza e sociedade, meio ambiente construído e a socialização capitalista discute-se como a cidade se organiza ou é organizada, em face da produção e como os diversos atores da vida urbana encontram seu lugar na mesma. O ponto inicial desta investigação foram as diretrizes governamentais dos militares para a apropriação capitalista da fronteira econômica da Amazônia, ou seja, a partir de 1966, ano da criação da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e do lançamento da Operação Amazônica. As intervenções dos militares (substituição do extrativismo pela agropecuária, grandes projetos minerais, hidrelétricos e redes técnicas) acelerou o processo de urbanização, que resultou no surgimento de novas cidades e no crescimento das já existentes, como Rio Branco, capital do Estado do Acre. O crescimento urbano de Rio Branco foi fruto, principalmente, do êxodo rural que se instalou no Acre a partir da substituição da economia extrativa pela agropecuária, acentuada a partir de 1970. Os migrantes que chegaram à cidade buscavam melhores condições de vida e novas oportunidades de emprego. Ao chegarem à cidade, na condição de expropriados, vão residir nos bairros periféricos, já que não podem pagar pela moradia. Estes, buscam os terrenos onde o preço da casa-terreno é mais baixo ou onde, pelo processo de invasão-ocupação encontram um lugar para viver. Os problemas imediatos deste fluxo migratório, para Rio Branco, foram o surgimento de loteamentos clandestinos, em locais onde falta todo tipo de infra-estrutura e a proliferação do mercado de trabalho informal, especialmente das ocupações ambulantes. No que diz respeito ao emprego urbano, as iniciativas governamentais se concentraram em torno da criação do Distrito Industrial de Rio Branco. Este, no entanto, não despertou interesse da frente capitalista no estado e teve pouca atuação sobre o emprego urbano, ou seja, a atividade industrial não consegue destaque sobre a mão-de-obra empregada no setor formal da economia. Portanto as conseqüências das intervenções governamentais dos militares para Amazônia foram a desorganização das atividades econômicas existentes e surgimento de novas, a instalação do processo de urbanização e construção de uma sociedade urbana.

Palavras-chave: Cidade de Fronteira; Urbanização; Mercado de Trabalho; Planos Governamentais.

ABSTRACT

The purpose of this study was to analyze the urbanization process in Rio Branco, departing from the military government's policies in Amazonia and having as the object of the analysis the city's economic policies, which means realing how the city organizes itself, or is being organized, in regard to production, and how the various actors of urban life find their place in the city. The starting point for this investigation was the miliatry government's directives for the capitalist appropriation of the economic frontier of Amazônia since 1966, the year that the SUDAM was created and the Operation Amazonas was launched. The interventions of the military (substituting the extraction of rubber for agro-busines, big mining projects, hydroelectric power plants and technical networks) let loose the urbanization process, which resulted in new towns emerging and in the growth of the already existing cities, like Rio Branco, the capital of the state of Acre. The urban growth of Rio Branco was essentially the fruit of the rural exodus that installed itself in Acre following the change from an economy based upon rubber extraction to one based upon cattle-raising in the early 1970s. The migrants that came to the city were looking for better living conditions and new opportunities for work. Upon arriving, in the worst financial conditions imaginable, they settle in the periphery since they cannot pay for their residence; they search for the places where the price of a house or a plot of land is cheapest, or where they, through the process of invasion-occupation, can find a place to live. The immediate problems resulting from this migratory flow to Rio Branco were a boom in clandestine land allotments in places with absolutely no infrastructure at all, and the proliferation of an informal urban market, especially in "walking occupations". The governmental initiatives regarding urban employment were concentrated around the creation of the Distrito Industrial de Rio Branco, but this did not arouse the interest of the capitalists in the region, and it has had little effect on urban employment, which means that the industrial activity had no great effect upon the amount of people working in the informal urban market. The consequences, for Amazônia, of the miliatry government's interventions, were a disorganization of the existing economic activities and the creation of new ones, the installation of the urbanization process and the construction of an urban society.

Apresentação

APRESENTAÇÃO

No final dos anos 60 inicia-se, nas cidades amazônicas, um acelerado processo de urbanização que foi intensificado nas décadas seguintes, com o advento dos planos de desenvolvimento e da concretização da “malha programada” (Becker, 1997 a) pelo Estado.

Esse processo de urbanização, isto é, o surgimento de novas cidades, o crescimento das já existentes e as transformações no modo de vida, está associado à apropriação capitalista da fronteira econômica pela atuação combinada do capital privado (nacional e internacional) e do Estado, na (re)criação do espaço amazônico. Ou seja, a partir da estrutura criada pelas obras e intervenções do governo federal, no período compreendido entre 1964 e 1985.

Já no final dos anos 80, verifica-se uma retração dos programas e instrumentos de integração da Amazônia, que vai ser responsável pela diminuição da estrutura de apoio aos projetos de colonização, à ação da iniciativa privada e à construção de infra-estrutura, como novas rodovias e pavimentação das já existentes.

Mas essa retração não se configura numa estagnação do processo de urbanização da região. Muito pelo contrário, a taxa de urbanização da Amazônia continua crescente, passando de 44,9% em 1980 para 55,22% em 1991 e 61,05% em 1996 (ver anexo 01).

Como também a implementação das políticas públicas dos militares, rompe com o padrão de urbanização existente na Amazônia, onde a cidade deixa de existir só na “*beira do rio*”, surgindo também na “*beira da estrada*”, como demonstram os trabalhos de Machado (1999), Oliveira (1995 a) e Ribeiro (1998). Até 1960 a maioria das cidades se localizavam nas margens dos grandes rios; já na década de 90, percebe-se que o surgimento da maioria das novas cidades acompanha a malha dos grandes projetos, concentrando-se principalmente em torno dos eixos rodoviários.

Segundo Ribeiro (1998), a distribuição dos núcleos urbanos na Amazônia dos anos 90 apresenta duas características: uma referente à condensação dos novos núcleos urbanos no sudeste do Pará, norte do Mato Grosso, centro-sul de Rondônia e norte do Tocantins. Estes estritamente vinculados à presença da rede viária, que viabilizou a implantação de diferentes projetos econômicos. E a outra prende-se ao crescimento diferenciado dos núcleos tradicionais, como as capitais estaduais, localizadas ao longo da rede fluvial, que acompanharam em graus diferenciados as transformações verificadas na região.

Rio Branco, capital do Estado do Acre, na Amazônia Sul Ocidental (Figura 01), embora não tenha recebido grandes somas de investimentos financeiros, não ficou à margem do processo de crescimento urbano verificado na Amazônia a partir da década de 70. A mesma apresentou aumento na taxa da população urbana de 42,36% em 1970, para 75,1% em 1980, e desde então tem mantido o ritmo de crescimento.

Este crescimento, verificado em Rio Branco, foi fruto do êxodo rural que se instalou no Acre a partir da substituição da economia extrativa pela agropecuária, no início da década de 70. Processo este, observado em toda Amazônia Legal, como consequência não só dos projetos agropecuários, mas também dos minerais e industriais.

Neste contexto o processo de urbanização de Rio Branco não pode ser analisado desvinculado do contexto histórico do qual está inserido, ou seja, o estudo do crescimento da cidade em si, só tem sentido na medida em que ela for compreendida nas suas relações extra-urbanas, na relação dialética entre o particular e o universal, onde um está inserido no outro, ou um se converte no outro.

Para tanto, a problemática do nosso estudo se coloca a partir do crescimento urbano das cidades amazônicas. Onde propõe-se analisar o processo de urbanização de Rio Branco a partir das políticas públicas dos militares para a região, tomando como objeto de análise a Economia Política da Cidade. A investigação, a partir da Economia Política da Cidade, significa

desvendar como a mesma se organiza ou é organizada em face da produção, e como os diversos atores da vida urbana encontram seu lugar na mesma.

Este enfoque, da Economia Política da Cidade, foi desenvolvido por Santos (1994); onde o mesmo destaca que para compreender a cidade faz-se necessário trabalhar com as seguintes variáveis: a divisão social e territorial do trabalho, as relações entre capital e trabalho, entre natureza e sociedade, o meio ambiente construído e a socialização capitalista.

Estas variáveis permeiam toda a discussão do nosso trabalho, no momento em que discutimos a lógica integracionista implementada pelo governo dos militares e os efeitos sobre a cidade de Rio Branco; bem como a produção do espaço na Amazônia, onde destaca-se a criação dos meios coletivos colocados à disposição do processo produtivo regional; como também a desterritorialização e a reterritorialização da população local e, o seu papel na produção do espaço urbano de Rio Branco.

A pergunta que norteia este estudo é ***“como e em que medida as intervenções governamentais foram responsáveis pelo elevado crescimento urbano de Rio Branco e quais as suas conseqüências no mercado de trabalho urbano?”***

Para responder esta questão fez-se necessário subdividi-la em sub-questões que deram origem aos capítulos desta dissertação, explicadas a seguir:

Para contrapor a urbanização de Rio Branco (a partir das políticas públicas dos militares) ao que existia antes elaborou-se, inspirado em Schaffer (1993), o Capítulo 1 - ***“A Cidade na Fronteira: algumas particularidades”***, onde, a partir de pesquisa bibliográfica, faz-se uma reconstituição (indispensável ao entendimento da cidade) das relações históricas mais significativas para apreender o significado das cidades na fronteira, e também compreender o processo de urbanização atual.

No Capítulo 2 – **“O Estado e a Produção do Espaço Amazônico”**, elaborado a partir da sub-questão ***“Como se articula a produção do espaço acreano, no modelo de desenvolvimento adotado para o Brasil a partir de 1964?”***, discute-se a ação do Estado no espaço amazônico/acreano, a partir das intervenções governamentais empreendidas pela “Operação Amazônica”, de 1966 e o desenrolar e continuidade da mesma.

O Capítulo 3 – **“Rio Branco: a formação sócio-territorial urbana a partir das políticas públicas dos militares”** foi estruturado a partir da reflexão do desempenho das políticas públicas para o Acre e responde a sub-questão ***“Como se configura o crescimento da cidade de Rio Branco, do ponto de vista territorial, e como os diversos atores da vida urbana vão encontrando o seu lugar na mesma?”***.

Esse capítulo enfatiza a formação sócio-territorial de Rio Branco, ou seja, a expansão da área construída e as estratégias de moradia da população expropriada do campo, assim como a ação do Estado na normatização do uso do solo urbano e na implementação da infra-estrutura econômica e sócio-cultural.

No Capítulo 4 – **“As Atividades Econômicas de Rio Branco”** discute-se a sub-questão ***“Como se comporta o mercado de trabalho de Rio Branco a partir das políticas públicas? E que atividades econômicas se instalam, induzidas ou não pelas intervenções estatais?”*** Essa é abordada através de dados censitários. Assim, através da análise destes dados são traçados o perfil econômico e a evolução da mão-de-obra empregada no setor formal da economia da cidade de Rio Branco.

Na quinta parte, são apresentadas as considerações finais, onde avalia-se o resultado das políticas públicas para o crescimento urbano de Rio Branco, tanto do ponto de vista do mercado de trabalho, como da organização da cidade a partir das intervenções governamentais.

A elaboração da presente pesquisa baseou-se em levantamentos bibliográficos (teses, livros, dissertações, jornais, planos econômicos etc.) não só sobre a incorporação econômica da fronteira amazônica, como também sobre a cidade de Rio Branco e sobre a vida urbana.

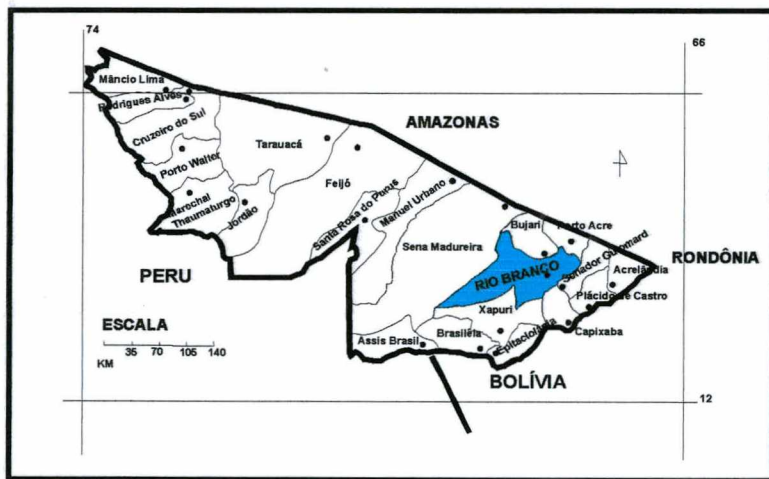
Além da pesquisa bibliográfica foi realizado um levantamento de dados estatísticos no IBGE (Censos Demográficos – Mão-de-Obra e Migração -, Industrial, Comercial).

Fez-se também um levantamento de dados das atividades econômicas do Acre no Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas do Acre-SEBRAE-Ac, na Secretaria Executiva de Indústria, Comércio e Turismo-SEICT do Governo do Estado do Acre; na Federação das Indústrias do Acre-FIEAC e na Companhia de Desenvolvimento Industrial do Acre-CODISACRE. Pesquisou-se também na Fundação Nacional de Saúde-FNS (para os dados populacionais nos bairros) e Cohab-Ac acerca dos conjuntos habitacionais.

O levantamento dos dados estatísticos auferiu uma maior precisão às análises efetuadas, explicitando a realidade que se delineava.

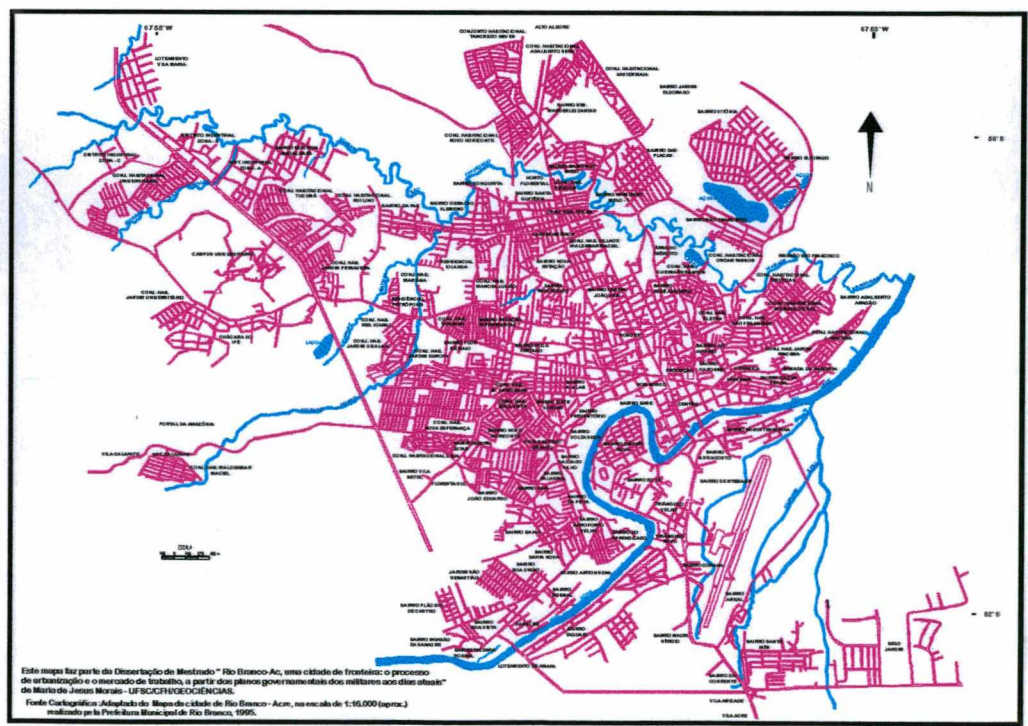
Figura 01 - Localização da Área de Estudo

BRASIL POLÍTICO

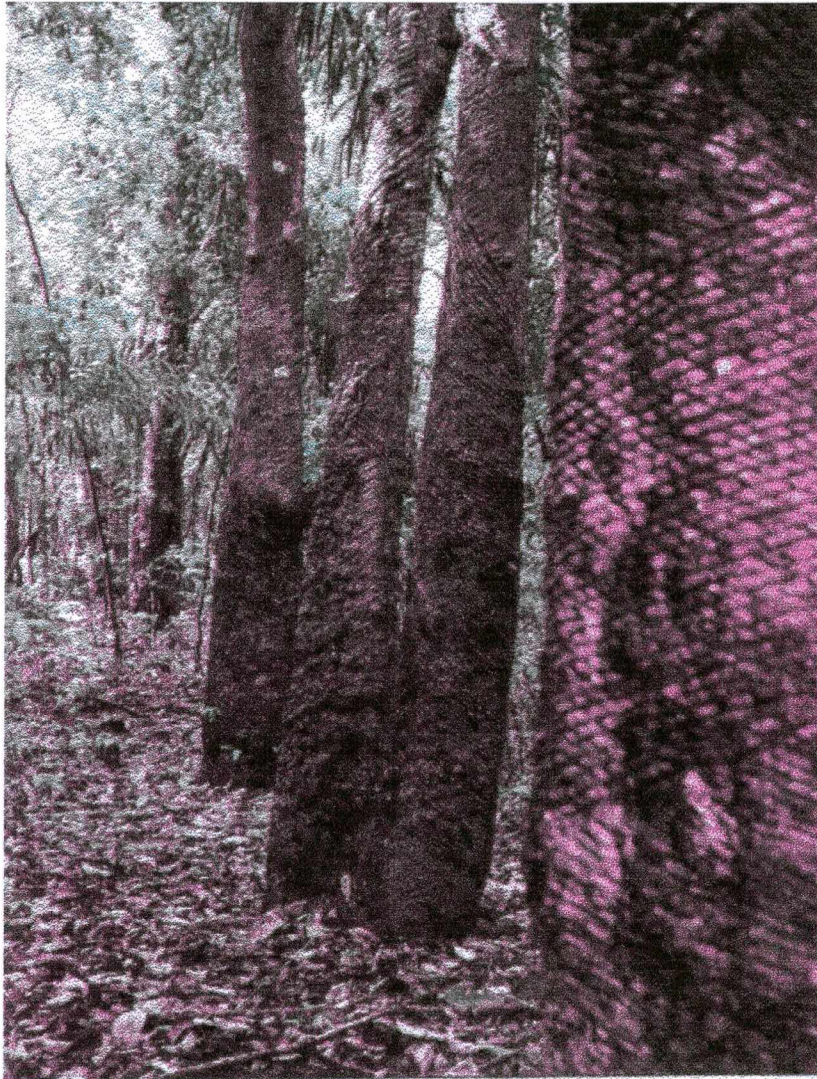


ACRE POLÍTICO

MALHA URBANA DA
CIDADE DE
RIO BRANCO - ACRE



Árvore de Seringueira Após o Corte para Extração do Látex



Capítulo 01

CAPÍTULO 01

A CIDADE NA FRONTEIRA: ALGUMAS PARTICULARIDADES

O termo fronteira é aqui utilizado não no sentido de limite político internacional, mas sim como movimento de povoamento e colonização. A fronteira é vista como o espaço do encontro de sociedades e culturas diferentes, como os “povos civilizados” e os “povos indígenas”. É também o lugar de contato entre o “ultrapassado” e o “moderno” (Martins, 1997).

As cidades nestas áreas, além de criadas para serem sedes administrativas de uma unidade política, ganham o caráter estratégico do “*avanço territorial*” (Schaffer, 1993) na demarcação dos limites entre os povos, e não têm só a dimensão em que o campo pode transferir para as mesmas o excedente alimentar (Singer, 1998a). Isto é, têm a dimensão da origem militar, das linhas-limite da soberania de um Estado Nação, o que as confere peculiaridades decorrentes da sua posição geográfica, que são concretizadas na funcionalidade das mesmas.

Estas particularidades da cidade na fronteira é o que veremos neste capítulo, visando identificar o papel das mesmas no processo de urbanização do Acre e como se sobressai Rio Branco, a capital do estado, em termos econômicos e políticos, no contexto das cidades acreanas.

1.1 - A Origem dos Núcleos Urbanos do Acre

Os primeiros núcleos de povoamento no Acre são consequência da frente de expansão¹ empreendida na Amazônia a partir do final do século passado.

¹ A frente de expansão diz respeito à expansão territorial pelo deslocamento populacional, em direção a áreas ainda não devastadas pelo capital. Esta é uma expansão do povoamento baseada em relações mercantis, dotada de conflitos com os habitantes locais e sem intervenção direta do Estado (Martins, 1997).

Este era um período de grandes invenções técnicas² e intensa demanda no mercado internacional pela borracha, a matéria-prima indispensável à nascente indústria da Europa e Estados Unidos.

Os membros da frente de expansão foram os migrantes nordestinos. Estes, “*expulsos*” de uma estrutura agrária excludente na sua região de origem, assolados pela seca e “*atraídos*” pela valorização da borracha no mercado internacional, foram penetrando o vale do Amazonas e seus afluentes, apropriando-se das terras onde havia árvores gumíferas e expulsando a população indígena.

Os rios foram os caminhos de entrada dos primeiros nordestinos a ocuparem as terras amazônicas. Durante décadas consecutivas, foram as principais vias de transporte e comunicação entre os núcleos de povoamento ou urbanos, daí a explicação para a maioria das cidades amazônicas estarem situadas às suas margens. As primeiras margens de rios a serem ocupadas foram aquelas próximas à cidade de Belém, depois do rio Madeira e mais tarde do Purus-Acre e Juruá – os “*rios da borracha*”-, por serem áreas de maior densidade de seringueiras e, também, por possuírem as de melhor qualidade (a *Hevea brasiliensis*³), conhecida regionalmente como a do “*tipo Acre*” .

² A borracha natural já era usada há muito tempo pelos índios, para iluminação de suas casas, impermeabilização de suas roupas e na confecção de calçados. Mas, só se tornou conhecida no mundo europeu, a partir das expedições científicas, empreendidas no século XVIII, com objetivo de descobrir novos produtos que pudessem servir de matéria-prima à indústria. Charles Marie de La Condamine foi um destes cientistas que “*descobriu*” novos produtos. O mesmo enviou do Equador um comunicado lido na Academia de Ciências de Paris no ano de 1736, onde relatava as principais propriedades da *Hevea brasiliensis* (a seringueira). A partir daí iniciaram-se experimentos visando uma melhor elasticidade e impermeabilidade da borracha, o que foi conseguido em 1839, por Charles Goodyear. Este, pelo processo de vulcanização, a tornou mais resistente e flexível, independentemente das oscilações de temperatura ou clima.

A borracha passou então a constituir-se matéria-prima essencial para o desenvolvimento do maquinário industrial, pois era a mais adequada para diminuir os impactos e fazer as ligações entre peças de metal e no encapamento para cabos telegráficos e outros fios elétricos. Em 1888 Dunlop inventou o pneumático e em 1895 apareceu o automóvel. A partir daí, com a popularização da bicicleta e do automóvel, o mercado da borracha amazonense expandiu-se, tendo ocorrido a primeira crise por volta de 1912 em função da concorrência da borracha de cultivo da Ásia (Costa, 1974; Gonçalves, 1998; Machado, 1989; Martinello, 1988; Rancy, 1992; Wolff, 1998).

³ Existem outras espécies de *hevea*, a *benthamiana* e a *guianensis*, que predominavam nos afluentes da margem esquerda do Amazonas, mas a mais produtiva é a *brasiliensis* encontrada nos Vales do Purus-Acre e Juruá (Gonçalves, 1998).

As vias fluviais serviram então de rotas para a ocupação da fronteira (porque eram as únicas vias para pessoas e mercadorias circularem dentro da floresta tropical), funcionando como “*entrada*” para os migrantes e, “*saída*” ou escoamento das riquezas produzidas pelos seringueiros, ao longo de aproximadamente três décadas.

O povoamento decorrente desta frente de expansão processou-se de forma linear, localizado quase sempre às margens dos rios. O mesmo era disperso nas colocações⁴ e nucleado junto ao barracão⁵. O caráter dispersivo era devido à composição de várias colocações, com várias estradas de seringa e poucos seringueiros no seringal⁶. E era nucleado porque em torno do barracão existia uma concentração de casas (onde viviam os que trabalhavam no seringal e não eram seringueiros, como o guarda-livros⁷, os comboeiros, o capataz, o mateiro, o piqueiro, o caçador e pescador), o que daria origem mais tarde às cidades e vilas.

Os povoados que foram surgindo nos locais sedes de seringais, nos vales dos rios Madeira, Juruá e Purus e os revigorados⁸, serviram de apoio à produção da borracha. Estes locais eram entrepostos comerciais da borracha, ou seja, pontos de concentração e de escoamento da produção gumífera.

Segundo Dias (1977), estes núcleos eram:

⁴ **Colocação:** corresponde à unidade produtiva do seringal que era explorada pelo seringueiro, formada em geral por três “*estradas de seringa*”, que é o conjunto de “*madeiras*” (seringueiras) situadas dentro da “*mata*” (floresta), começando e terminando no tapiri (casa do seringueiro) (Rancy, 1992 e Rego, 1992).

⁵ **Barracão:** local sede do seringal onde os produtos eram armazenados e onde era marcada a dívida do extrator que ali, compulsoriamente, se abastecia. Era também o local de residência do seringalista e de seus auxiliares diretos (Rancy, 1992; Oliveira, 1983a; e Silva, 1999).

⁶ A origem do termo **seringal**, segundo Costa (1974: 32), é decorrente da descrição realizada por La Condamine, quando se refere a utilização da borracha pelos índios: “**as botijas em formato de pêras, ..., nas quais adaptam-se tubos de madeira. À pressão daquelas espelhe-lhes o líquido pelo tubo, como se fossem seringas**”. A partir de então a *Hevea* ficou sendo seringa, seringal a floresta onde ela se encontra e seringueiro o seu extrator.

⁷ O guarda-livros era o “homem letrado” que marcava a dívida do extrator e toda a movimentação financeira no seringal, nos dias atuais teria a mesma função do contador.

⁸ Os **núcleos urbanos** já existentes e que foram revigorados com o extrativismo da borracha natural foram, dentre outros: Belém, Santarém e Óbidos no Pará, Manaus, Itacoatiara e Parintins no Amazonas (Corrêa, 1987 e Machado, 1989).

“em suas origens, pontos de comércio, por serem sedes de seringais. Todos ribeirinhos, em confluências de rios. Em terra firme ou em várzea alta, constituíram-se, naquela época em pontos ideais para concentração da produção de borracha de uma pequena bacia hidrográfica, subsidiária dos grandes eixos transversais ao Amazonas”.

Os principais núcleos urbanos, que surgiram em decorrência da exploração da borracha, foram, dentre outros os seguintes: Oriximaná, na bacia do Amazonas, Codajás e Benjamim Constant na bacia do Solimões, Manicoré e Humaitá na bacia do rio Madeira; Canatuma, Lábrea, Boca do Acre, Empresa (atualmente Rio Branco), Xapuri, Brasília (atualmente Brasiléia) e Sena Madureira na bacia do Purus-Acre; e Caraurari, Eirunepé, Feijó, Tarauacá e Cruzeiro do Sul na bacia do rio Juruá (Corrêa, 1987; Oliveira, 1995a e Machado, 1989) (Mapa 01).

Estas cidades são fruto da expansão territorial do capital, através da exploração do látex em um momento específico e dentro da lógica da procura de matéria-prima pela indústria dos *“países centrais”*, assim denominados porque eram os países responsáveis pelo processo de industrialização.

Estes núcleos urbanos ou de povoamento se diferenciam dos primeiros surgidos na Amazônia. Os primeiros foram evoluções das vilas⁹ e fortificações que, segundo Corrêa (1987), surgiram - como em outras regiões brasileiras - para servirem de defesa (face às pretensões estrangeiras), ponto de penetração e conquista do território. Estes papéis foram desempenhados por Belém e Manaus por aproximadamente três séculos.

Entretanto, as fortificações e vilas, segundo Machado (1989, 1999), nada tiveram a ver com a *“gênese do urbano na região”*. Este processo só iniciava-se com o surgimento das primeiras cidades¹⁰ em decorrência da exploração do *“leite da seringueira”*, a partir da segunda metade do século XIX.

⁹ As vilas no Brasil dão início à condição formal de cidades. Nestas normalmente existem alguns equipamentos do Estado, como posto policial, posto de saúde, escolas.

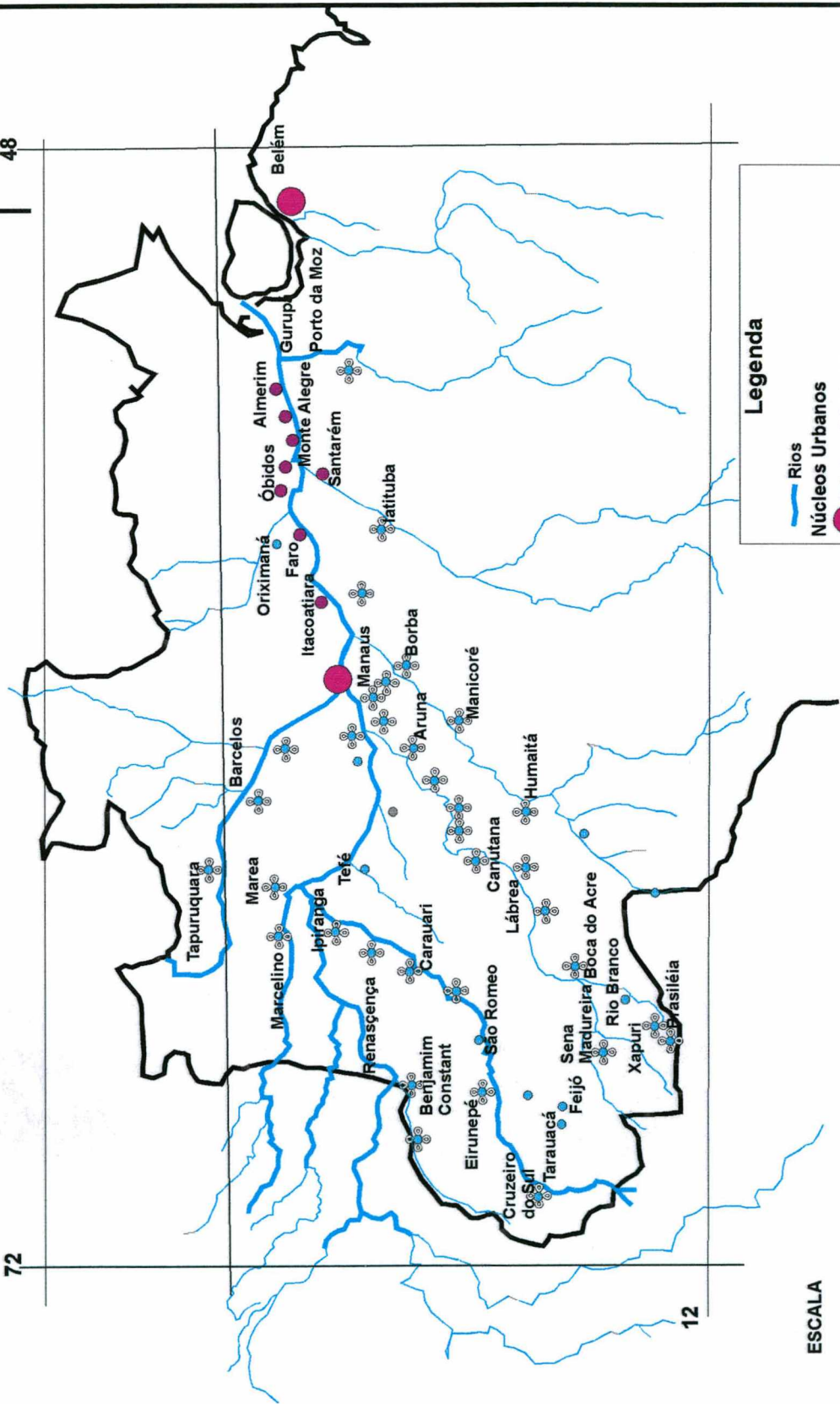
¹⁰ A Cidade é aqui entendida enquanto local formado social e economicamente por uma concentração populacional não agrícola, da gestão política e financeira do Estado e do mercado, associada à função administrativa e dotada de serviços sociais (Singer, 1998a; E. Spósito, 1994 e M. E. B. Spósito, 1999).

Mapa 01 - Amazônia: áreas produtoras da borracha e expansão do povoamento - 1914

48



72



Legenda

- Rios
- Núcleos Urbanos
- Núcleos Principais
- Núcleos Secundários
- Núcleos Pioneiros
- Principais Pontos de Coleta da borracha

ESCALA

100 200 300Km

Fonte: modificado de Machado (1989), por M. J. Morais.

12

Estas cidades ou núcleos urbanos na fronteira, segundo Oliveira (1995a: 57), **“surgem para atender as funções do comércio, da administração, como fatores de atração e distribuição da força de trabalho e recentemente como suporte dos Grandes Projetos”**, como os rodoviários, hidrelétricos e minerais.

No Acre, temos mais uma particularidade quanto ao surgimento dos primeiros núcleos urbanos. Estes não surgiram só como uma consequência econômica ou da evolução natural de povoados, mas pela **“necessidade de atender a uma exigência político-administrativa que possibilitasse assegurar o território que, militar, política e diplomaticamente havia sido conquistado da Bolívia”** (Rancy, 1992: 138).

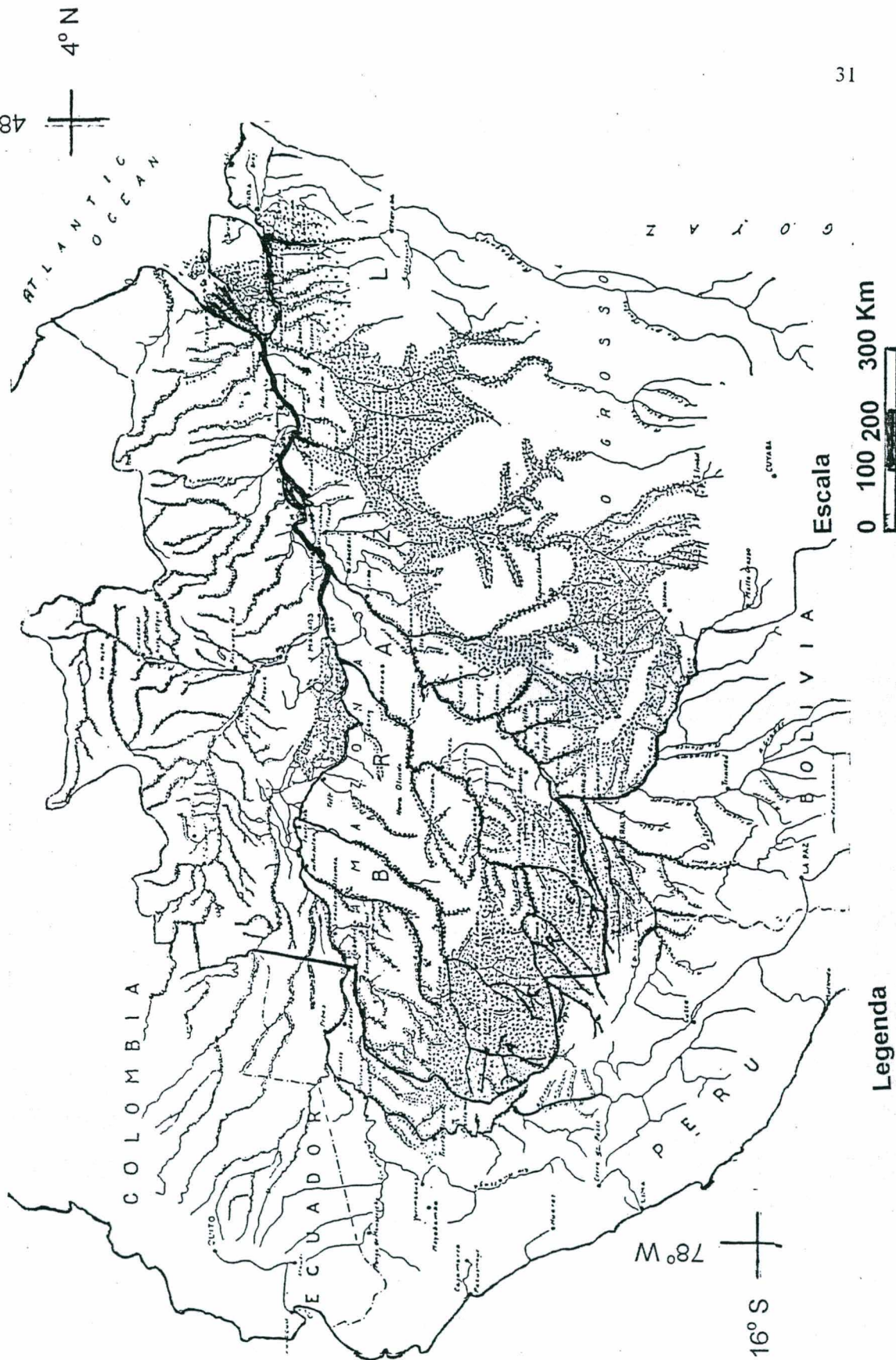
Vale destacar que a conquista do Território do Acre foi motivada, primeiro, pelo grande potencial de área fornecedora de borracha, como podemos observar no mapa 02.

Conforme Valverde Apud Silva (1999: 160),

“... das principais áreas de ocorrência da seringueira, o Acre, constituía-se na mais rica reserva da Amazônia, daí sua ocupação, praticamente integral pelas frentes de povoamento nordestina, submetida pela frente pioneira de extração vegetal que caracterizou o momento áureo da economia da borracha, desde o final do século XIX”.

E segundo, pela expansão do povoamento decorrente da frente de expansão, pois enquanto os nordestinos penetravam nos vales dos rios Purus e Juruá, a Bolívia despertava para a quantidade de borracha extraída da região que lhe pertencia e estava ocupada por brasileiros. Este processo, nesta região, gerou uma **“fronteira móvel”** entre Brasil, Peru e Bolívia, conforme denomina Machado (1989). Ou seja, os limites demarcados no passado não eram (re)conhecidos nem respeitados pela população da frente de expansão.

Mapa 02 – Amazônia: áreas de ocorrência das seringueiras nativas



A Bolívia, diante desta penetração de seringueiros nos vales dos referidos rios, exige do governo brasileiro o cumprimento do Tratado de Ayacucho (de 1867), que definia esta área como “*território incontestavelmente estrangeiro*”, o que só fora resolvido em 1903 com a assinatura do Tratado de Petrópolis¹¹, o qual foi baseado no princípio de *uti possidetis*, ou seja, são brasileiras as terras efetivamente ocupadas por brasileiros (Pereira, 1945).

O Tratado de Petrópolis põe fim à “*questão acreana*” e define a fronteira entre Brasil e Bolívia e, em 1909, um outro Tratado define a fronteira com o Peru, também baseado no princípio de *uti possidetis*, concluindo assim a delimitação da fronteira acreana com os países limítrofes.

A exploração do látex foi, então, responsável pela anexação definitiva do Acre ao Brasil e, também, pela institucionalização das primeiras cidades. Isto é, após a assinatura do Tratado de Petrópolis é criado o Território do Acre e instituída a sua primeira organização político-administrativa, através do Decreto Federal nº 5.188 de 17 de abril de 1904. Através deste decreto, o Território do Acre é dividido em três Departamentos (Alto Acre, Alto Juruá e Alto Purus), que passaram a ser administrado, independentemente, pelo Governo da União (Mapa 03).

Com esta divisão administrativa foram instituídos os primeiros núcleos urbanos da região, sendo que alguns já surgiram como cidades (Empresa, Cruzeiro do Sul e Sena Madureira), enquanto outros como vila (Brasília, Xapuri, Tarauacá e Feijó).

A origem destes núcleos é essencialmente consequência da expansão do povoamento e da exploração do látex sobre os vales amazônicos, que gerou o conflito com a Bolívia. Mas a criação/institucionalização destes

¹¹ A questão ou revolução acreana, como é conhecido o conflito que definiu a fronteira internacional entre Brasil, Peru e Bolívia, inicia-se em 03/01/1899, quando o governo boliviano fez sua primeira tentativa de tomar posse do território, fundando um posto aduaneiro em Puerto Alonso (hoje Porto Acre) e instituindo um governo local. Os seringueiros brasileiros protestaram e o espanhol Luiz Galvez Gonçalves Aria, que estava na região, declarou o Estado Independente do Acre em 14/07/1899. Em 1901 a Bolívia arrenda o território ao *The Bolivian Syndicate of New York*. Em 1902 inicia-se a luta armada (com vitória dos brasileiros) que só terminou em 1903 com a assinatura do Tratado de Petrópolis. Para maiores esclarecimentos ler Costa (1974); Cunha (1986); Guerra (1955); Machado (1989); Mello (1990); Rancy (1992).

núcleos deu-se por circunstâncias administrativas e não pela elevação natural de povoações.

Estes núcleos, conforme declaração do jurista José Moreira Brandão Castelo Branco, só conhecem princípios de crescimento e desenvolvimento a partir da instituição da administração pública e seus órgãos, ou seja, "***se não fosse a iniciativa governamental, não existiria uma só dessas cidades***", dado o seu fraco dinamismo econômico (Guerra, 1955: 81).

Das 22 cidades que compõem o Acre atualmente, sete tiveram sua fundação efetivada após a instituição do Território em 1904, a saber:

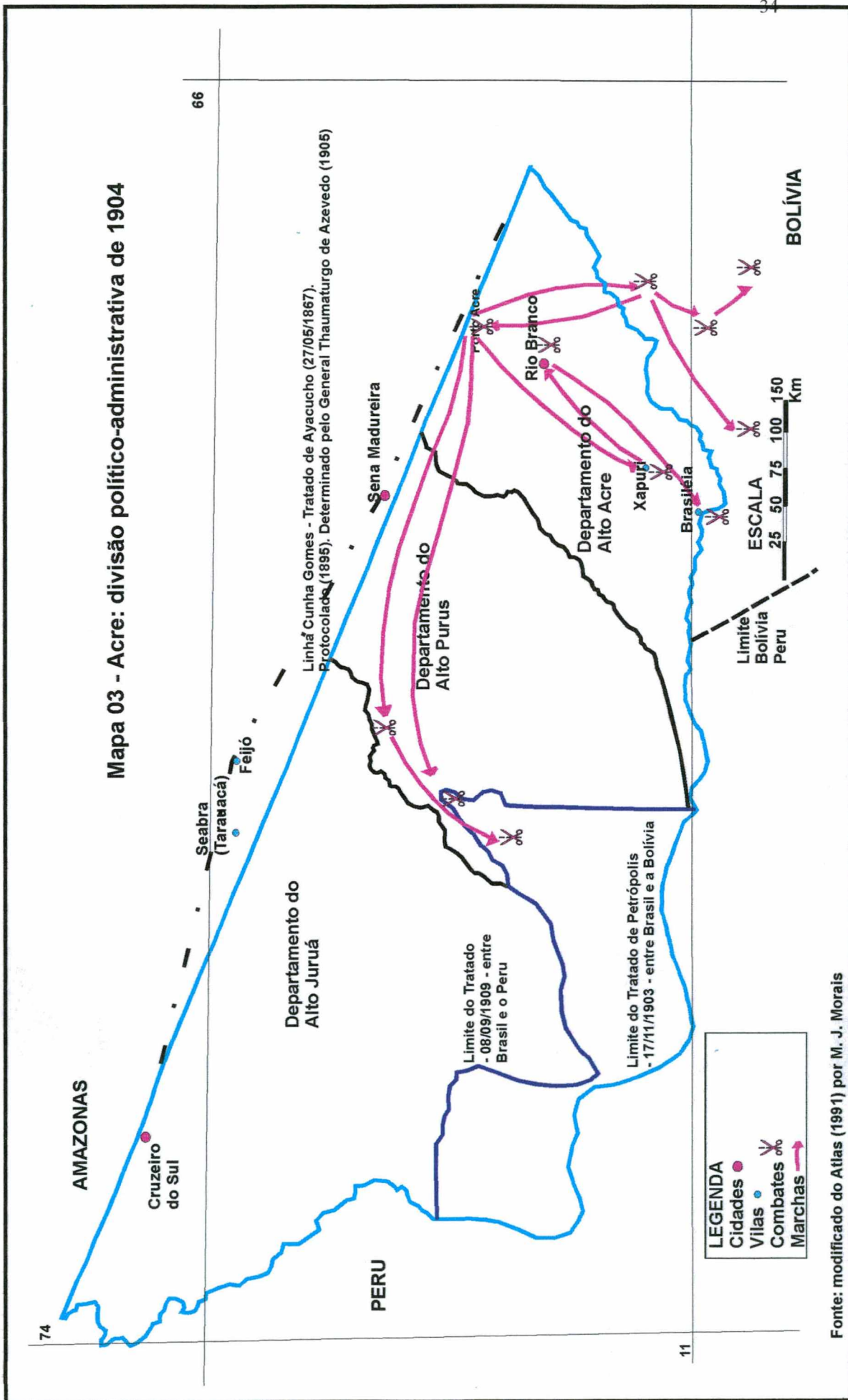
1 - O povoado que deu origem à cidade-sede do Departamento do Alto Acre - Empresa (atualmente Rio Branco), incluía a região de Brasília (atualmente Brasiléia) e Xapuri. Este departamento foi sede do seringal de propriedade de um migrante cearense, que lá chegou em fins do século passado. Em 22 de agosto de 1904, Empresa foi elevado a categoria de vila e em 07 de setembro do mesmo ano à cidade (Estado do Acre, 1974; Lima, 1986; Rancy, 1992 e Silva, 1986).

2 - A cidade-sede do Departamento do Alto Purus, Sena Madureira, também foi criada em 1904 no povoado do seringal Santa Fé, que foi escolhido em função da sua posição geográfica de confluência de rios e ponto terminal da navegação fluvial permanente.

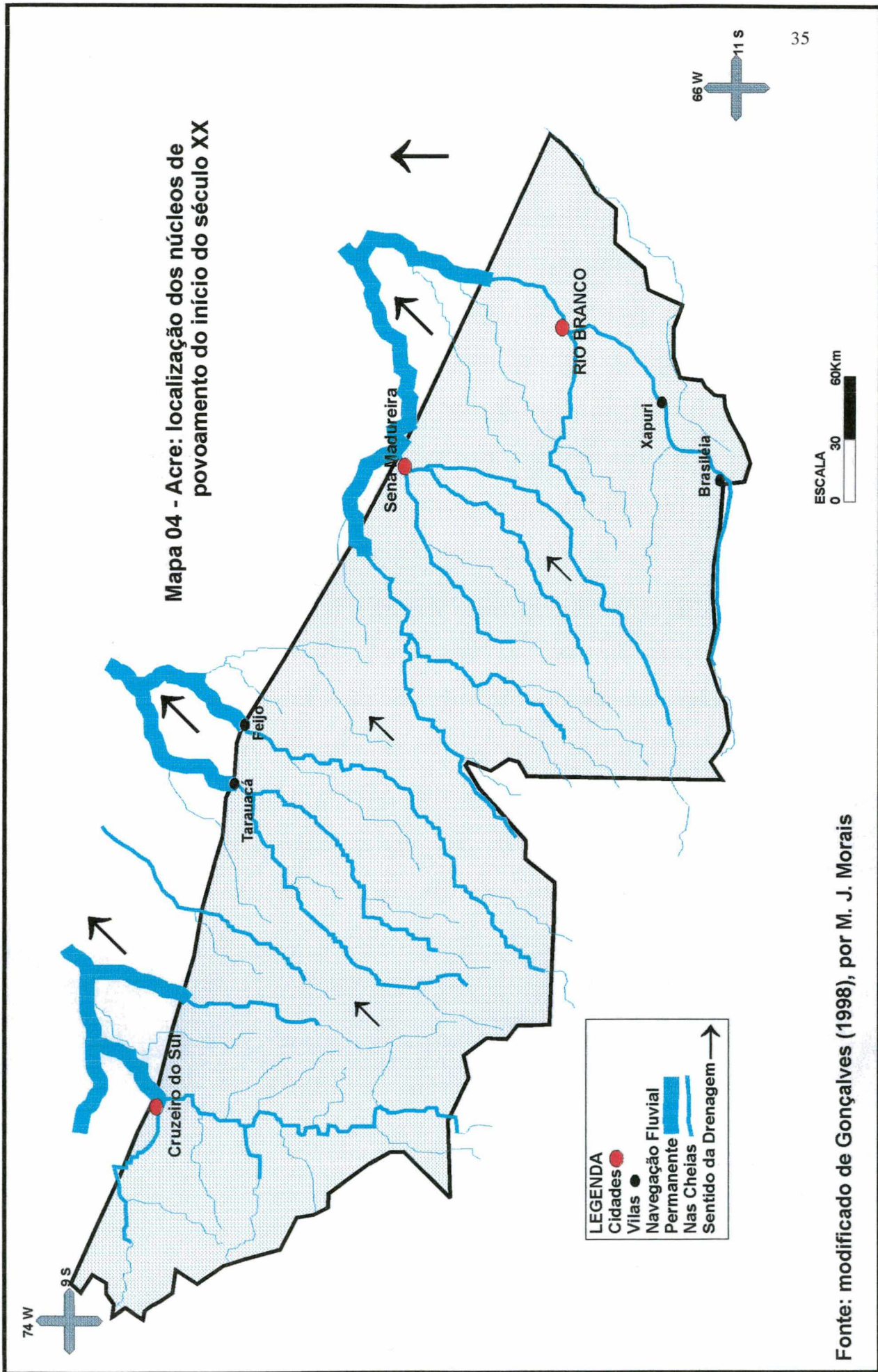
3 - Já o Departamento do Alto Juruá, com metade da superfície do Território acreano, tinha como sede a cidade de Cruzeiro do Sul. A mesma foi sede do seringal Centro Brasileiro adquirido pelo Governo da União para estabelecimento deste departamento.

Os núcleos urbanos escolhidos para alojar as sedes departamentais o foram por serem estratégicos do ponto de vista econômico, uma vez que estavam localizados na confluência de grandes rios, em pontos terminais da navegação permanente e de convergência de produção (Mapa 04). Todos os núcleos foram sedes de seringal, ou seja, centros compradores de borracha e distribuidores de bens de consumo.

Mapa 03 - Acre: divisão político-administrativa de 1904



Fonte: modificado do Atlas (1991) por M. J. Morais



Fonte: modificado de Gonçalves (1998), por M. J. Morais

Além destes três núcleos que nasceram como cidade foram instituídas as seguintes vilas:

4 - Brasiléia: localizada no alto rio Acre faz fronteira com Cobija na Bolívia. Originou-se do seringal Carmem, Belmonte e Bahia, ocupado por brasileiros no final do século passado. A sua condição de vila em 1910 surgiu como necessidade de alojar autoridades judiciárias que desenvolviam atividades na região¹².

5 - No local onde encontra-se a atual cidade de Xapuri existia a antiga povoação boliviana denominada Mariscal Sucre ou Território das Colônias. Localizada na confluência dos rios Acre e Xapuri foi elevada à categoria de vila em 1904, e cidade em 1905; a mesma foi palco de luta armada entre brasileiros e bolivianos.

6 - Tarauacá, como as demais cidades acreanas do início do século, surgiu de um pequeno aglomerado no seringal Foz do Rio Moru. Nasceu como Vila de Seabra em 1907, e em 1912, com a nova divisão administrativa do Acre, passou à categoria de cidade e sede do Departamento de Tarauacá.

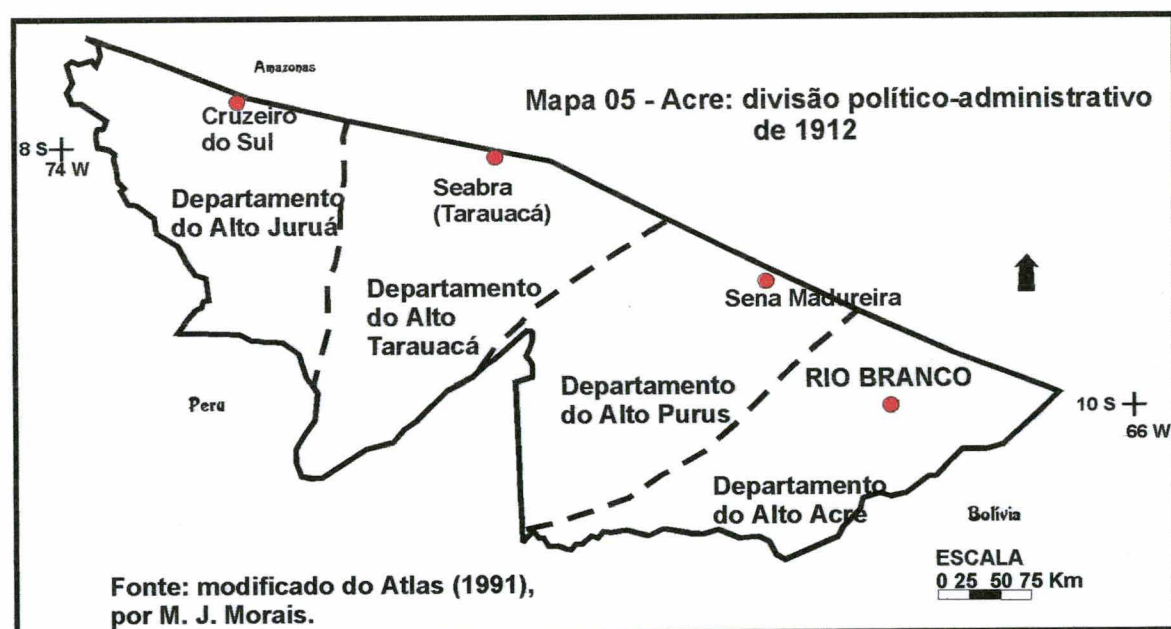
7 - A atual cidade de Feijó desde 1880 vinha sendo desbravada por nordestinos, o que originou o seringal Porto Alegre. A mesma foi elevada à categoria de vila em 1906, e só em 1938 foi elevada à condição de cidade.

Em 1912, foi dada uma nova organização administrativa ao Acre, com a institucionalização de cinco municípios: Juruá, com sede em Cruzeiro do Sul, no Departamento do Alto Juruá; Tarauacá, com sede em Seabra (hoje Tarauacá), no Departamento do Alto Tarauacá; Purus, com sede em Sena Madureira, no Departamento do Alto Purus; Rio Branco e Xapuri, no Departamento do Alto Acre (Mapa 05).

¹² Hoje, Brasiléia ganha outra particularidade, que é a proximidade com a cidade de Epitaciolândia e a cidade boliviana de Cobija. Esta proximidade forma o que Schaffer (1993: 20) chama de "**pares de cidades**", isto é, as três cidades possuem uma continuidade na malha urbana, apesar das pontes que as separam, e também possuem interações econômicas e sociais. O comércio nesta área é a atividade mais sensível à influência da fronteira. Este, sofre a influência da variação cambial, o que vai determinar quem são os vendedores e os compradores.

A cidade de Cobija é capital do Departamento do Pando e possui o maior centro educacional de nível superior nesta área. E é nesta que os estudantes de Brasiléia e Epitaciolândia buscam o terceiro grau, tanto em nível de graduação como de pós-graduação.

Este sistema administrativo de prefeituras departamentais permaneceu até 1920 quando, por decreto presidencial, foram extintos os departamentos, sendo unificados todos os municípios sob um só governo. Naquela oportunidade, a cidade de Rio Branco foi escolhida para sede e elevada à categoria de capital do Território Federal do Acre, e capital de Estado a partir de 1962 (Bezerra, 1993 a).



Nesta fase político-administrativa do Acre Departamento, as cidades e vilas alcançaram um relativo progresso, incrementado pelas condições financeiras que possibilitaram melhorias em diversos setores da cidade. Isto significa dizer que a presença de funcionários da justiça e da administração pública, com outra formação intelectual, motivou melhorias no nível sócio-cultural da cidade, como a criação de jornais, cinemas, teatros, loja maçônica (Rancy, 1992). Mas este progresso alcançado pelas cidades acreanas foi bastante inferior ao das duas maiores cidades, Belém e Manaus, revigoradas com a borracha natural.

Com a unificação administrativa todos os órgãos públicos da administração federal passam a localizar-se em Rio Branco, como também há transferências das seguintes entidades de outras cidades: como o Tribunal de Apelação, a Administração dos Correios e Telégrafos e a Seção da Justiça Federal. Esses fatos vão consagrar Rio Branco como centro administrativo.

Em termos de paisagem urbana, a cidade de Rio Branco se dividia entre o “centro”, que abrigava as casas comerciais, o porto e as melhores residências, e a “periferia”, onde vivia a maior parte da população de baixa renda.

O bairro Empresa, na margem direita do rio Acre¹³, concentrava o comércio (realizado por sírios-libaneses e portugueses) que abastecia os seringais, enquanto Penapólis, na margem esquerda do rio, por possuir as terras mais altas, não sujeitas às inundações, concentrava todos os órgãos da administração pública (Guerra, 1955).

Alguns serviços urbanos são instalados a partir de 1910, como a Estação de Rádio em 1911, e posteriormente a usina elétrica e a delegacia de polícia. Edifícios públicos também foram construídos, como o Departamento de Geografia e Estatística, o Departamento de Educação e Saúde, o Banco do Brasil, em 1928, e o Instituto Educacional Getúlio Vargas. E no sentido de dotar a cidade de um arruamento simétrico realizou-se o primeiro traçado e pavimentação das ruas.

Durante anos, as vilas e as poucas cidades continuaram com as mesmas funções para as quais haviam sido criadas, ou seja, representação do poder público, base para circulação de produtos extrativos para exportação e dos produtos alimentícios que vinham de Belém e Manaus.

As cidades possuíam uma infra-estrutura urbana e econômica rudimentar, decorrente do tipo de atividade econômica baseada no extrativismo vegetal, com produtos destinados à exportação em estado *in natura* ou no máximo semi-beneficiados. Estas cidades não conseguiram transformar o capital

¹³ O transporte entre as duas margens era realizado por pequenas canoas, denominadas localmente como catraias, e só em 1978 foi construída a primeira ponte ligando as duas margens e na década de 1990 a segunda.

comercial em industrial, pois o extrativismo vegetal não contribuiu para a criação de infra-estrutura visando à transformação da matéria-prima na própria região. Em decorrência, tampouco havia a criação de atividades urbanas complementares à transformação de matéria-prima que exigissem concentração de mão-de-obra.

Para Oliveira (1995a: 243) ***“a mais-valia retida localmente não foi aplicada na reprodução da atividade econômica, mas em consumo supérfluo e em obras suntuosas”***, principalmente em Belém e Manaus.

Estas pequenas vilas e cidades do final do século passado e início deste são denominadas por Machado (1999: 03) como “proto-urbanas”. Isto é:

“na maior parte das aglomerações da Amazônia, o equipamento urbano e portuário era precário, e o título de cidade um eufemismo, uma vez que a área urbanizada se limitava a duas ou três ruas paralelas ao rio, margeada por casas modestas. A falta de equipamento, mesmo nas maiores aglomerações, não estimulava o desenvolvimento do modo de vida urbana, enquanto o ritmo de vida nas aglomerações menores era lento e intermitente, acompanhando a sazonalidade da coleta da borracha e o movimento de entrada e saída de embarcações no porto”.

Esta situação proto-urbana antecede ao urbano propriamente dito, aqui entendido como ***“a expansão do mercado de trabalho e de uma produção de mercadorias ou de serviços como condições essenciais para a homogeneização de atitudes, hábitos e comportamentos, consubstanciados na modernização”*** (Machado, 1989: 416).

O urbano ou o processo de urbanização, só acontece na Amazônia no momento em que o território é unificado pelos transportes, comunicações e pelo mercado.

A argumentação de Machado (1989, 1999) vem ao encontro da de Oliveira (1995a); os dois possuem pontos em comum quando avaliam o surgimento do urbano e das cidades na Amazônia. Ambos concordam que o surgimento de vilas e povoados não configurou efetivamente um processo de

surgimento de cidades e nem uma rede urbana duradoura¹⁴. A rede urbana formada com o extrativismo e que perdurou até o final dos anos 60 era do “*tipo dentrítico*”¹⁵, ou seja, os centros urbanos eram articulados pela rede fluvial numa cadeia comercial de exportação da borracha *in natura* e importação de bens de consumo necessários à (re)produção da atividade extrativa.

As relações entre os núcleos urbanos, eram resultantes da circulação de mercadorias, através do “sistema de aviamento”¹⁶, a partir do qual viabilizava-se tanto a produção, como a circulação, o consumo e, no plano político, a estrutura de poder (Corrêa, 1987).

A organização espacial das cidades e vilas obedecia à espacialidade do sistema de aviamento, ou seja:

“no topo, ficavam as grandes casas aviadoras¹⁷ e exportadoras, que funcionavam como financiadoras, abastecedoras e intermediárias, fornecendo os bens de consumo e instrumentos de trabalhos necessários à exploração dos seringais a um aviador menor, que podia ser o dono de um estabelecimento comercial em povoados próximos dos seringais. Este, cobrando juros, aviava o seringalista, que, por sua vez, através do regime de barracão, aviava o coletor e, depois disso, a cadeia se invertia, começando o processo de entrega da borracha, até chegar ao mercado internacional: ou seja o extrator entregava o produto coletado ao seringalista,

¹⁴ Aqui entendida como a “*expressão espacial do intercâmbio não só de mercadorias como também de população, de serviços e de capital*” (Machado, 1989: 417).

¹⁵ Já a partir do final dos anos 60 a rede urbana que se configura na Amazônia é do “tipo complexa”, ou seja, os centros urbanos deixam de se articular essencialmente pela “beira” do rio e passam a articular-se pela “beira” da estrada, acompanhando a “malha programada” pelo Estado e as novas relações que se estabelecem a partir de então (Corrêa, 1989 e Ribeiro, 1998).

¹⁶ Aviamento: sistema de crédito sem dinheiro que consistia em fornecer ao seringueiro certa quantidade de bens de consumo (redes, gêneros alimentícios, remédios), alguns instrumentos de trabalho (rifle, munição, facão, faca de seringa, balde e tigelinhas), e em pagamento recebia a produção extrativa (Machado, 1989). O elo intermediário entre o seringueiro e as casas aviadoras-exportadoras era o seringalista. A mesma relação se repetia entre seringalistas e casa aviadora se repetia também entre seringalistas e seringueiros. Este sistema perdurou durante décadas, só sendo modificado a partir da criação do monopólio da borracha sob a responsabilidade do Banco de Crédito da Borracha no início da década de 40.

¹⁷ A Casa Aviadora – era o estabelecimento onde se concretizava o aviamento. As mesmas estavam localizadas em Belém e Manaus e eram assim chamadas porque, num sistema de escambo - sem moeda -, forneciam gêneros de consumo aos seringalistas em troca da borracha produzida, ou seja: aviava a produção. As Casas Aviadoras eram financiadas pelas Casas Exportadoras, que faziam parte do capital monopolista internacional (Machado, 1989; Rancy, 1992).

que o entregava ao comerciante e este à casa exportadora em Manaus e Belém. A partir daí a goma elástica chegava ao seu destino na Inglaterra, Estados Unidos e outros países” (Corrêa, 1987: 52).

Os núcleos urbanos do Acre ocupavam o final desta cadeia de produção, e foram os que menos receberam melhoramentos urbanos oriundos da exploração do látex. As duas cidades que mais se beneficiaram foram Manaus e Belém, por serem locais de residência dos grandes seringalistas-aviadores e sedes do grande comércio aviador e de exportação. Ambas receberam investimentos públicos (os recursos financeiros para investimento urbano) e privados, como o majestoso Teatro de Manaus e o Teatro da Paz em Belém, que simbolizam o poderio da elite gerada pelo comércio da borracha.

Para Costa (1989), a explicação para a falta de “vestígios materiais” nas cidades acreanas, do período da borracha, foi porque os grandes proprietários-seringalistas residiam em outras regiões ou cidades e, portanto, a drenagem da renda era realizada em outras localidades. O que temos de testemunho deste período, em Rio Branco, é a rua 17 de novembro, onde se localizavam as casas comerciais dos sírios-libaneses.

A posição geográfica de Belém (proximidade da embocadura do rio Amazonas), e seu porto de entrada e saída de mercadorias do vale do Amazonas, constituía um elemento favorecedor de cidade primaz; como também pela localização de bancos, firmas de navegação fluvial, casas aviadoras e exportadoras, ateliês, etc. Outro aspecto era o fato de ser a capital administrativa do estado e capital política da região.

Em posição menos destacada, estava o principal entreposto do comércio gumífero do interior do vale do Amazonas, a cidade de Manaus. O crescimento de Manaus é atribuído à interiorização das frentes exploratórias da borracha, que ali se bifurcavam em direção norte (vale do rio Negro) e sudoeste (no vale do Purus e Juruá). Como cidade, Manaus exercia as mesmas funções comerciais de Belém, sem contudo chegar a ameaçar a primazia desta.

Após o *boom* da borracha, um primeiro período de estagnação, que pode ser datado entre 1913 e 1942, se abate sobre a região amazônica e acreana em particular.

Da dependência do Acre ao seu produto nativo – a borracha – resultou que o crescimento que começava a se fazer presente nos centros urbanos foi interrompido, permitindo que uma decadência sócio-econômica-cultural tomasse lugar, marcando a região em décadas sucessivas (Rancy, 1992).

Em Rio Branco, a partir de 1920, segundo dados levantados pelo CEDEPLAR-Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG (1979), diminuiu o contingente populacional vinculado à borracha, estabelecendo-se uma população em torno de um incipiente comércio e da administração pública, combinando o comércio interno, a organização pública e as atividades remanescentes do beneficiamento e comercialização da borracha e castanha.

O declínio da borracha põe em cheque o funcionamento de toda a economia regional, que gravitava na extração e comercialização da produção gumífera. Na Amazônia e mais precisamente no Acre, as cidades esvaziaram-se, perdendo suas funções de entrepostos comerciais, e observou-se uma acentuada decadência das pequenas cidades e vilas que haviam se desenvolvido durante o auge extrativo.

Neste contexto, a população acreana cai de 92.379 habitantes em 1920 para 79.868 habitantes em 1940 (IBGE, 1920 e 1940).

Mas, durante a Segunda Guerra Mundial, há uma reativação “dos negócios” da borracha brasileira no mercado mundial. Esta reativação se deu a partir da invasão japonesa nos seringais de cultivo do Oriente, e da sua posição junto à Alemanha e Itália, o que fez diminuir os estoques de borracha dos países Aliados.

Este fato resultou numa estratégia de guerra (conhecida como “*Batalha da Borracha*”) para aumentar a produção brasileira em pouco tempo. Esta batalha envolveu não só a injeção de recursos na Amazônia, como a

criação de instituições¹⁸, a mobilização de milhares de migrantes nordestinos e acordos entre Brasil e Estados Unidos, que ficaram conhecidos como os “*Acordos de Washington*”, assinados em 1942 com validade de cinco anos (Martinello, 1988).

O crescimento demográfico resultante dessa fase (Tabela 01) foi alimentado pela chegada dos “*soldados da borracha*” em todos os municípios acreanos. Mas foi um período curto, visto que no pós-guerra, com a liberação das áreas asiáticas que haviam sido ocupadas pelo Japão, a borracha nativa refluiu para sua posição anterior e uma parte dos nordestinos do “*exército da borracha*” migrou novamente, só que agora para os centros urbanos.

Tabela 01 – Acre: população recenseada em 1940 e 1950

Municípios	1940	1950
Brasiléia	6.723	7.864
Cruzeiro do Sul	17.780	21.761
Feijó	8.149	14.072
Rio Branco	16.038	28.246
Sena Madureira	12.601	18.085
Tarauacá	9.984	14.670
Xapuri	8.593	10.058
TOTAL	79.868	114.756

Fonte: IBGE, Censos Demográficos

Em 1962, Rio Branco é elevada à categoria de capital estadual. Este fato, aliado ao aumento da receita¹⁹, favoreceu a ampliação de seu equipamento social, com a implantação de novos serviços administrativos e urbanos e expansão de outros, e também de obras infra-estruturais. Tudo isso em função das diretrizes do Governo Federal que determinou que Rio Branco fosse mais equipada para atender à demanda da população que migrava para o

¹⁸ Foram criadas dentre outras as seguintes instituições: Banco de Crédito da Borracha S/A, SESP (Serviço Especial de Saúde Pública), CAETA (Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores da Amazônia), SAVA (Superintendência do Abastecimento do Vale Amazônico), DNI (Departamento Nacional de Imigração), SEMTA (Serviço de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia), e SNAPP (Serviço de Navegação e Administração dos Portos do Pará) (Martinello, 1988).

¹⁹ Para maiores esclarecimentos ler Bezerra (1993 b) e Keller (1977).

novo Estado brasileiro; ampliou-se seu mercado de trabalho, tornando o Estado o maior e melhor empregador no espaço urbano (Mesquita, 1989).

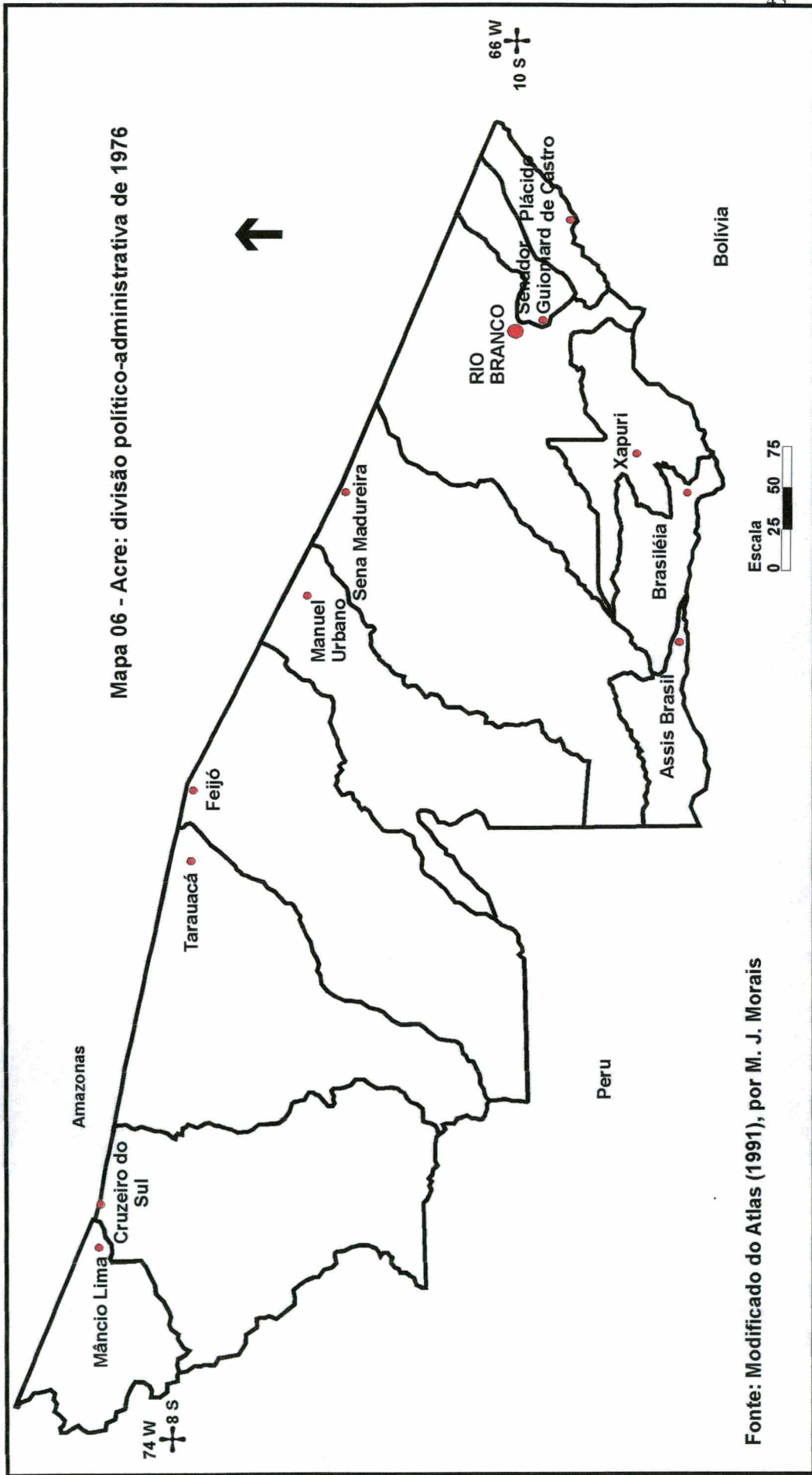
A partir daí migraram para Rio Branco pessoas procedentes das várias regiões do país. Entre outros profissionais, migraram vários de nível universitário, predominando médicos e professores, atraídos por melhores salários que o Governo Federal pagava, como uma compensação pela permanência em região tão afastada (Keller, 1977 e Mesquita, 1989).

1.2 - As Novas Cidades do Acre

Até início da década de 1970, os núcleos urbanos do Estado do Acre eram os mesmos sete do início do século, e a população rural só foi superada pela urbana na década de 1990. Em 1976, em pleno fervor das políticas públicas dos militares, são implantados cinco novos municípios. Estes foram criados em 1963, após a elevação do Acre Território para Estado.

Os novos municípios de 1976 foram: Assis Brasil, na fronteira com o Peru e Bolívia; Mâncio Lima, antiga colônia agrícola denominada Japim, na região do Alto Juruá; Manoel Urbano, na região do Alto Purus; Plácido de Castro, na região do Alto Acre-Purus, e Senador Guiomard, antiga colônia agrícola (Mapa 06).

A criação destes municípios, segundo Omar Sabino de Paula (vice-governador no período de 1976-1979), justificava-se na questão da própria segurança nacional tão presente naquele momento (Silva, 1999).



Fonte: Modificado do Atlas (1991), por M. J. Morais

Escala
0 25 50 75

Em 1992 foram emancipados mais dez municipalidades, que representam 45,45% dos municípios de todo o estado. Esta foi uma tendência nacional, tendo em vista que a Constituição de 1988 facilitou tal processo, após um longo período de cerceamento à criação de novas unidades administrativas. Como consequência (da Constituição) houve um acréscimo significativo no número de emancipações em todo país²⁰; segundo Fernandes (1998), no período de 1990 a 1997 houve a criação 1.016 novos municípios.

Os dez novos municípios do Acre foram:

- em torno das rodovias e projetos de colonização: Acrelândia (área do projeto Redenção²¹) – às margens da Br 364 no trecho que liga Rio Branco à Porto Velho; Capixaba²² – às margens da Br 317 no trecho que liga Senador Guiomard à Brasiléia; Bujari – área de NARIs²³, localizada às margens da Br 364, que liga Rio Branco a Sena Madureira; Epitaciolândia, na Br 317, era uma antiga colônia agrícola; Porto Acre, às margens do Rio Acre em local de grande importância histórica: o mesmo foi palco da Revolução Acreana.

- na fronteira com o Peru: Santa Rosa do Purus (antigo local de caça); na região do Alto Juruá: Jordão (área de seringal), Marechal Thaumaturgo (área de seringal), Porto Walter (área de seringal) e Rodrigues Alves, antiga colônia agrícola (Mapa 07).

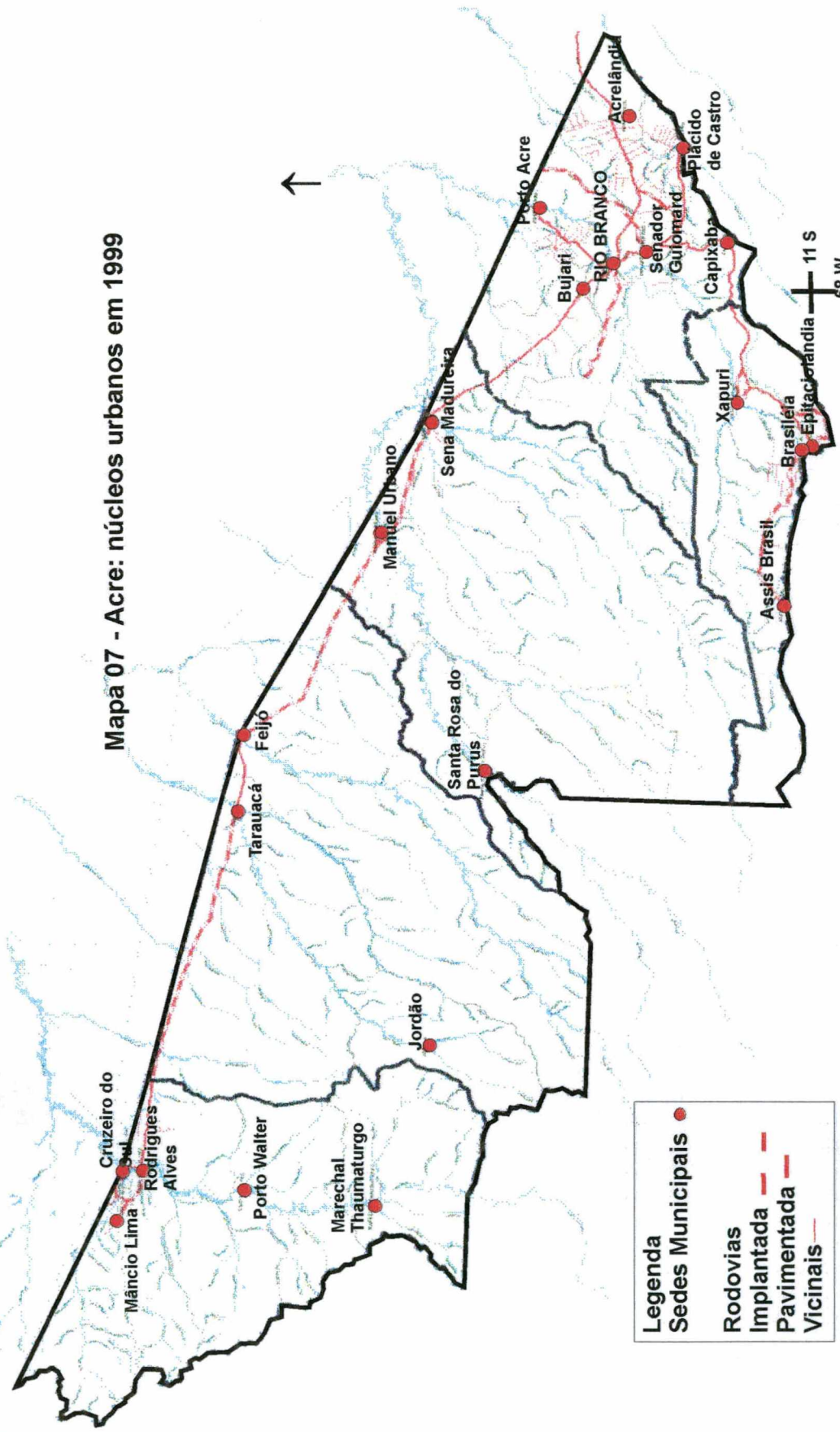
²⁰ Em 1996, o governo federal, sob a alegação de que a criação dessas unidades impõe novos e desnecessários gastos à máquina pública, interveio no processo através da Emenda Constitucional número 15. Esta estabelece como critérios para emancipações de novas municipalidades o plebiscito não só para o distrito envolvido, como também no município-mãe, e exige um estudo de viabilidade municipal, com objetivo de verificar se o novo município terá ou não condições de sustentabilidade econômica (Cigolini, 1999).

²¹ Redenção foi um projeto de colonização estadual, criado em 1981, no bojo das políticas públicas dos militares.

²² O lugarejo onde está assentado a sede do município de Capixaba, que também já foi sede de seringal, foi formado principalmente por famílias que migraram do Espírito Santo para o Mato Grosso e de lá para o Acre. Os primeiros capixabas chegaram por volta de 1973, quando a "corrida pelas terras" se intensificou em direção à Amazônia Ocidental (Varadouro, junho de 1979).

²³ NARIs – Núcleos de Apoio Rural Integrados, criados como estratégia de desenvolvimento rural, das políticas dos militares, em 1975.

Mapa 07 - Acre: núcleos urbanos em 1999



Legenda

- Sedes Municipais ●
- Rodovias
- Implantada - - -
- Pavimentada - - -
- Vicinais - - -

Escala
0 35 70 Km

Fonte: modificado do IMAC-ZEE, 2.000

Acerca dos dez novos municípios criados em 1992, vale destacar que cinco estão localizados próximos à fronteira com o Peru, demonstrando com nitidez a observação de O. S. de Paula²⁴, que além de integrar o Acre social, cultural e economicamente, objetivava possibilitar uma melhor “*distribuição de renda*” no espaço acreano e buscava marcar mais efetivamente a presença brasileira na fronteira com o Peru (Silva, 1999).

Na fala de Omar Sabino de Paula encontramos a motivação denominada por Noronha (1997) de “*econômica por estagnação*”, ou seja, que os distritos economicamente estagnados ou deprimidos vêem na criação de um governo local a chance de dinamizar a economia da área, seja pela própria instalação da estrutura administrativa, seja pelo fluxo de repasse de verbas do governo estadual e federal²⁵.

Nos municípios acreanos a maior parte da parcela do FPM fica na capital (dados de 1998), isto é, 57,15%, seguida por Cruzeiro do Sul com 5,62% e os outros vinte municípios com 37,22% (ver anexo 2).

Considerando a percentagem da população urbana, 13 dos 22 municípios (inclusive os 10 novos) têm população urbana inferior à rural e até 1% dos estabelecimentos econômicos; dá para imaginar que o IPTU, o ISS e

²⁴ Omar Sabino de Paula foi o responsável pela condução do processo de criação destes dez novos municípios.

²⁵ Os recursos municipais são de duas fontes: das receitas tributárias e das transferências. As receitas tributárias constituem-se na receita própria da municipalidade, através da cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), dos Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e da Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis (ITBI).

Já as transferências referem-se às constitucionais obrigatórias dos convênios e repasses realizados por outros níveis de governo. Os mais importantes desta categoria são, em nível federal, o Fundo de Participação do Município (FPM) (e para áreas de fronteira o Fundo de Participação dos Estados-FPE), e o Imposto Territorial Rural (ITR). Em nível estadual são o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Além destes impostos, os municípios também podem instituir e cobrar tributos próprios, como as taxas por Serviços Públicos e a Contribuição por Melhoria. Entre as taxas de serviços públicos destacam-se a de Coleta de Lixo, a de Limpeza e Conservação de Vias e Logradouros Públicos, a de manutenção de Cemitérios, de Apreensão de Animais, Veículos e Mercadorias.

E as por Contribuição de Melhoria (que são pouco utilizadas pelos municípios) são as provenientes de obras como a pavimentação de vias, redes de água e esgoto, construção de pontes e túneis (Noronha, 1997 e Cigolini, 1999).

ITBI são baixos, ficando as receitas municipais com a fonte de renda do repasse do FPM²⁶.

De acordo com os dados de 1995, analisados por Machado (1999), é elevada a participação relativa das transferências do governo central no total de recursos disponíveis para estados e municípios da Amazônia: entre 73% e 88,9% para os estados do Maranhão, Amazonas, Roraima, Tocantins e Acre; 56,5% para o Pará e 58,8% para Rondônia.

Mas, por trás da criação dos municípios estão outros jogos de interesses; além do interesse dos estados locais em assegurar a transferência de recursos do governo federal para os governos locais, há também a ampliação do raio de poder dos políticos locais com garantia de votos e de empregos públicos e interiorização do poder do Estado.

Este processo de criação de municípios da década de 90 na Amazônia está associado a um processo de "ruralização" (Hébet, 1996 e Machado, 1999) mais do que de uma urbanização da população. Aqui o urbano não se impõe na paisagem, no modo de vida, e os equipamentos urbanos²⁷ e as atividades econômicas locais são precárias, como também a população rural é superior à população urbana.

Esta ruralização avança cada vez mais, com a criação dos novos municípios, tanto no sentido do mais fácil acesso aos recursos financeiros, como

²⁶ É importante ressaltar que a finalidade maior do FPM (criado com a Constituição de 1988) é materializar uma melhor redistribuição da riqueza no nível público municipal (Noronha, 1997).

Antes da Constituição de 1988, as transferências federais eram baseadas num único critério "o número de habitantes de cada município". Hoje, com o FPM, a estratégia redistributiva da riqueza nacional é uma das mais eficazes, concretizado por um percentual fixo de recursos transferidos a todas as unidades de poder local, por menor, mais pobre e mais longínqua que seja, o que é bastante vantajosa, sob o aspecto da arrecadação de recursos para a área que será emancipada.

Com a fragmentação territorial, o montante de FPM para o estado continua o mesmo, mas para as novas municipalidades não, uma vez que, ao instalar um novo município, de imediato inicia-se um novo fluxo de recursos sobre esse território. Isto é vantajoso pois possibilita a criação de infra-estruturas urbanas e rurais.

²⁷ A título de exemplo dos equipamentos urbanos: 13 municípios não possuem agências bancárias (09 dos novos), 09 não possuem agências nem postos de coleta do correio e 04 só possuem posto de serviço de telefonia (IBGE, CD Base de Informação Municipal de 1998 e dados do levantamento das bases operacionais para o Censo 2.000, fornecido à autora por funcionários do IBGE-AC em outubro de 1999).

na representação do território local aos outros níveis de governo, como também na remodelagem do território em termos administrativos, uma vez que administrações municipais distantes, às vezes de dois a três dias de viagem de barco, tornam-se acessíveis, possibilitando uma maior proximidade com o poder municipal em poucas horas, o que pode aumentar as chances de atendimento às reivindicações e necessidades das comunidades locais.

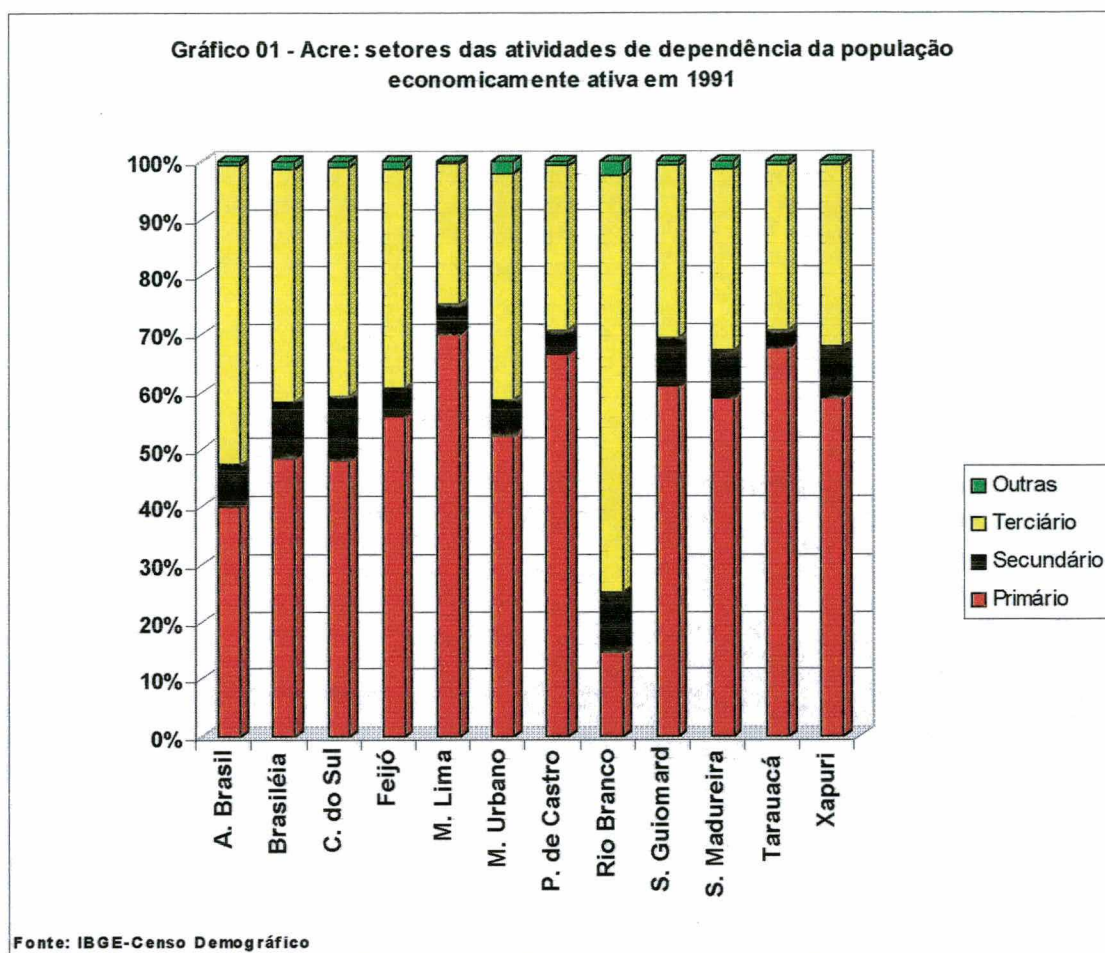
Esta ruralização é indicada através dos desmembramentos e criação de novos municípios censitariamente definidos como urbanos, mas que são tipicamente rurais ou abrigam populações ligadas à exploração agrícola.

Neste sentido, os dados das atividades econômicas municipais do Sebrae-Ac e do Zoneamento Econômico Ecológico²⁸ são expressivos para demonstrar o perfil econômico dos municípios acreanos. Isto é, vinte das vinte e duas cidades acreanas possuem 35,4% dos estabelecimentos produtivos²⁹ do estado; sendo que 10 destas possuem apenas até 1% destes estabelecimentos. Isto nos leva a crer que a situação de dependência da População Economicamente Ativa está no campo (Gráfico 01).

O que sobressai nos municípios acreanos, excluindo Rio Branco e Cruzeiro do Sul, com predominância de atividades comerciais, industriais e serviços, são as atividades ligadas ao extrativismo vegetal (Ribeiro, 1994 e 1998). Estas duas cidades representam 67,77% dos estabelecimentos econômicos do estado, sendo que Rio Branco concentra sozinha 59,01% (Ver anexo 3).

²⁸ Infelizmente não temos o dado da População Economicamente Ativa para o ano de 1996, o que nos facilitaria a análise dos 10 novos municípios.

²⁹ Os estabelecimentos produtivos a que nos referimos são os referentes à agropecuária, à agroindústria, ao comércio, a indústria e aos serviços.



Pelos dados do IBGE (tabela 02³⁰) a população que predomina em quatorze dos vinte e dois municípios é a rural, sendo que dez cidades possuem menos de 2.000 habitantes e dez têm entre 3.000 e 13.000 habitantes.

As duas cidades que se sobressaem em população são Rio Branco e Cruzeiro do Sul. Estes dois municípios somam 59,05% da população do estado. Já com relação à população urbana, estas somam 74,1%. E a cidade de Rio Branco, sozinha, detém 63,8% da população urbana.

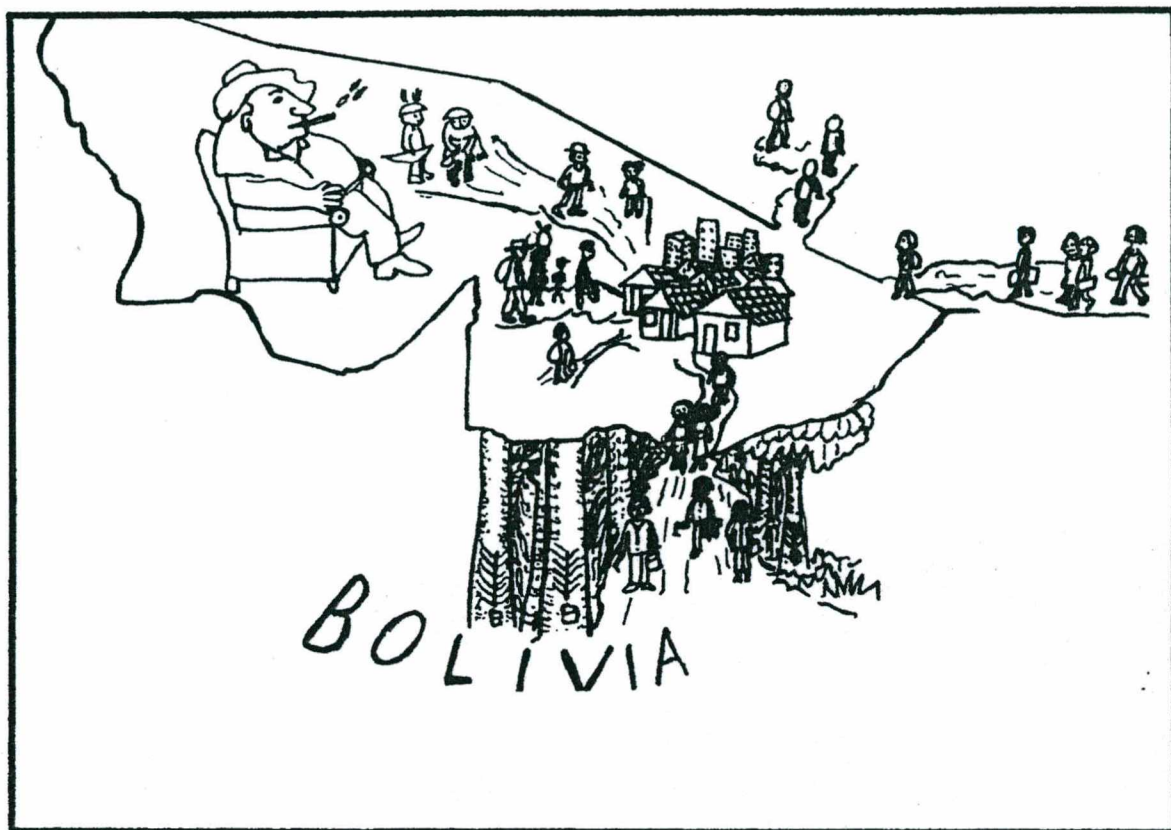
³⁰ Para os outros anos ver anexo 4.

Tabela 02 – Acre: população rural e urbana em 1996

Municípios	Urbana		Rural		TOTAL	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Acrelândia	1.895	1,2	4.413	98,8	6.308	1,3
Assis Brasil	1.857	0,6	1.061	99,4	2.918	0,6
Brasiléia	7.290	2,3	6.665	97,7	13.955	2,8
Bujari	1.111	3,3	2.990	96,7	4.101	0,8
Capixaba	989	0,3	1.914	99,7	2.903	0,6
Cruzeiro do Sul	32.659	10,3	24.046	89,7	56.705	11,7
Epitaciolândia	5.603	1,8	3.652	98,2	9.255	1,9
Feijó	9.744	3,0	12.398	97,0	22.142	4,5
Jordão	548	0,2	3.429	99,8	3.977	0,8
Mâncio Lima	4.708	1,5	3.991	98,5	8.699	1,8
Manoel Urbano	2.873	0,9	2.647	99,1	5.520	1,4
Mar. Thaumaturgo	499	0,1	7.882	99,9	8.381	1,7
Plácido de Castro	3.867	1,2	8.234	98,8	12.101	2,5
Porto Acre	868	0,3	7.458	99,7	8.326	1,7
Porto Walter	1.150	0,4	4.120	99,6	5.270	1,0
Rio Branco	201.347	63,8	27.510	36,2	228.857	47,3
Rodrigues Alves	1.854	0,6	6.647	99,4	8.501	1,5
Sta. R. do Purus	327	0,1	1.306	99,9	1.633	0,3
Sena Madureira	12.310	3,9	11.020	96,1	23.330	4,8
Senador Guiomard	6.452	2,0	7.828	98,0	14.280	2,9
Tarauacá	11.386	3,6	12.329	96,4	23.715	4,90
Xapuri	6.160	1,9	6.556	98,1	12.716	2,63
TOTAL	315.497	65,2	168.096	34,76	483.593	

Fonte: IBGE-Contagem da População

Em relação aos equipamentos urbanos, Rio Branco é o centro mais equipado, concentrando a maioria dos estabelecimentos de saúde, do número de médicos e dos estabelecimentos de ensino nos três níveis.



Demonstrativo das conseqüências das transformações agrárias no espaço acreano onde percebe-se a migração para Rio Branco e também para os seringais da Bolívia (Silva, 1999).

Capítulo 2

CAPÍTULO 02

O ESTADO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AMAZÔNICO

Este capítulo tem como objetivo mostrar a produção do espaço acreano no contexto do modelo de desenvolvimento adotado no Brasil a partir de 1964. Para tanto se fez necessário discutir a expansão da fronteira econômica, que se concretizou a partir do processo de industrialização do país, e das intervenções governamentais empreendidas pelo governo dos militares.

A partir desta discussão mostraremos como se concretizam no Acre as políticas públicas e como estas repercutem neste espaço regional, especialmente em Rio Branco (capital do Estado), visando apreender a dinâmica de como a cidade se organiza ou é organizada pelas intervenções governamentais.

2.1 – A Ação do Estado na Produção do Espaço

A atuação do Estado³¹ na produção do espaço se faz no sentido de criar as condições gerais de desenvolvimento, isto é, criar a infra-estrutura requerida pelos investidores, como construção de estradas, rede de energia, de telefones e políticas fiscais, visando com isto atrair empreendimentos nacionais e internacionais.

Isto nos faz concordar com Santos (1990), quando este diz que o Estado torna-se o maior responsável pela penetração das inovações tecnológicas e ideológicas no espaço e pela criação das condições “de sucesso” dos investimentos. O mesmo é o instrumento responsável pela homogeneização

³¹ Quando usarmos a expressão Estado neste trabalho, estaremos nos referindo ao conjunto de instituições e representantes da sociedade que possuem o exercício do poder e servem de intermediário entre as diferentes classes sociais de uma sociedade. E Governo ao conjunto de pessoas que exercem o poder político em determinado momento e em determinada área (Noronha, 1997). O Estado será tratado neste estudo sob dois aspectos: primeiro como interventor no espaço regional (as políticas públicas para Amazônia) e segundo como gerenciador dos diferentes interesses no espaço urbano.

do espaço, pela criação do equipamento de infra-estrutura e também propagador, ou mesmo criador de uma ideologia de modernização, exercendo um papel de intermediário entre as forças externas e os espaços chamados a repercutir, localmente, essas forças.

No Brasil o planejamento governamental, ou seja, a intervenção planejada pelo Estado, se evidencia mais nitidamente a partir dos anos 50³², e sua concretização maior foi o Programa de Metas que norteou o Governo de Juscelino Kubitschek.

O governo Juscelino Kubitschek ampliou as agências de planejamento, cuja função essencial foi a de elaborar, executar e acompanhar a implementação do “*plano de desenvolvimento*” adotado a partir de então.

Dentre os aparelhos estatais criados por J.K., destacam-se o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), instituído em 1956, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952. Embora este último não tenha sido criado na sua administração, o mesmo neste período adquire grande importância.

O BNDE objetivava realizar operações que tinham por fim o desenvolvimento da economia nacional, propondo-se a:

“financiar a realização de obras, projetos ou programas que visassem à instalação, reaparelhamento ou ampliação de: I – sistemas de transportes e portos; II – sistemas de energia elétrica; III – indústrias básicas e de agricultura; IV – armazéns, silos, matadouros e frigoríferos e; V – outros setores definidos em lei” (Ianni, 1989: 42).

Este, segundo Codato (1997), assumia um papel estratégico no reequipamento do setor de infra-estrutura da economia nacional, tornando-se

³² Ianni (1989) destaca que no Brasil a ação estatal foi inicialmente de defesa setorial e depois de diversificação das atividades econômicas.

A de defesa setorial predominou até o último governo de Vargas e a de diversificação iniciava-se com Juscelino Kubitschek.

Na Amazônia a ação estatal teve três momentos até o início dos anos 60: o primeiro com o Plano de Sustentação da Borracha em 1912, o segundo com o plano de recuperação da

um instrumento institucional bastante eficaz para que o governo gerisse o desenvolvimento econômico.

Já o CDE foi a primeira agência deliberativa, encarregada formalmente de decidir sobre o uso de todos os instrumentos da política econômica. Ou seja, era a responsável pela sistematização de toda a política governamental aplicada no período de 1956-1960, constituindo-se numa ação ampla sob orientação do Estado. E visava "**centralizar o processo de formulação da política econômica, dando-lhe coerência e condições institucionais de comando e coordenação executiva, funcionando então como órgão central de planejamento**" (Codato, 1997: 31).

A atuação do Estado neste governo foi no sentido de acelerar o desenvolvimento econômico, particularmente a industrialização, e impulsionar o setor privado nacional e estrangeiro.

O Plano de Desenvolvimento Nacional de Juscelino Kubitschek, sintetizado no Programa de Metas (1956-1961), tinha como objetivos, dentre outros, abolir os pontos de estrangulamento da economia brasileira, por meio de investimentos infra-estruturais, como a construção de rodovias e recuperação de ferrovias e expansão da indústria de base, através de investimentos privados, nacionais ou estrangeiros (Ianni, 1996). Este representa um avanço sobre o que se fizera antes de 1956, e tinha como lema básico "*desenvolvimento é industrialização*".

Nos anos posteriores a 60, segundo Araújo (1993), o Brasil tinha como projeto básico construir um parque industrial importante e com isso entrar para o restrito elenco das principais potências mundiais. As principais metas eram compatíveis com os interesses do capital produtivo e do capital financeiro internacional que se dispuseram a participar delas, instalando aqui suas filiais ou financiando a construção da proposta, dos governos militares, do "*Brasil Grande Potência*".

borracha em 1942, durante a Segunda Guerra Mundial, e o terceiro com a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia-SPVEA em 1952.

O lema “desenvolvimento é industrialização” estava de acordo com as recomendações dos economistas da CEPAL, que defendiam a industrialização como o único caminho para o desenvolvimento econômico dos países ibero-americanos, isto é, a substituição do modelo agro-exportador pela “substituição de importações”. A adoção deste modelo implicou na construção de infra-estrutura física, na atração de capitais estrangeiros e suas novas tecnologias, na promoção de uma agricultura tecnificada e na expansão do mercado consumidor (Machado, 1998).

Para tanto se fez necessária a consolidação do mercado interno, o que só foi possível com uma base de infra-estrutura, especialmente de transportes e de comunicações, que interligou todas as regiões brasileiras.

Este modelo, de substituição de importações, também vai exigir a formação de um mercado nacional, com a expansão do consumo em todas as regiões.

Com relação às rodovias, a mais importante deste plano e que tem ligação direta com a Amazônia foi a Belém-Brasília (1958-60). Sua construção, segundo Ianni (1996: 165), além de representar uma demonstração “física” da capacidade de realização do governo, também representou uma maior integração da Região Centro-Sul (econômica e politicamente mais avançada) ao Nordeste, a “*região problema*”, e ao Centro-Oeste e Amazônia, região dos “*vazios demográficos*”. Com essa estrada, “**a Amazônia se tornava um pouco menos distante dos maiores centros populacionais e, também, parecia mais integrada à sociedade nacional**” .

Mas a marca símbolo do governo J.K. foi a construção de Brasília. Segundo Vesentini (1987), o momento da construção da nova capital do Brasil era da idéia de integração econômica entre as diversas porções territoriais do país, como também da necessidade de ocupar as áreas pouco povoadas do Centro-Oeste e Amazônia.

A divisão territorial do trabalho preconizada por J. K. estava assim delineada: o Centro-Sul deveria ter o processo de industrialização solidificado e sua agricultura modernizada, além de conduzir o “*desenvolvimento do Nordeste*”

via industrialização e da ocupação dos “espaços vazios” da Amazônia (Oliveira, 1991).

A “modernização da agricultura”, aqui entendida como a tecnificação e mecanização do campo, foi responsável pela expulsão social e financeira de trabalhadores rurais de várias regiões brasileiras como o Nordeste e Centro-Sul.

A partir daí o êxodo rural intensificou-se, principalmente no Centro-Sul e Nordeste, e a pressão por terras foi constante, levando à organização dos trabalhadores rurais em todo Brasil (na década de 60), o que representava um perigo para a segurança nacional.

Estas determinantes, a substituição do modelo agro-exportador pela indústria (que vai requerer novos mercados consumidores para os produtos industrializados do Centro-Sul), a modernização da agricultura e os conflitos dela decorrentes, a necessidade de expandir os mercados de trabalho (como forma de empregar os excedentes populacionais das outras regiões) e o interesse de aproveitar o potencial mineral e madeireiro da Amazônia, vão ser responsáveis pelo processo do avanço da “fronteira agrícola, econômica ou de recursos”, da Amazônia (Becker, 1982 e Machado, 1998).

2.2 – A Expansão da Fronteira Econômica: as políticas públicas dos militares e o espaço regional acreano

2.2.1 – A Atuação Federal

No período compreendido entre 1966 e 1985, o papel do Estado no processo de produção do espaço na Amazônia foi em primeiro lugar o de criar as “condições gerais” para atender às novas necessidades de expansão e reprodução do capital na região. Em segundo, com objetivos baseados na doutrina de segurança nacional³³, no controle das crises sociais e na ideologia de integração da região aos centros hegemônicos do país.

³³ A Doutrina da Segurança Nacional do pós-guerra estava fundamentada na “ameaça” sofrida pela Amazônia devido a seu isolamento com o restante do país, e pelos movimentos

Isto visava atingir dois objetivos: internamente estabelecer um fluxo migratório controlado, aliviando tensões sociais em outras regiões do país e externamente; além da preocupação com as fronteiras internacionais, havia questões econômicas como a exploração de riquezas minerais e madeireiras, e a criação de mercado para escoamento de bens de produção dos centros industriais para a região.

A propaganda oficial alardeada pelo presidente Médici centrava-se em transferir “os *homens sem terra do Nordeste para as terras sem homens na Amazônia*”. Os “*homens sem terra*” do Nordeste eram resultado da concentração de terras e de políticas públicas que mais agravavam que atenuavam a situação de pobreza na região, pois não foram capazes de atacar as questões básicas de infra-estrutura que visavam minimizar os problemas decorrentes da seca. Da mesma forma, a Amazônia, apesar da baixa densidade demográfica, não se constituía no “*vazio demográfico*” que se apregoava. As suas terras já estavam ocupadas por tribos indígenas e por pequenos agricultores e posseiros, desde pelo menos o século XVIII.

Mas este processo de integração da Amazônia é anterior ao regime militar, ou seja, já se delineava com o Programa de Metas e teria ocorrido com ou sem a ditadura. Contudo, passou a ocorrer de forma mais articulada e sustentada no tripé: empresas estatais, grupos nacionais e grupos estrangeiros (Oliveira, 1991).

O marco inicial do governo dos militares na produção do espaço amazônico, visando criar as condições gerais de produção, foi a “Operação Amazônica”, lançada em 1966 por Castelo Branco, o primeiro presidente do regime militar.

A mesma, segundo Pandolfo (1971), significava um conjunto de leis, medidas e providências que criou os incentivos fiscais, visando desenvolver a Amazônia, ocupando-a, povoando-a e fortalecendo-a economicamente, de modo a promover a sua definitiva integração à comunidade brasileira.

revolucionários desencadeados em Cuba, o que poderia encontrar aliados nos movimentos camponeses do Nordeste (Rego 1992).

Dentro dessa operação cabia ao Estado o planejamento, a expansão da infra-estrutura econômica e social, a pesquisa dos recursos naturais e as isenções fiscais para induzir a alocação de capitais privados na indústria, agropecuária, agroindústria, comércio e serviços básicos rentáveis (Oliveira, 1991).

Nesta lógica foram implantados programas e criadas as seguintes agências governamentais: SUDAM, Banco da Amazônia-BASA, Lei de Incentivos Fiscais³⁴ e o Programa de Integração Nacional-PIN.

As ações do PIN foram voltadas para a integração física da Amazônia, momento também da criação do projeto RADAM (Radar da Amazônia), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA e do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste-PROTERRA (ver quadro 01).

A SUDAM foi criada como uma agência governamental³⁵, em substituição a SPVEA criada em 1953.

O propósito da substituição foi a ***"necessidade de revigorar o desenvolvimento da Amazônia, visando sua efetiva e definitiva incorporação à economia nacional"*** (Sudam, 1982: 02).

A SUDAM tinha como objetivos ***"planejar, coordenar, promover a execução e controlar a ação federal na Amazônia Legal"***³⁶, tendo em vista o ***desenvolvimento regional. E também formular, catalisar, mobilizar, induzir,***

³⁴ No ano de 1974, a legislação dos Incentivos Fiscais - Fundos para Investimentos Privados do Desenvolvimento Amazônico - FIDAM, foi reformulada, com a criação do Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM, sendo modificada novamente em 1986, mas suspenso em 1988 quando então passa a denominar-se Fundo Constitucional de Financiamento do Norte-FNO. Tanto o FINAM como o FNO constituíam-constituem-se numa política de créditos desenvolvida pelas instituições financeiras federais de caráter regional, através do financiamento e implantação de projetos voltados aos setores produtivos. Os recursos são aplicados pelo BASA na forma de concessões de créditos à iniciativa privada para projetos na Amazônia Legal (Palza, 1998; Silva, 1998).

³⁵ A SUDAM foi criada tendo como espelho a sua co-irmã, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada em 1959.

³⁶ A Amazônia Legal é a área de atuação da SUDAM e corresponde aproximadamente a 60% do território nacional, abrangendo os estados do Acre, Amazonas, Pará, Amapá, parte oeste do Maranhão, Roraima, Rondônia, Tocantins e Mato Grosso.

viabilizar iniciativas e recursos voltados para o desenvolvimento da Amazônia” (Lei n 5.173 de 27.10.66) .

Quadro 01 – Síntese das Políticas Públicas para Amazônia, no período de 1964 a 1985

Governo	Planos	Instituições e Programas
Humberto de Alencar Castelo Branco (1964)	Programa de Ação Econômica do Governo – PAEG (1964-1966)	Operação Amazônica (1966) Sudam (1966) Basa (1966) Lei dos Incentivos Fiscais (1966) Suframa (1967) I Plano Quinquenal de Desenvolvimento (1967) I Plano Diretor (1968)
Emílio Garrastazu Médici (1970)	Metas e Bases para a Ação do Governo (70-72) - PIN: foi responsável pela construção das rodovias: Transamazônica, Cuiabá-Rio Branco e Cuiabá-Santarém - I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974) - I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) - I Plano Estadual de Desenvolvimento (ACRE) - ELETRONORTE (1973)	INCRA (1971) Colonização Oficial Federalização das Terras Devolutas PROTERRA (1971) RADAM (1971)
Ernesto Geisel (1975)	II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-1979) II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) II Plano estadual de Desenvolvimento (ACRE)	POLOCENTRO (1975) POLAMAZÔNIA (1975) POLONOROESTE (1975)
João Batista de Figueiredo (1980-1985)	III Plano Nacional de Desenvolvimento (1979-1985) III Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA)	Carajás (1980) Calha Norte (1985)

Organizado pela autora, com base em Becker (1997 b), Governo do Acre (1975), Ianni (1996), Oliveira (1991 e 1995b), Santana (1995) e Sudam (1982).

Juntamente com a SUDAM foram criados outros órgãos voltados à sua sustentação política, jurídica e financeira, como a transformação do Banco de Crédito da Amazônia³⁷ em Banco da Amazônia – BASA. Este como um

³⁷ Criado em 1950 em substituição ao Banco de Crédito da Borracha que tinha sido criado nos propósitos dos “Acordos de Washington”. Este tinha a exclusividade das operações financeiras de compra e venda da borracha, quer se destinasse a exportação ou ao suprimento

agente financiador dos projetos aprovados e financiados pela SUDAM e FIDAM-FINAM.

Os estímulos ou incentivos pensados para quem viesse “ocupar” a Amazônia estavam assim definidos:

“... gozarão as pessoas jurídicas, até o exercício de 1982, inclusive, de isenção de imposto de renda e quaisquer adicionais a que estiverem sujeitas, nas bases a seguir fixadas, com relação aos resultados financeiros obtidos dos empreendimentos econômicos situados na área de atuação da SUDAM e por esta considerados de interesses para o desenvolvimento da região amazônica, conforme normas regulamentares a serem baixadas por decreto do Poder Executivo:

I – em 50% para os empreendimentos que se encontrarem instalados a data da publicação da presente lei;

II – em 100% para os empreendimentos:

1 – que se instalarem até o fim do exercício financeiro de 1971;

2 – que já instalados a data da publicação da presente lei, ainda não tiverem iniciado a fase de operação;

3 – que já instalados a data da publicação da presente lei, antes do exercício financeiro de 1971, ampliarem, modernizarem ou aumentarem o índice de industrialização de matérias-primas, colocando em operação novas instalações” (Duarte, 1987: 48).

Ainda segundo o Art. 7º da mesma lei, ficou estabelecido que:

“Todas as pessoas jurídicas registradas no país poderão deduzir no imposto de renda e seus adicionais:

a – até 75% do valor das obrigações que adquirirem, emitidas pelo Banco da Amazônia S/A com o fim específico de ampliar os recursos do fundo de que trata o Art. 11º desta Lei (FIDAM);

b – até 50% do valor do imposto devido para inversão em projetos agrícolas, pecuários, industriais, de agricultura e de serviços básicos que a SUDAM declare, para fins expressos neste artigo, de interesse para o desenvolvimento da Amazônia” (Duarte, 1987: 48).

da indústria nacional. Além dessa atribuição, competia ao banco prestar assistência financeira para exportação, comercialização e industrialização da borracha (Oliveira, 1995 a).

A criação deste aparato institucional adaptava o aparelho econômico estatal na região à execução das políticas públicas de estímulo à ocupação econômica pelo grande capital.

Este aparato institucional foi reforçado no final dos anos 60 e início dos 70 com a criação, no nível federal, do PIN, PROTERRA e INCRA. No nível regional foram lançados o I Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia (1967-1971) e o I Plano Diretor (1968-1970).

O Plano Quinquenal tinha como linhas básicas o levantamento de recursos naturais, a ampliação da rede de transportes e comunicações, a melhoria das condições sanitárias, de habitação e educação, a diversificação do processo de povoamento e colonização e a expansão da pecuária e agricultura (Sudam, 1982).

Mas o que o plano priorizou de fato, segundo Ribeiro (1998), foram as obras no setor de transportes, sendo que mais de 80% dos investimentos dos projetos foram alocados na construção ou pavimentação de rodovias.

Já o Plano Diretor foi elaborado para corrigir as deficiências do Plano Quinquenal e as disparidades intra-regionais decorrentes das políticas regionais anteriores. Este visava apoiar projetos de cunho industrial e agrícola que viessem a se localizar na Amazônia Ocidental.

O PIN que vigorou no período compreendido entre 1970 e 1980 foi o instrumento utilizado pelo Estado para dotar a região de "redes técnicas"³⁸, na direção dos fluxos migratórios dos pequenos proprietários de terras e dos "sem terras" (expulsos de suas regiões pela modernização da agricultura) e pelo levantamento dos recursos naturais da região, através do projeto RADAM-Brasil.

³⁸ Termo trabalhado por Machado (1998) para designar as estratégias de integração espacial da Amazônia a partir da infra-estrutura rodoviária, elétrica, de telecomunicações, etc. Estas redes, segundo Ribeiro (1994 e 1998) se organizam em dois tipos: as linearmente materializadas (rodovias, linhas de transmissão de energia elétrica) e as não materializadas linearmente, como os aeroportos, portos, estações de telefonia e telex. Estas também são

Os objetivos do PIN eram:

I – “reduzir a tensão em áreas rurais e urbanas, principalmente do Nordeste brasileiro, estimulando a migração para áreas previamente selecionadas na Amazônia; II – nacionalização dos espaços vazios; III – produção de alimentos para os mercados internos e externos; IV – criação de novos espaços para o investimento privado; V - incorporação definitiva da Amazônia brasileira ao Território Nacional, através da construção de uma infra-estrutura de redes (hidrelétricas, estradas, telecomunicação, cidades) e; VI - distribuição de terras públicas para empresários e imigrantes” (Machado, 1992: 29; 1998: 194).

O PIN previa a abertura das seguintes rodovias: Br-230, a Transamazônica (70-73); Br-169, a Cuiabá-Santarém; Br-364, a Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco-Cruzeiro do Sul (1968-1992); e a Perimetral Norte (1973). Pretendia-se com esses grandes eixos rodoviários formar uma rede complementar dos rios navegáveis com as estradas, num sistema hidro-rodoviário, o que não se concretizou totalmente como podemos observar no mapa 08.

Os fluxos migratórios foram direcionados, para a Amazônia, a partir da colonização oficial sob responsabilidade do INCRA³⁹ e assentados ao longo das rodovias.

Como medida complementar ao PIN, e para justificar a construção das rodovias, o Governo Federal, em 1971, declarou indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacional as terras devolutas, situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada margem das rodovias amazônicas construídas, em construção ou projetadas.

As áreas em torno das rodovias se constituíram como “*Eixos de Desenvolvimento*”, onde foi implantada a maioria dos projetos de colonização. Estes projetos previam a estruturação de uma operação rural onde não haveria uma cidade como organizadora/comandante, e sim, seria feita uma seqüência de projetos que evoluiriam de vilas agrícolas (agrovilas) para pequenos centros

responsáveis pela articulação dos diferentes espaços econômicos sob as mais variadas formas, através dos nós dos fixos e dos fluxos de pessoas, mercadorias, capital e informação.

de serviços (agrópolis) e destas para os centros de mercado (rurópolis), que seria uma espécie de município sem cidade polarizada (Oliveira, 1991).



³⁹ O INCRA foi criado em 1971 e tinha como objetivos: promover e executar a reforma agrária e promover, coordenar, controlar e executar a colonização, além de promover o cooperativismo, o associativismo e eletrificação rural (Oliveira, 1991).

Ainda com relação às redes linearmente materializadas, destaca-se a criação das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A – ELETRONORTE (1973), com objetivos de coordenar o programa de energia elétrica, bem como construir e operar centrais e sistemas de transmissão⁴⁰.

A construção-instalação destes órgãos e ações significa que a produção do espaço na Amazônia, mais que uma ação do Estado, foi também a construção do próprio Estado na região.

E as redes não materializadas linearmente deste período são, por exemplo, o Aeroporto Internacional Presidente Médici, inaugurado em 1970, o qual insere Rio Branco na era do avião a jato.

Outro importante programa da década de 70 foi o PROTERRA. Este foi criado para servir de complemento ao PIN, objetivando promover **“o mais fácil acesso do homem à terra, criando melhores condições de emprego de mão-de-obra e fomentar a agroindústria nas áreas de atuação da SUDAM e SUDENE”** (Oliveira, 1991:81).

Para atingir os objetivos deste programa, o governo federal promoveu a compra ou desapropriação de grandes propriedades rurais que seriam posteriormente revendidas a pequenos e médios fazendeiros; a abertura de linhas de crédito rural; o financiamento da agroindústria e sua infra-estrutura básica; os subsídios ao uso de modernos insumos agrícolas; o estabelecimento de preços mínimos das exportações agrícolas e a supervisão do uso de terras de domínio público (Ribeiro, 1998).

Dando continuidade à ação estatal no espaço regional amazonense, foram criados e implantados pela SUDAM no período compreendido entre 1972 e 1985 os três Planos de Desenvolvimento da Amazônia-PDAm, que eram o detalhamento dos Planos Nacionais de Desenvolvimento-PNDs para a Amazônia Legal, onde os mesmos explicitavam os objetivos já traçados pelo PIN e PROTERRA.

⁴⁰ A mesma vai ser responsável pela implantação das usinas hidrelétricas já iniciadas e a construção de novas, como a de Coracy Nunes no Amapá, Tucuruí (1984) no rio Tocantins no estado do Pará, Balbina (1975-1988) no rio Uatumã no Amazonas, Samuel (1982-1989) no rio Jamari em Rondônia (Eletronorte; 1993 e Sudam, 1982).

O I PND (1972-1974) tinha como estratégia o desenvolvimento da Amazônia via integração nacional. Este, ao reafirmar a necessidade da presença do Estado (via governo na gestão da economia), adotou a estratégia de desenvolvimento, cujo eixo central foi a integração nacional (física, econômica e cultural), o que consistiu na expansão da fronteira econômico-produtiva que envolveu a consolidação da industrialização e o crescimento econômico do Nordeste e Amazônia.

Neste mesmo período foi lançado o I PDAm que era o desdobramento regional do I PND; este tinha como objetivos específicos: a promoção do conhecimento exato das potencialidades dos recursos naturais, a formação de recursos humanos e dotação de uma infra-estrutura sócio-econômica compatível com as necessidades da região (Sudam, 1982).

No que tange ao desenvolvimento econômico, os resultados verificados segundo as metas planejadas pelo I PND e I PDAm foram inteiramente confiados ao setor privado, na formação de novas atividades produtivas, por meio dos incentivos fiscais que atraíram através da SUDAM um expressivo volume de capital privado para a fronteira amazônica, com ênfase nos projetos agropecuários (Ribeiro, 1998).

Já o II PND (1975-1979) mantém o mesmo princípio de Integração Nacional, ou seja, a Amazônia e o Centro-Oeste deveriam continuar a fornecer matérias-primas para o Centro-Sul, em troca de produtos manufaturados, capital e tecnologia da região mais desenvolvida.

O mesmo, utilizando-se da infra-estrutura já implantada ou em execução pelo PIN, redefine o estilo de ocupação da Amazônia⁴¹, que agora se caracteriza pela implantação de grandes projetos e programas de

⁴¹ O estilo de ocupação da Amazônia estava baseado na Teoria dos Pólos de Crescimento e de Desenvolvimento de François Perroux (Andrade, 1977). A concepção da criação dos pólos de Crescimento da Amazônia partia do princípio de que, fortalecido um ou alguns setores da economia (como o setor industrial ou o madeireiro), a partir daí se daria a propagação do crescimento para outras áreas, estimulando-se o aumento do emprego, da arrecadação de impostos, da circulação de dinheiro e a conseqüente ampliação dos mercados locais.

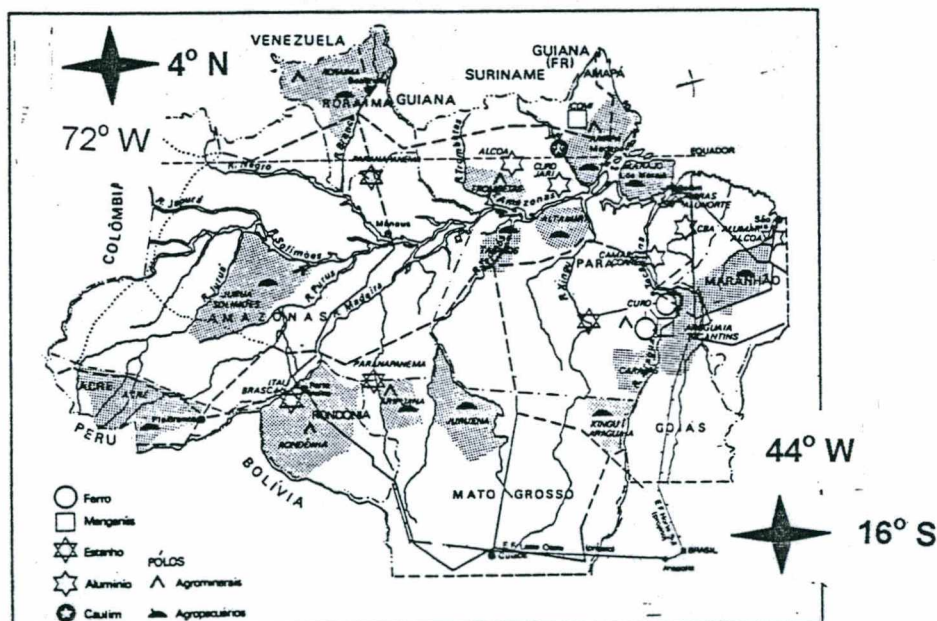
desenvolvimento regional, como: o POLAMAZÔNIA (1974-87), o POLOCENTRO⁴² e o POLONOROESTE⁴³.

O Polamazônia tinha como finalidade promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais em quinze áreas prioritárias da Amazônia.

Para atingir este objetivo foram criados os pólos seguintes:

Pólos Agrominerais: Carajás, Trombetas, Rondônia, Roraima, Amapá e Aripurinã; **Pólos Agropecuários e Agro-industriais:** Pré-Amazônia Maranhense, Tapajós-Xingu, Xingu-Araguaia, Araguaia-Tocantins, Altamira, Juruena e Marajó; **Pólos Agropecuários e Madeiros:** Acre e Juruá-Solimões, e os centros urbanos de apoio: as cidades de São Luís, Belém e Manaus (Mapa 09).

Mapa 09 – Amazônia Legal: os Pólos Agropecuários e Agrominerais - Polamazônia



Fonte: Oliveira, 1995b

⁴² POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados criado em 1975, objetivava apoiar o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias dos cerrados.

⁴³ POLONOROESTE (Programa Integrado de Desenvolvimento Rural do Noroeste do Brasil) criado em 1975, objetivava promover a ocupação demográfica e econômica da área de influência da rodovia Cuiabá-Porto Velho, a Br 364.

O Acre foi inserido nos projetos agropecuários e madeireiros com os **“municípios de Rio Branco, Sena Madureira, Feijó e Cruzeiro do Sul como áreas de pecuária e as demais áreas constituintes do pólo, foram dedicadas à exploração florestal”** (Senado Federal, 1975: 29). Esta “opção” à agropecuária das terras acreanas deu-se em decorrência das mesmas serem pobres em recursos minerais economicamente exploráveis⁴⁴. Diante desta “aptidão” dos solos do Acre, coube ao governo estadual incentivar a pecuária como atividade empresarial rentável (Calaça, 1993).

No II PND também é mencionada a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano-PNDU (Mapa 10). Esta define as estratégias a serem adotadas para o Brasil e para a Amazônia, tais como: a implantação de programas de planejamento integrado, de reforço da infra-estrutura econômica e dos equipamentos sociais das cidades que deveriam receber os grandes projetos industriais ou servir de apoio a estes (Ribeiro, 1998).

Este plano previa que algumas áreas eram de contenção (as metrópoles do Rio de Janeiro e São Paulo), outras de controle (além destas duas, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre), outras de dinamização (Fortaleza, Recife e Salvador) e outras precisariam de dinamização e programas especiais, que eram Rio Branco, Boa Vista, Manaus e Cuiabá, e a promoção dos núcleos urbanos de ocupação estrategicamente selecionados ao longo das grandes rodovias de integração amazônica: as agrovilas, agrópolis e rurópolis, que deveriam ser implantadas com a colonização oficial.

Como detalhamento do PNDU, no nível regional, foi criado em 1976 o Plano de Desenvolvimento Urbano da Amazônia-PDUAm. Este delinea as diretrizes de uma política urbana para a implantação de uma infra-estrutura nas cidades, levando em conta que os núcleos urbanos têm função essencial de apoio ao processo de ocupação e desenvolvimento regional, para absorver e estimular a fixação de grande massa da população rural (Sudam, 1976).

⁴⁴ O levantamento do RADAM concluiu que as terras acreanas são ideais para as atividades agrícolas e de pecuária (Ministério das Minas e Energia, 1976).



A Política de Desenvolvimento urbano vai ser responsável mais tarde, e conjuntamente com as outras políticas, pelo crescimento dos núcleos já existentes e aumento no número de novos núcleos urbanos.

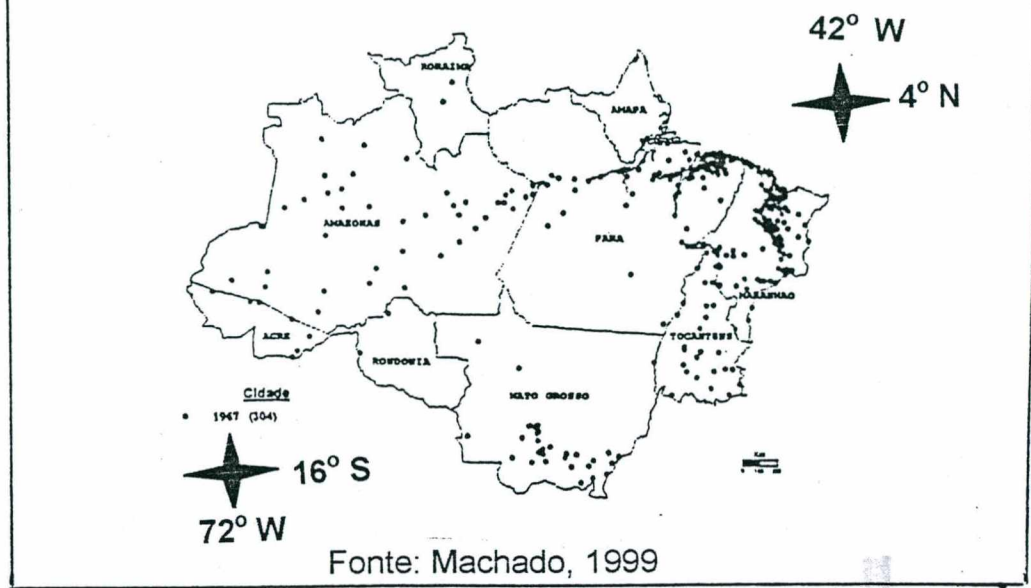
No mapa 11a e 11b conseguimos observar (comparando com a figura 07) que as cidades que surgem não seguem o mesmo padrão espacial anterior, das margens dos rios; agora estas se localizam nas margens das estradas e são evolução de povoados e dos projetos de colonização.

De modo resumido, podemos dizer que a característica principal nos anos 70 na Amazônia foi a consolidação da “malha programada” (Becker, 1996 e 1997 b) iniciada no final dos anos 60, sendo o Estado seu principal articulador. A política de “*integração nacional*”, através de programas de construção de eixos rodoviários, que culminou com a abertura da Transamazônica, que estimulou a migração interna e provocou a (re)ocupação da região, além da instalação de megaprojetos estatais e/ou privados (Ribeiro, 1998).

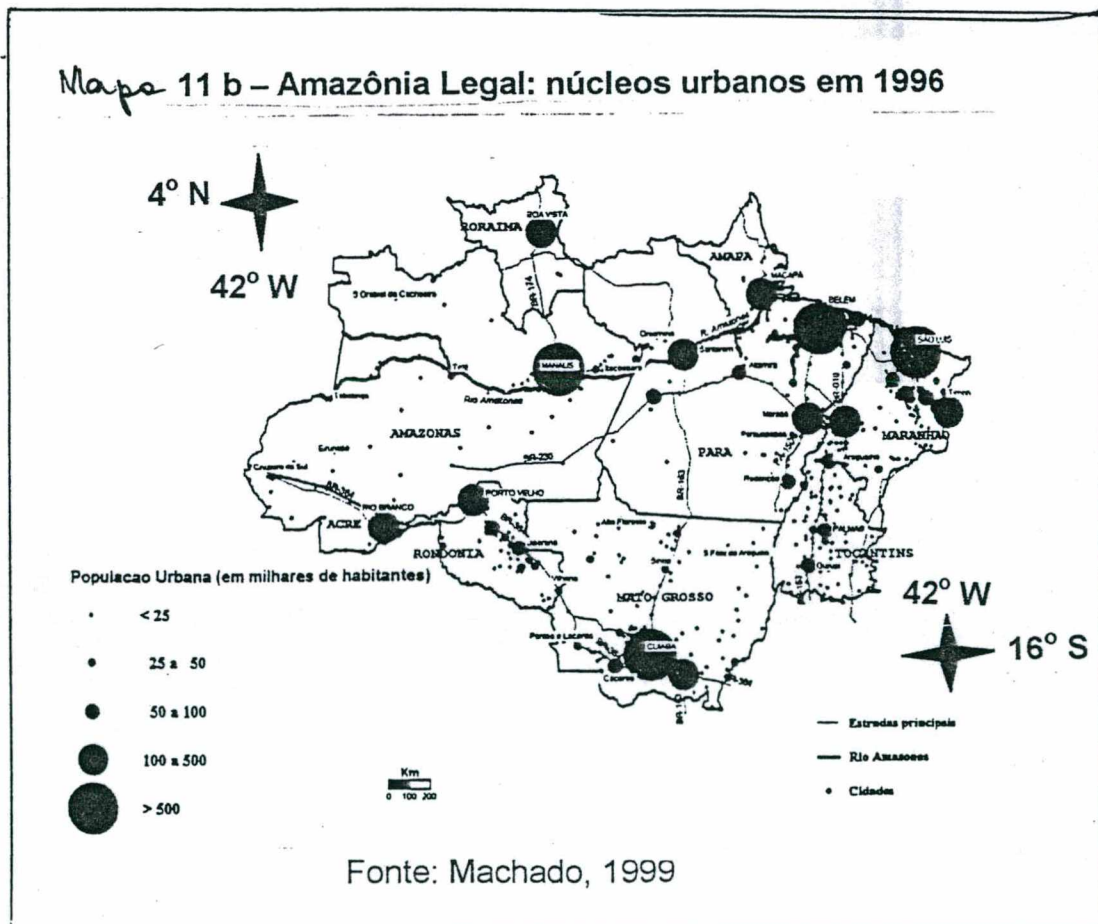
A partir do final dos anos 1970, a produção do espaço na Amazônia enquadra-se na economia de exploração de recursos minerais em grande escala. A criação dos Grandes Projetos já estava delineada no II PDAm, que enfatizava a importância da exploração mineral na região e recomendava a intensificação da pesquisa do subsolo, bem como da criação da infra-estrutura voltada a atender às novas demandas decorrentes da instalação dos referidos projetos, especialmente estradas, portos e energia (Oliveira, 1995a). No setor industrial a ênfase é voltada para a exploração dos recursos minerais e energéticos (Ribeiro, 1998).

O III PND, que corresponde ao período de 1979/85 (Governo Figueiredo), mantém a mesma retórica desenvolvimentista e integracionista dos planos anteriores, exceção feita à ênfase dirigida ao Meio Ambiente e aos Recursos Naturais, diferindo do I e do II PNDs com vistas às metas básicas para o desenvolvimento da Amazônia, que não atentavam para os problemas ambientais que seriam enfatizados a partir dos anos 80.

Mapa 11 a – Amazônia Legal: núcleos urbanos em 1967



Mapa 11 b – Amazônia Legal: núcleos urbanos em 1996



O período entre 1986/89 do Governo Sarney, marcado pelo I PND da Nova República, estabelece políticas de desenvolvimento e ações pautadas na preservação e valorização da Amazônia.

Na década de 90, com a crise fiscal do Estado brasileiro, há a redução dos empréstimos fiscais ao capital privado que foi responsável pela retração das ações governamentais, e pela desarticulação gradual da estrutura de apoio aos projetos de colonização, à construção de infra-estrutura e à ação da iniciativa privada (Machado, 1995).

Esta década vai ser marcada pela revalorização do território amazônico expressa na retomada do planejamento, atrelado à estratégias espaciais voltadas para a questão ambiental e ligadas ao movimento de globalização sócio-espacial de que a Amazônia é a maior representante, tendo como seus agentes sociais as forças locais, os sindicatos (principalmente atreladas às Organizações Não Governamentais-ONGs) apoiadas por grandes potências (Grupo dos 7), organismos financeiros transnacionais e entidades ambientalistas (Ribeiro, 1998 e Becker, 1997).

O vetor tecno-ecológico, termo discutido por Becker (1996 e 1997 a e b), tem atuado no sentido de transformar a Amazônia em fronteira de desenvolvimento sustentável. Neste contexto uma série de medidas foram concretizadas para a região, como a criação do IBAMA em 1989 e do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal e também, no nível internacional: o PNMA (1990-1991).

Neste contexto o PDAm de 1994-1997 previa: primeiro a regulação ambiental, através dos projetos, Zonamento Ecológico-Econômico, Modelo de Gestão Ambiental, Projetos Integrados de Centros de Excelência e Projetos Integrados de Núcleos de Difusão.

Segundo o Desenvolvimento Científico e Tecnológico, subdivido em dois projetos - Reestruturação e Dinamização do Centro de Tecnologia da Madeira e Rede de Bancos de Germoplasma da Amazônia-.

O terceiro atrela à Infra-estrutura Econômica (Matriz de Transporte Intermodal) com os projetos - Hidrovia Araguaia-Tocantins; Recuperação,

Modernização e Ampliação dos Portos Fluviais, Pavimentação da Rodovia Cuiabá-Santarém, Asfaltamento da Br 174 (Manaus-Porto Velho), Conclusão e Pavimentação da Br 364 e Br 317 e a Ferrovia Norte-Sul. A outra matriz ligada à infra-estrutura econômica é a Matriz Energética com os projetos - Tucuruí II, Hidrelétricas de Samuel (RO), Manso (MT) e Cachoeira Porteira (PA) e Energia Alternativa de Biomassa. O quarto diz respeito ao Desenvolvimento Sustentável (Ribeiro, 1998).

2.2.2 – A Interface Federal/Estadual

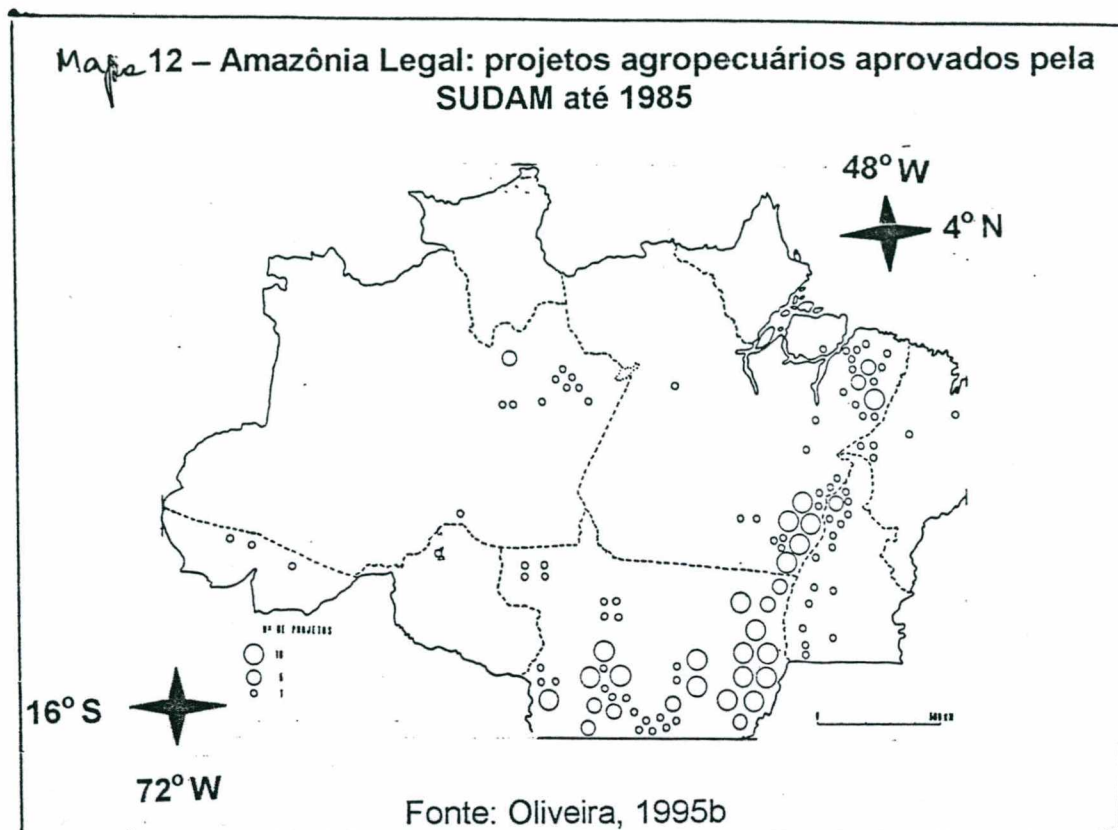
As ações em nível federal para a Amazônia Legal não foram uniformes em todos os estados. Os que mais se beneficiaram foram Pará e Mato Grosso, primeira porção do espaço amazônico a ser articulada na expansão recente da fronteira, e tiveram como eixo de penetração a Belém-Brasília e a Brasília-Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco.

Como podemos ilustrar, dos projetos agropecuários aprovados pela SUDAM (que representam 66,4%) até o final de 1985, Pará e Mato Grosso ficaram com 72% dos mesmos e o Acre com apenas 3% (Oliveira, 1995b) (Mapa 12).

Mas o Acre não ficou alheio às consequências do processo de (re)ocupação da região, principalmente no tocante à concentração da terra, aos conflitos sociais e ao inchamento das cidades.

O processo de incorporação do Acre à fronteira agrícola da Amazônia ocorreu a partir da crise do setor extrativista, que perdurava desde o final da Segunda Guerra Mundial. Esta crise foi agravada na segunda metade da década de 60, com a quebra do monopólio da compra e venda da borracha no mercado nacional. Isto levou a economia gumífera ao colapso⁴⁵ e criou as condições necessárias à expansão capitalista nos anos 70.

⁴⁵ Com as mudanças na orientação da ocupação econômica da Amazônia, caiu o monopólio da borracha exercido pelo BASA. Os empréstimos em dinheiro que os seringalistas conseguiam no Banco foram suspensos sem nenhum aviso. Para os seringalistas pegos de supressa,



Para Calaça (1993), a tônica da política governamental para o Acre no início da década de 70, era “*produção para exportação*”. Naquele momento, de profunda crise e estagnação da economia estadual, o Governo local adota, através do **I Plano Estadual de Desenvolvimento-PED (1970-1974)**, uma política de intensa campanha publicitária por todo o país, destacando principalmente a fertilidade dos solos acreanos⁴⁶, o apoio financeiro oferecido pelo governo estadual e a proximidade com o Oceano Pacífico⁴⁷.

Como exemplo da campanha publicitária transcrevemos parte de um discurso do Governador Wanderley Dantas em 1973:

restaram apenas dívidas com o banco, e para saldá-las foram obrigados a vender suas propriedades. As mesmas foram vendidas a preços baixíssimos aos empresários do Centro-Sul e logo se transformaram em fazendas de gado.

⁴⁶ Tidos como adequados a qualquer tipo de cultivo, “... *tanto de produtos alimentares quanto de gramíneas e leguminosas necessárias à formação de pastagens, indispensáveis a pecuária*” (Calaça, 1993: 153).

⁴⁷ Esta proximidade era alardeada, pois acreditava-se que o sistema rodoviário nacional seria interligado ao sistema da Bolívia e Peru (Calaça, 1993).

“... todos os investimentos que se efetivarem no Acre, estarão cobertos por um vasto mecanismo de incentivos fiscais, exigindo (...) menores inversões, menor capital de giro e, conseqüentemente, possibilitando maior rentabilidade (...). Ao se dirigirem ao Acre façam do governo do Estado o seu ponto de apoio, e dispondo de toda sua equipe, a partir do governador, todos irmanados nos mesmos propósitos de bem receber os que nos visitam e de lhes fornecer todas as indicações necessárias às suas opções de investimentos” (Silva, 1999: 222).

Quanto aos incentivos estaduais, o governo local eleva, em 1971, o teto de financiamento do Fundo de Expansão Agropecuária do Estado do Acre - FEAGRO de 60% para 90% dos investimentos em agropecuária, lavoura e comercialização (Silva, 1998 e Palza, 1998).

A propaganda aliada ao endividamento dos seringalistas (pela queda da produção da borracha na região que os levou a venderem as suas propriedades), aos incentivos fiscais e ao baixo preço da terra foi motivação suficiente para as terras acreanas pouco a pouco serem transferidas a agropecuaristas do Centro-Sul (Calaça, 1993; Oliveira, 1985).

Os primeiros compradores das terras dos seringais acreanos foram constituídos de grupos econômicos e pecuaristas centro-sulistas, especialmente paulistas, que com capitais acumulados e grandes lucros auferidos no período do milagre brasileiro, puderam realizar grandes negócios com a aquisição de terras no estado (Oliveira, 1985).

Estes primeiros compradores de terras **“... chegaram ao Acre no início da década de 70 e parecia interessar-se mais pela especulação fundiária do que (...) pela implantação de fazendas de pecuária de corte”** (Silva, 1999: 167).

Já o segundo fluxo de fazendeiros estava mais disposto a implementar e desenvolver a atividade de agropecuarista do que o grupo anterior.

Concomitante a este processo, chega também considerável número de famílias, formadas de pequenos e médios proprietários do Paraná,

São Paulo e Rio Grande do Sul. Estes foram atraídos pelo preço diferencial das terras entre o Sul e o Acre.

Os “*fatores de atração*”⁴⁸ que o Acre exercia para estes dois grupos de migrantes foram, essencialmente, o baixo preço da terra em relação ao Centro-Sul, a política dos incentivos fiscais e o crédito fácil.

Mas com a abertura da fronteira agrícola chegam também trabalhadores rurais sem terras que foram expropriados de suas áreas, no centro-sul do país, por fazendeiros e grupos econômicos e pela modernização da agricultura (Calaça, 1993; Nascimento, 1985).

A chegada dos dois primeiros grupos de migrantes também estava de acordo com os objetivos do II Plano Estadual de Desenvolvimento (1975-1979). Este plano resumia-se no discurso da Integração e Desenvolvimento do Acre, com objetivos de:

“elevar o nível de vida da população amazônica – através do crescimento econômico; de provocar o crescimento auto-sustentado – de maneira que a região amazônica não fique sempre dependendo do Governo Central; e do aumento das exportações e ocupação, principalmente para manter a soberania nacional”⁴⁹ (Senado Federal, 1975: 29).

O discurso da integração dizia respeito à construção de uma estrutura “econômica moderna”, destacando uma economia rural identificada com o uso de tecnologias avançadas, “**em substituição aos sistemas pré-capitalistas das áreas extrativistas**” (Governo do Acre, 1975: 15), enquanto o discurso do desenvolvimento dizia respeito à “**concentração dos recursos disponíveis e mobilizáveis em investimentos de infra-estrutura econômica, física e social**” (idem, 16).

Os governos que sucederam Wanderlei Dantas continuaram com a política de atração de investidores para as terras acreanas, dando prioridade aos

⁴⁸ Classificação trabalhada por Singer (1998 a) para explicar o porquê da migração interna no país.

incentivos de reorganização da produção extrativista, com o apoio de órgãos como Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural-EMATER/Ac, a Superintendência de Desenvolvimento da Borracha-SUDHEVEA, e com a implementação do Probor⁵⁰, que foram deixados em segundo plano a partir da segunda metade da década de 1980 (Silva, 1999).

São do governo Geraldo Mesquita (1975-1979) as seguintes metas: primeiro a expansão da fronteira agrícola a partir da agropecuária e do apoio institucional (assistência técnica, creditícia, tecnológica, infra-estrutura de transportes, armazenamento e comercialização); segundo, a agilização da regularização da situação fundiária e, terceiro, a implantação de um programa de industrialização (Silva, 1998).

Para cumprir estas metas foi necessário dotar o estado de um conjunto de instituições (quadro 02), com a criação de órgãos de assistência técnica e extensão rural, de fomento econômico e de colonização, visando ao desenvolvimento das atividades privadas, tais como:

- Ampliação da rede bancária com a implantação de agências do BASA em praticamente todos os municípios acreanos;

- Criação da Companhia de Desenvolvimento Agrário e Colonização do Acre -COLONACRE, que em parceria com o INCRA⁵¹ objetivava desenvolver projetos de colonização oficial, visando diminuir os efeitos gerados pela migração do seringueiro para os centros urbanos e dotar o setor rural de uma infra-estrutura necessária ao desenvolvimento econômico. O projeto Redenção⁵², criado em 1981, é o exemplo prático da política da Colonacre.

⁴⁹ Discurso proferido no Acre, pelo Eng. Hugo de Almeida, Superintendente da SUDAM, no II Encontro de Estudos e Debates do II PND – Programa de Desenvolvimento Regional do Acre, em junho de 1975.

⁵⁰ Probor – Programa de Apoio ao Extrativismo da Borracha Vegetal criado em 1972: o qual mantinha amparo à produção extrativista e incluía um sub-programa de reabertura de seringais nativos. O Probor previa a racionalização da produção via seringais de cultivo. Em 1974 é lançado o PROBOR II e em 1983 é lançado pelo governo federal o PROBOR III, que era destinado a outros estados do Brasil.

⁵¹ A colonização realizada pelo INCRA no Acre ganha ênfase após a implantação da sua Coordenadoria Regional em 1974.

⁵² Este projeto, como visto no primeiro capítulo, deu origem ao município de Acrelândia.

- Criação da Companhia de Armazéns Gerais e Entrepostos do Acre – CAGEACRE, que foi responsável pela construção de armazéns, visando destacar um “*lugar certo*” para a comercialização de produtos agrícolas.

- Criação da EMATER-Ac, que visava ao fortalecimento do serviço de assistência rural e de divulgação das técnicas modernas de produção aos criadores, agricultores, seringueiros e seringalistas locais.

Quadro 02 - Desdobramentos das Políticas Públicas para o Acre no Período do Governo dos Militares

Governo	Características	Programa Instituições	Objetivos	Materialização
Wanderlei Dantas (1971-1975)	- Divulgação das potencialidades do Acre para agropecuária e dos incentivos fiscais estaduais, - Desencadeamento do processo migratório	Projeto Oeste Probor I (1972-75)	Diversificação da agricultura	Alteração do FEAGRO
Geraldo Mesquita (1975-1979)	Conflitos entre posseiros e latifundiários	- II Plano Estadual de Desenvolvimento - Fundo de Desenvolvimento Estadual – FDE	Expansão da agropecuária	Cageacre (1975) Codisacre (1975) Colonacre (1975) Emater (1976) CILA (1976) NARIs (1975)
Joaquim Macedo (1979-1982)		Programa de Desenvolvimento da Fronteira Sudeste Acreana Prodefront		- PDRI - Projeto Redenção
Nabor Júnior (1982-1986)		Diretrizes do Governo		Implementação do PDRI

Fonte: organizado pela autora com base em Calaça, 1993; Palza, 1998 e Silva, 1998

- Companhia Industrial do Desenvolvimento do Acre – CODISACRE, que foi criada com o objetivo de promover e incentivar o desenvolvimento industrial do Estado, ficando a seu cargo a instalação do Distrito Industrial de Rio Branco-DIRB. Segundo Palza (1998) e Oliveira (1983b) o setor industrial já vinha sendo incentivado desde 1969, através da política de isenção fiscal do governo estadual, na forma de restituição do ICM às empresas existentes ou que viessem a se constituir no Acre.

- Companhia Industrial de Laticínios do Acre-CILA, responsável pela usina de pasteurização de leite.

- Criação da Secretaria de Fomento Econômico, que objetivava estruturar as atividades do setor primário, secundário e terciário da economia acreana, ficando sob sua competência as empresas e companhias estaduais recém criadas.

No setor rural destacou-se a criação dos Núcleos de Apoio Rural Integrados-NARIs⁵³, num total de oito em todo o estado (seis em Rio Branco, um em Brasiléia e outro em Cruzeiro do Sul). Estes faziam parte do Projeto de Reestruturação das Colônias Agrícolas⁵⁴ e visavam à fixação do homem à terra.

E o POLOACRE era o detalhamento do Polamazônia para o Acre. O mesmo foi elaborado, segundo Palza (1998), com os seguintes objetivos:

- intensificação da assistência técnica aos produtores rurais;
- difusão do sistema de crédito rural;
- implantação de infra-estrutura de comercialização na região;
- apoio ao PROBOR de forma a promover, a longo prazo, a substituição da atividade extrativa da borracha pela heveicultura⁵⁵; enquanto isso, amparar o extrativismo mediante ações que permitam elevar a produtividade do setor, propiciando mais rapidamente a reativação da economia acreana;
- estímulo à organização e reativação de cooperativas agropecuárias;
- apoio à pesquisa e experimentação, como providência preliminar à racionalização e diversificação da produção rural, inclusive com apoio imprescindível ao desempenho de assistência técnica ao produtor;
- fornecimento de insumos básicos indispensáveis à modernização da exploração agropecuária objetivando o aumento dos índices de produtividade;

⁵³ A maioria dos NARIs foi abandonada e sucateada a partir de 1983 (Silva, 1998).

⁵⁴ Segundo Guerra (1955) e Neves & Lopes (1989) foram implantadas vinte e oito (28) colônias em todo o estado, três entre 1908 e 1913 e as outras vinte e cinco a partir da iniciativa do Governador Guiomard Santos em 1943; estas visavam essencialmente ao cultivo de agricultura de subsistência, resolver os problemas de emprego dos ex-soldados da borracha e frear o fluxo migratório para as cidades, principalmente para Rio Branco.

⁵⁵ Cultura da *hevea brasiliensis*.

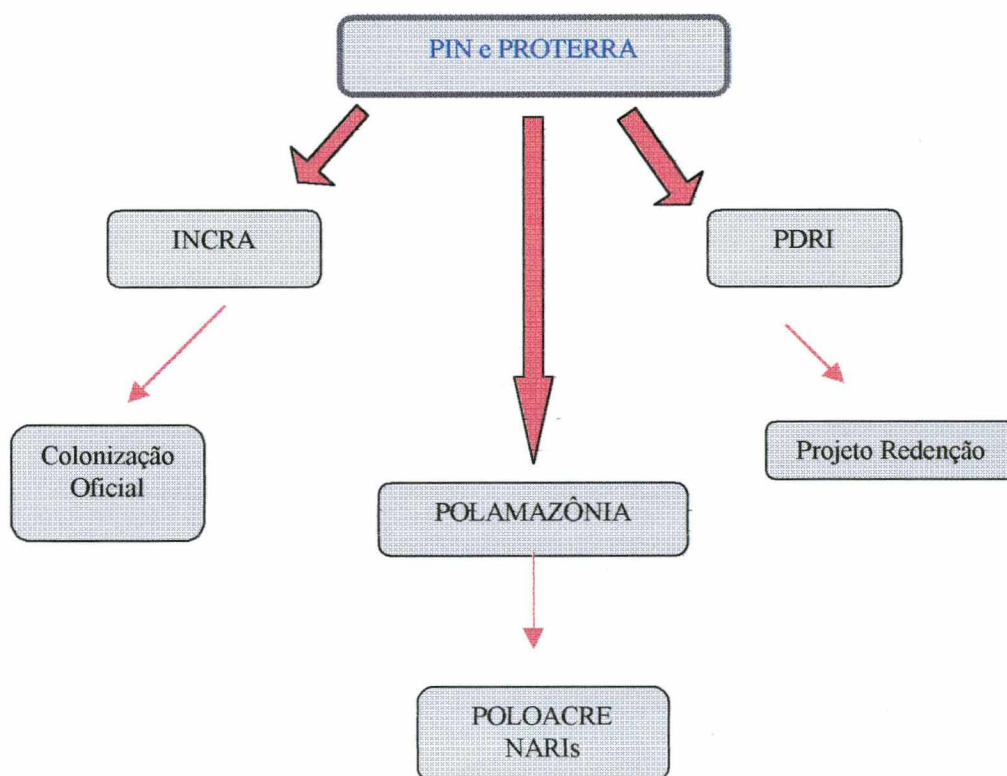
- reestruturação e reativação das colônias agrícolas existentes no Estado, de forma a dar maiores condições ao colono para o exercício pleno de suas atividades agrícolas, objetivando o abastecimento alimentar dos núcleos populacionais;
- apoio ao programa de colonização do INCRA no estado, de forma a possibilitar a sua perfeita execução em benefício do produtor rural e da economia estadual;
- diversificação da economia do setor primário, ainda voltado quase exclusivamente para o extrativismo da borracha e castanha, além da incipiente agricultura de subsistência; e
- agilização do processo de regularização fundiária, visando adequar a realidade fundiária às necessidades do desenvolvimento agrícola e da colonização, atentando para a situação dos posseiros de seringais nativos, cujas áreas estavam em acelerado processo de modificação da exploração, pela substituição da atividade pela pecuária bovina.

No governo de Joaquim Macedo (1975-1982) os conflitos no campo e os desmatamentos se intensificaram, ocasionando o confronto direto com os seringueiros, que procuravam “empatar” a derrubada, o que culminou com a morte do sindicalista Wilson Pinheiro.

Enquanto no de Nabor Júnior, último governador do período dos militares, houve a implantação do Projeto Integrado de Desenvolvimento Rural Integrado – PDRI, financiado com recursos do PIN e PROTERRA (Figura 02).

Este plano visava investir nos projetos de colonização já criados pelo INCRA e COLONACRE, e nas aglomerações em torno dos NARIs, visando melhorar as condições de vida de pequenos lavradores, mediante ações de regularização fundiária, apoio à produção, à comercialização e implantação de infra-estrutura econômica e social.

Figura 02 – Origem dos Recursos Públicos que foram Aplicados no Acre em Decorrência das Políticas Públicas dos Militares



Fonte: Organizado pela autora com base em Duarte (1987), Oliveira (1985), Oliveira (1991 e 1995 b) e Rego (1992).

2.3– Desempenho das Políticas Públicas no Acre

Com relação ao desempenho dos programas PROTERRA e POLAMAZÔNIA, estes "deram certo" no que diz respeito a fomentar a infraestrutura em regiões prioritárias da Amazônia, mas fracassaram em viabilizar a distribuição de terras e de créditos a pequenos produtores do Norte e Nordeste. Seus recursos acabaram sendo utilizados pelos grandes empresários, na maioria dos casos.

Com relação à atuação do PIN, destacamos as rodovias e a colonização realizada pelo INCRA.

As rodovias foram importantes no processo de reestruturação da economia estadual, uma vez que até o final da década de 60 prevalecia o

sistema fluvial, o que significava uma relação direta com Belém e Manaus e também uma baixa flexibilidade no transporte de cargas, que era pequeno e reduzido em variedade de produtos. Mas a partir de 70 esta sistemática é suplantada pelo sistema rodoviário, e Rio Branco passa a ter uma relação direta com o Centro-Sul.

A Br 364 é a mais importante do estado, ligando Rio Branco ao Centro-Sul. Por esta rodovia chegaram os novos migrantes, principalmente os pequenos e médios proprietários e os trabalhadores rurais sem-terras.

Na rede de transporte rodoviário do Acre (Mapa 13) temos outras vias que foram importantes no processo migratório campo-cidade. A Ac-010 ligando Rio Branco ao município de Porto Acre, a Ac-40 ligando Rio Branco à Plácido de Castro e a Br-317 ligando Assis Brasil, no sudoeste acreano, à cidade amazonense de Boca do Acre.

Este plano rodoviário não foi concluído; a Br-364 só tem tráfego permanente até Sena Madureira, em função da crise econômica do final dos anos 70 e início de 1980, e também das denúncias sobre os problemas sócio-ambientais que as rodovias estavam provocando, fazendo o governo diminuir os investimentos neste setor⁵⁶ (IBGE-PMACI I, 1990).

Com as estradas e serviços de transportes rodoviários há um reordenamento no fluxo do transporte aéreo da região acreana⁵⁷, fazendo uma ligação mais rápida⁵⁸ de Rio Branco com as demais cidades acreanas e do Brasil. Em 1963 Rio Branco tinha uma freqüência semanal de 12 viagens. Algumas linhas inclusive tinham convênio estatal para funcionarem, ou seja, o

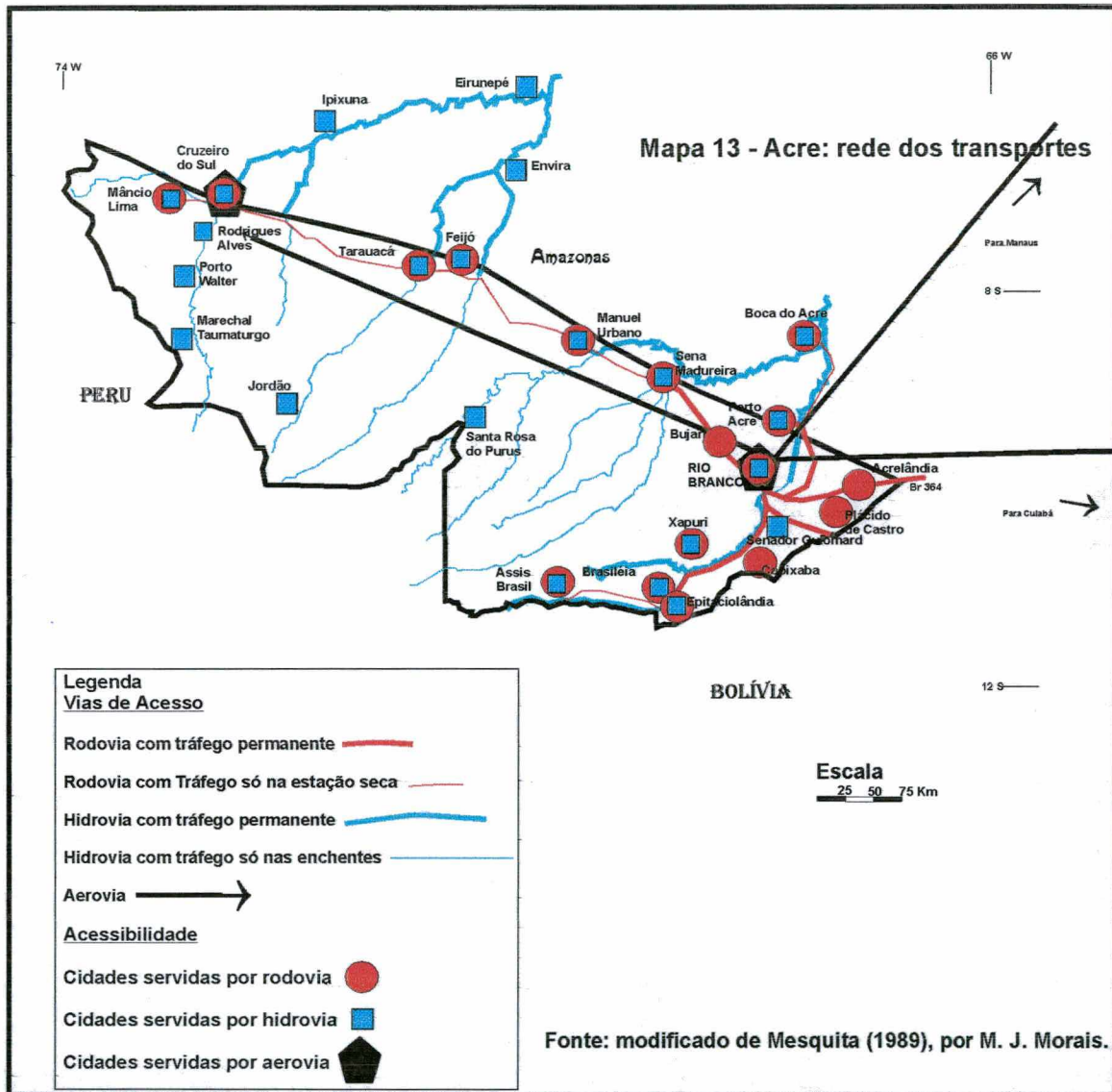
⁵⁶ O impacto das denúncias da degradação social e ambiental das comunidades amazônicas fizeram-se reconhecer quando os organismos internacionais (BIRD) passaram a suspender os financiamentos para pavimentação de rodovias, exigindo medidas prévias de proteção às populações locais (índios e seringueiros) e ao meio ambiente.

Em 1987 o BIRD suspendeu o empréstimo para o governo brasileiro destinado à pavimentação da BR-364, trecho Porto Velho-Rio Branco, em função do atraso nas ações referentes à preservação do meio ambiente e à proteção das comunidades indígenas. A mesma só foi concluída em 1992 (Becker, 1997 b).

⁵⁷ A aviação comercial no Acre é da década de 1960. Mas em 1970, com a inauguração do Aeroporto Internacional Presidente Médici, Rio Branco ingressa na era do avião a jato.

⁵⁸ Principalmente no período da estação sem chuvas, quando o poder de navegação dos rios acreanos são baixos. Nestes períodos (que duram cerca de 4 a 5 meses), para chegar a

governo federal pagava às empresas um certo número de lugares vazios para que a linha fosse mantida (Mesquita, 1989).



Com a implantação das rodovias algumas linhas foram canceladas, como as que ligavam Rio Branco à Sena Madureira, Feijó, Tarauacá, Xapuri e

Cruzeiro do Sul saindo de Rio Branco, gasta-se em média 30 dias, precisando fazer transbordos de embarcações em Boca do Acre, Lábrea, Carauari e Eirunepé no Amazonas (Mesquita, 1989).

Brasília, sendo agora realizadas por táxis aéreos. Permaneceu apenas a linha Rio Branco-Cruzeiro do Sul.

Em contrapartida, com as estradas de rodagens, surgem as linhas de ônibus. Em junho de 1976, iniciam-se as linhas pertencentes a empresas com matriz em Rio Branco para Xapuri e Brasília pela Br-317, para Senador Guiomard e Plácido de Castro pela Ac-001, para Sena Madureira pela Br-364 e para Porto Acre e Boca do Acre pela Br-317.

Com relação à atuação do INCRA, vale destacar que até 1985, sob sua responsabilidade, a colonização oficial⁵⁹ criou cinco Projetos de Assentamentos Dirigidos-PADs. Tais projetos foram criados com objetivo de amenizar os conflitos entre seringalistas e empresários do Centro-Sul. Dentre estes cinco, dois foram no município de Rio Branco.

Estes PADs de Rio Branco abrigaram principalmente os sem-terras de outras regiões, como os desabrigados pela Hidrelétrica de Itaipu no Paraná e também os seringueiros que foram expulsos de suas terras (Duarte, 1987; Nascimento, 1985).

Os PADs⁶⁰, segundo Silva (1999: 235),

“caracterizavam-se por ocuparem áreas vazias, onde a infra-estrutura e as demais assistências seriam prestadas em forma de parcerias com os órgãos públicos estaduais e municipais. Eles visavam absorver a mão-de-obra excluída do Nordeste, Centro-Sul e ex-seringueiros expulsos dos antigos seringais...”

Além dos PADs foram criados no Acre os Projetos de Assentamentos Extrativistas-PAEs, que buscam regularizar a situação dos seringueiros que resistiram à apropriação capitalista da terra, tendo suas áreas desapropriadas e transformadas em áreas de reservas. Com esta iniciativa os seringueiros mantêm sua estrutura da formação socioespacial, baseada nas

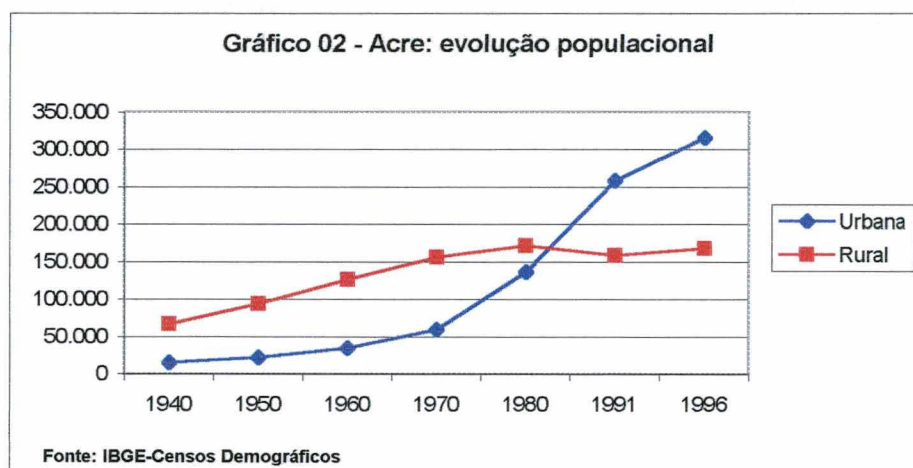
⁵⁹ Aqui entendida como a implementada por órgão oficial do governo em terras públicas. Até 1980 a mesma podia ser implementada também pela COLONACRE.

colocações e estradas de seringa, e que agora buscam sua manutenção em formas associativas ou cooperativas de organização. De certa forma, este tipo de assentamento é uma confirmação do direito de posse do seringueiro e produto de suas próprias lutas e resistências⁶¹ (Silva, 1999).

Já os Projetos de Assentamentos Rápidos-PARs providenciam a regularização de áreas devolutas, parcialmente ocupadas, fornecendo de início uma autorização de ocupação, após demarcados os lotes.

O INCRA criou desde 1970, no Acre, 49 projetos de assentamentos em diversas modalidades, conforme podemos observar no mapa 14.

O resultado de todas estas ações do governo federal e estadual, com relação às cidades, foi um acelerado crescimento urbano (Gráfico 02).

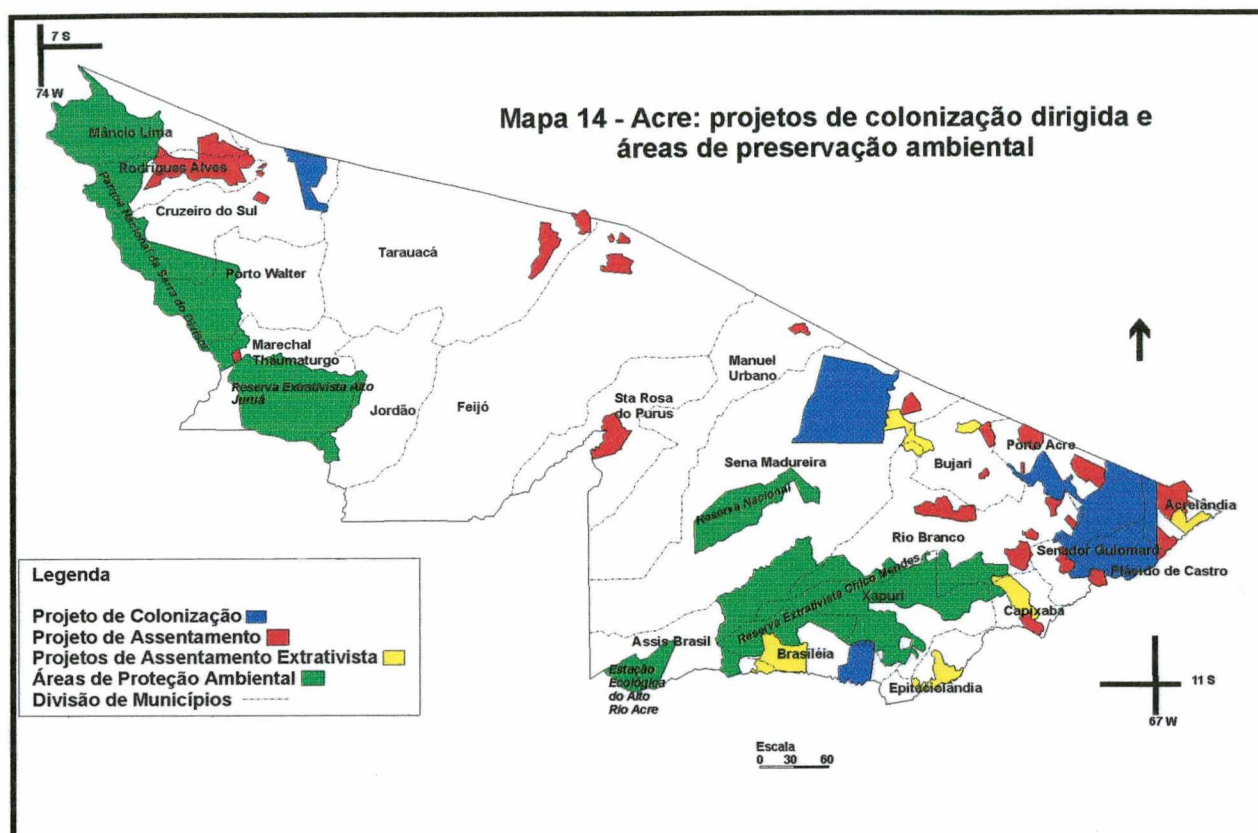


Este processo demográfico reflete o desenvolvimento econômico do Estado do Acre. Inicialmente, o desenvolvimento demográfico foi uma consequência da exploração da borracha. Esta atividade concentrava a população no campo, por isso a predominância da população rural;

⁶⁰ A partir de 1985, esses PADs passaram a receber a denominação de Projetos de Colonização-PCs e, em 1993, estes transformavam-se em Unidades Avançadas-UAs.

⁶¹ Conforme Gonçalves (1998), a partir de 1970 houve no Acre intensos conflitos entre os que dependiam da floresta para viver (seringueiros, ribeirinhos, índios) e os fazendeiros vindos de outras regiões. Deste conflito emergem na década de 1990 as reservas extrativistas e as reservas indígenas.

recentemente, correntes migratórias buscam a região atraídas por outras fontes de riqueza, como a exploração da madeira e da pecuária, facilitadas pelo baixo preço da terra, do crescimento dos mercados consumidores e a abertura de rodovias inter-regionais, o que vai desencadear o processo migratório para as cidades, da população formada de seringueiros, colonos, índios.



Projetos de Colonização

- | | |
|----------------------------------------|----------------------------------------|
| 01 - Pedro Peixoto (Rio Branco) | 28 - Amônia (M. Thamaturgo) |
| 02 - Humaitá (Rio Branco) | 29 - Tracua (Cruzeiro do Sul) |
| 03 - Caquetá (Porto Acre) | 30 - Nova Cintra (R. ALves) |
| 04 - Tocantins (Porto Acre) | 31 - Uacatan (R. ALves) |
| 05 - Cumarú (Acrelândia) | 32 - Rio Azul (R. ALves) |
| 06 - Santo A. do Peixoto (Acrelândia) | 33 - Amena (Feijó) |
| 07 - Porto Dias (Acrelândia) | 34 - São Domingos I e II (Mâncio Lima) |
| 08 - Remanso (Capixaba) | 35 - Envira (Feijó) |
| 09 - Figueira (Rio Branco) | 36 - Paraná dos Mouras (R. Alves) |
| 10 - Carão (Rio Branco) | 37 - Havaí (R. Alves) |
| 11 - Riozinho e Granada (S. Madureira) | 38 - Tarauacá (Tarauacá) |
| 12 - Boa Esperança (S. Madureira) | 39 - Vitória (Porto Walter) |
| 13 - Quixadá (Brasiléia) | 40 - Novo Destino (Tarauacá) |
| 14 - Santa Quitéria (Brasiléia) | 41 - Boa Água (Rio Branco) |
| 15 - Chico Mendes (Epitaciolândia) | 42 - Orion (Acrelândia) |
| 16 - Porto Rico (Epitaciolândia) | 43 - Santa Rosa (Sta. Rosa do Purus) |
| 17 - Colibri (Rio Branco) | 44 - Camari (Bujari) |
| 18 - Favo de Mel (S. Madureira) | 45 - Porto Acre (Porto Acre) |
| 19 - Benfica (Rio Branco) | 46 - Espinhara (Bujari) |
| 20 - Vista Alegre (Rio Branco) | 47 - Baixa Verde (Rio Branco) |
| 21 - Nazaré (M. Urbano) | 48 - Triunfo (Plácido de Castro) |
| 22 - Petrolina (S. Guimard) | 49 - Limoeiro (Bujari) |
| 23 - São Gabriel (Capixaba) | |
| 24 - Homero Maia (Rio Branco) | |
| 25 - Santa Luzia (Cruzeiro do Sul) | |
| 26 - São Pedro (Rodrigues ALves) | |
| 27 - Pavão (Rodrigues Alves) | |

Fonte: modificado de Silva (1999), por M. J. Morais.

Vista aérea parcial de Rio Branco



Fonte: Cartão Postal

Capítulo 3

CAPÍTULO 03

**RIO BRANCO: A FORMAÇÃO SÓCIO-TERRITORIAL URBANA A PARTIR
DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DOS MILITARES**

3.1 - A Cidade e o Urbano

A cidade é o espaço de concentração das pessoas, das atividades econômicas não agrícolas, como o comércio, a indústria e os serviços; é também o lugar da divisão econômica e social do trabalho (dentro do processo produtivo) e da sociedade e elo na divisão espacial do trabalho. Além desta concentração econômica, a cidade é também o espaço da gestão política e financeira do Estado (Carlos, 1994; M. C. B. Spósito, 1999; Singer, 1998a).

A cidade é a concretização do processo de urbanização decorrente dos papéis urbanos desempenhados, ao longo do tempo histórico, e condição para as práticas sociais, de diferentes naturezas, que se realizam através do cotidiano urbano (M. C. B. Spósito, 1999).

A produção espacial que se realiza no cotidiano das pessoas aparece como a forma de ocupação ou utilização de determinado lugar num momento específico. Do ponto de vista do produtor de mercadorias, a cidade materializa-se como condição geral da produção e nesse sentido é o *locus* da produção e da circulação. Assim entendida, a cidade é também o mercado e o local das atividades de apoio à produção, (escritórios, agências bancárias, etc.) (Carlos, 1994). Já do ponto de vista do consumidor/morador, a cidade é o meio de consumo coletivo para a reprodução da vida. É o lugar da esperança, das melhores oportunidades de emprego e condições de vida em geral.

A cidade, segundo Corrêa (1997: 121), ***“é a expressão concreta de processos sociais na forma de um ambiente físico construído sobre o espaço geográfico. É a expressão dos processos sociais que refletem as características da sociedade”***.

Assim sendo, a cidade é o lugar privilegiado das ocorrências de diversos processos sociais que criam funções e formas espaciais.

Os processos sociais são as forças através das quais o movimento de transformação da estrutura social, o processo, se efetiva espacialmente, refletindo a espacialidade da sociedade (Corrêa, 1989).

Já as formas, segundo as quais as territorialidades urbanas se estruturam, constituem elementos fundamentais para a compreensão dos processos de representação social no mundo contemporâneo.

Na cidade o processo de produção e reprodução do espaço urbano é marcado por diferentes interesses dos agentes sociais. O solo urbano é disputado pelos vários segmentos da sociedade de forma diferenciada, gerando conflitos entre os indivíduos e os usos.

Estes conflitos de interesses de usos são orientados pelo mercado e mediados pelo Estado, uma vez que este é o propiciador das condições gerais de reprodução do capital e o gerenciador dos conflitos sociais. Mas é com a implantação de serviços públicos, como a saúde, educação e transportes, que sua atuação é mais conhecida e alvo das reivindicações populares.

Com relação ao uso do solo urbano, podemos diferenciá-lo de dois modos: o primeiro é o vinculado ao processo produtivo e reprodução do capital (produção e realização da mais-valia) e o segundo vinculado à reprodução da sociedade, isto é, da força de trabalho.

Para Ribeiro (1997), o solo urbano e a terra têm significados diferentes na cidade: por exemplo, para o capital construtor, a terra é suporte da produção dos objetos imobiliários. Já para o capital industrial a terra é suporte da produção e circulação de mercadorias.

Para o capital industrial, bancário e comercial, a terra urbana tem o papel de permitir o acesso aos efeitos úteis da aglomeração, que são aqueles produzidos pelos meios de circulação e de consumo concentrados na cidade. Isto significa que cada terreno particular permite maior ou menor valorização pelo acesso que a sua localização propicia aos efeitos da aglomeração, ficando o preço da terra a ser determinado pelo sobrelucro de localização que cada terreno propicia ao capital industrial, ao bancário e ao comercial.

Para o capital comercial, que investe no varejo, por exemplo, é de fundamental importância a localização em zonas de aglomeração residencial. Para o capital bancário, é interessante a localização no centro de negócios. Para o industrial a localização urbana é um fator de pouca importância, na medida em que as empresas passam a produzir para mercados integrados nacional e internacionalmente.

Para o capital construtor de edificações, sobretudo de moradias, a localização tem pouca importância ao nível da produção, a menos que sejam terrenos alagadiços e de forte declividade. Em termos gerais, um terreno para a construção habitacional oferece poucas vantagens em termos de permitir maior ou menor preço de produção. A localização só será decisiva para a fixação dos preços e para as condições de comercialização da moradia.

A terra tem um papel particular para a construção habitacional, uma vez que, sendo uma produção de bens imóveis, a cada processo produtivo é necessário novo solo. Isto faz com que a propriedade privada da terra urbana se apresente como um obstáculo maior para o capital investido neste ramo, fazendo com que haja “conflitos” de interesse entre os proprietários fundiários e dos meios de produção, com (principalmente) a população de baixa renda, com os industriais, comerciais e os incorporadores imobiliários.

Para Corrêa (1989) os proprietários fundiários da cidade atuam no sentido de obterem a maior renda de suas propriedades, interessando-se em que estas tenham o uso que seja o mais remunerador possível, especialmente uso comercial ou residencial de alto status. Os mesmos também estão interessados na conversão da terra rural em urbana, ou seja, têm interesses na expansão da malha da cidade, na medida em que a terra urbana é mais valorizada que a rural.

Neste contexto, os mesmos exercem pressão junto ao Estado, especialmente na instância municipal, visando interferir no processo de definição das leis de uso do solo e no zoneamento urbano, uma vez que o Plano de Desenvolvimento Urbano, popularmente chamado de Plano Diretor, é o documento técnico-legal responsável pela delimitação da zona urbana, pela

regulamentação dos loteamentos, pelo zoneamento urbano e pela regulamentação do uso do solo.

Os proprietários de terras bem localizadas, valorizadas por amenidades físicas, como o mar, lagoa, sol, verde, etc., agem pressionando o Estado visando um bom uso no zoneamento, como também na instalação da infra-estrutura urbana. Tais investimentos valorizam a terra. E campanhas publicitárias exaltando as qualidades da área são realizadas, ao mesmo tempo em que o preço da terra sobe constantemente.

Nesta lógica temos o Estado atuando no sentido de dotar o espaço urbano de equipamentos coletivos (saúde, educação e transportes), da infra-estrutura física (serviços de água, esgoto, luz, telefone, pavimentação de ruas), definindo as leis de uso e zoneamento, ou seja, criando as condições gerais de (re)produção do capital, da força de trabalho e da gestão da cidade.

Na Amazônia, sob a ideologia das políticas públicas, o Estado incentivou, através das leis fiscais, o mercado a investir na região acreana, principalmente através do pólo industrial, da implantação da infra-estrutura física (companhias de saneamento -1971-, de energia, de telefones) e dos equipamentos coletivos (universidade, hospitais, conjuntos habitacionais) que serviram por um lado para a reprodução da força de trabalho e, por outro, para criação de uma mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho.

Com base neste entendimento do que é o espaço urbano, de agora em diante mostraremos como se concretizou o processo de urbanização de Rio Branco, a partir das intervenções governamentais dos militares para a Amazônia. Será discutido inicialmente o resultado do processo migratório para o Acre e Rio Branco em particular. E, a espacialização que a cidade adquire com a "*migração espontânea*"⁶², bem como dos conflitos decorrentes da chegada destes novos moradores na cidade. Onde discute-se o processo de

⁶² O termo migração espontânea é aqui utilizado para se contrapor à migração dirigida, realizada pelo INCRA, e não no sentido da espontaneidade do deslocamento, pois entendemos que a migração está baseada em causas estruturais, sendo por isso um processo social que depende mais do grupo do que do indivíduo (Singer, 1998a).

desterritorialização⁶³ e o de reterritorialização⁶⁴. Como também a relação entre o Estado e o espaço urbano, isto é, como agente propiciador das condições gerais da reprodução do capital e como gerenciador das crises sociais (Carlos, 1994 e Lojkine, 1997), identificando as ações e iniciativas, não só as implementadas a partir das políticas públicas para Amazônia, como também a sua atuação “*costumeira*” na gestão da cidade.

3.2 - As Conseqüências das Políticas Públicas no Processo Migratório para Rio Branco

3.2.1 - A Desterritorialização

Na década de 70, com a incorporação do Acre à fronteira agrícola amazônica concretizada através das rodovias de integração, dos incentivos fiscais e dos programas agropecuários, há um reordenamento das atividades econômicas em todo o estado.

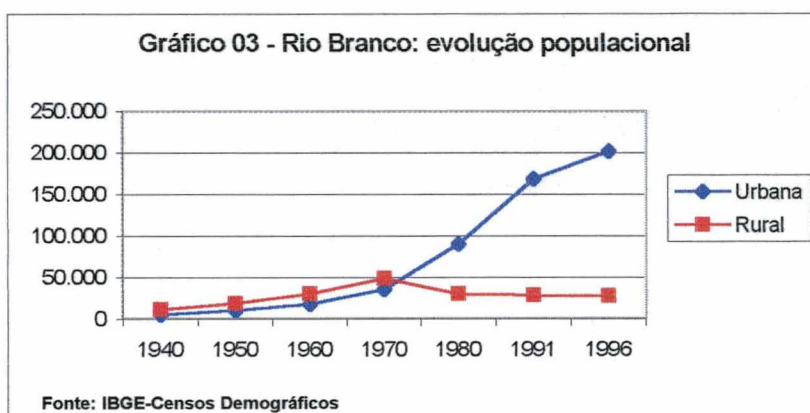
A partir destas políticas grandes quantidades de terras foram compradas por empresários do Centro-Sul do país, vastas áreas foram desmatadas no vale do rio Acre, abrangendo os municípios de Rio Branco, Brasiléia e Xapuri, e proliferaram os conflitos entre posseiros e novos proprietários, que resultaram em lutas e assassinatos.

A derrubada de grandes extensões de floresta e a venda de antigos seringais precipitaram o êxodo rural, que tomou duas direções: a das famílias que migraram para a Bolívia, onde continuaram trabalhando na extração da seringa, e as outras que buscaram a periferia das cidades, especialmente Rio Branco, capital do Estado (Oliveira, 1985; O. Becker, 1990).

⁶³ A desterritorialização diz respeito à perda de território apropriado e vivido em decorrência de diferentes processos que são capazes de desfazerem antigos territórios e modos de vida (Trindade Júnior, 1998).

⁶⁴ A reterritorialização refere-se à criação de novos territórios, seja por meio da reconstrução parcial, *in situ*, de velhos ou novos territórios, seja através da recriação parcial, em outro lugar, de um novo território, que contém características do antigo ou ainda com novas características ou adaptação a novos modos de vida (Trindade Júnior, 1998).

A expulsão das terras e o movimento migratório foram os fenômenos mais intensos nos primeiros anos da chegada dos agropecuaristas ao Vale do Acre-Purus. Com as terras sendo progressivamente ocupadas e antigos seringais vendidos ou desmembrados, tomou corpo uma variação entre o número de habitantes no campo e na cidade (Gráfico 03), complementada pela desestruturação da economia extrativa, que desencadeia o processo migratório de seringueiros, índios, posseiros e ribeirinhos para Rio Branco. Segundo Oliveira (1985: 35) **“... a população seguiu o traçado dos rios e das estradas em direção a Rio Branco, por parecer a única alternativa em termos de oportunidades de empregos e negócios”**.



Estes migrantes originários dos seringais e dos municípios vizinhos buscam, na cidade, emprego, melhores condições econômicas, acesso à saúde, educação, para si e para os familiares que também já haviam migrado. Ao chegarem à cidade, em péssimas condições financeiras, vão engrossar os contingentes populacionais residentes em bairros periféricos. Já que não podem pagar pela moradia buscam os terrenos onde o preço da casa-terreno é mais baixo ou onde, pelo processo de invasão-ocupação, encontram um lugar para viver.

Os problemas imediatos deste fluxo migratório para Rio Branco foram o surgimento de loteamentos clandestinos, em locais onde falta todo tipo

de infra-estrutura, e a proliferação do mercado informal urbano, especialmente das ocupações ambulantes.

A população que migrou do campo para a cidade era de baixa renda, concentrou-se na periferia da cidade e era subempregada ou totalmente desempregada, e o mercado de trabalho não absorveu esta mão-de-obra, o que fez o Estado intervir criando o distrito industrial.

Importante papel tiveram as rodovias neste processo migratório, não só para Rio Branco, como para todo o estado. Estas foram importantes não só para a chegada dos novos migrantes como também para as atividades econômicas. A ligação de Rio Branco com a região Sudeste afetou as relações comerciais com Belém e Manaus, uma vez que, antes da década de 70, a disposição geográfica do povoamento na região obedecia, como visto anteriormente, ao traçado da rede fluvial, por onde se fazia a circulação e comercialização dos produtos (Mesquita, 1989).

As modificações a partir das rodovias seguiram duas direções: uma que viabilizou a circulação de pessoas e mercadorias, e a outra pelo papel que as cidades passaram a exercer enquanto ponto de comercialização dos produtos da economia rural.

Os migrantes que chegaram à cidade, no início da década de 70, não foram só os provenientes da exclusão sócio-territorial do campo; migrou também, em decorrência da revitalização de atividades econômicas e financeiras (que incidiu sobre a modernização das funções urbanas), uma população destinada a trabalhar nas novas atividades implantadas na região, como: a universidade, os equipamentos de saúde, bancos, as companhias de desenvolvimento e os estabelecimentos comerciais e escritórios técnicos. Isso vai contribuir para a comercialização da terra no mercado imobiliário, como nos informa Oliveira (1985: 38): **“entre 1970 e 1975 o aumento médio dos terrenos em Rio Branco foi da ordem de 200%, mas de 1975 até 1982, o valor dos lotes urbanos aumentou aproximadamente 500%”**.

Como conseqüência da saturação do espaço para construção na área mais imediata ao núcleo central da cidade (ou seja, na área dotada de

alguma infra-estrutura física e da concentração das atividades econômicas) há uma valorização do solo urbano. A demanda por habitação dos grupos de classe média é orientada pela construção dos conjuntos de casas mais sofisticadas que vão sendo erguidas em áreas antes vazias ou desalojando a população de baixa renda.

Além da valorização do mercado imobiliário, há conflitos com a população de baixa renda que migrou para Rio Branco. Esta é cada vez mais afastada das áreas mais valorizadas.

Segundo Oliveira (1985: 38), no início dos anos 70, a cidade de Rio Branco é palco deste processo:

“em 1973, cerca de 650 famílias foram expulsas de áreas que ocupavam no limite da rua Rio Grande do Sul para que fosse construído o conjunto Habitasa, e é a mesma população que vai formar o bairro Palheiral. Também nas imediações do Bairro Experimental em direção ao Distrito Industrial e no bairro Triângulo Novo, as pressões e os despejos foram constantes”.

A valorização da terra foi, além da pressão do mercado, influenciada pelo poder público, que com as obras de infra-estrutura (luz, água, esgoto, arruamento, calçamento) contribuiu com a valorização do solo urbano.

3.3 - Crescimento Territorial de Rio Branco

Até meados de 1950 (Mapa 15) a área ocupada concentrava-se na margem esquerda do Rio Acre e restringia-se à cercada pelas ruas São Paulo, Marechal Rondon, Floriano Peixoto, Barbosa Lima, Epaminondas Jácome, Santa Catarina e Avenida Ceará, constituindo este o limite norte do trecho com arruamentos. Partindo da Avenida Ceará já existiam alguns trechos de ruas e caminhos que conduziam a residências, ao Estádio José de Melo e aos estabelecimentos de saúde, localizados na periferia urbana. Esses caminhos

originaram as ruas hoje conhecidas como Estrada do Aviário, do São Francisco, ao prolongamento da Getúlio Vargas, da Floriano Peixoto e da Quintino Bocaiúva, estando esta até hoje interrompida pelo referido estádio (Mesquita, 1989).

O Centro da cidade era caracterizado como *locus* administrativo e residencial da burguesia, localizada nos trechos limitados pelas ruas Floriano Peixoto, Rui Barbosa, Quintino Bocaiúva e Epaminondas Jácome. Além do Centro, já existiam dois outros bairros, a Cadeia Velha e o Papouco.

Na margem direita, o espaço urbano limitava-se a uma estreita faixa de terrenos, compreendida entre as ruas 1º de Maio, 17 de Novembro, 6 de Agosto, 16 de Outubro e Boulevard Augusto Monteiro. Nas duas primeiras, que margeiam o rio, localizavam-se as casas comerciais e residências de seus proprietários. A 6 de Agosto, 16 de Outubro e a Augusto Monteiro eram áreas residenciais da população pobre, composta principalmente, como a do bairro Papouco, da margem esquerda do rio, de ex-seringueiros. A primeira formava o bairro 6 de Agosto e as duas últimas o bairro Quinze.

A cidade continuou a expandir-se na margem esquerda em direção norte e oeste, evitando os terrenos das proximidades do rio por serem áreas alagáveis. Em meados da década de 1960, o espaço urbano já chegava ao norte, até a Avenida das Nações Unidas, e a oeste à rua conhecida como estrada Osmar Sabino. Delineavam-se os bairros Abrahão Alab, da Floresta e era aparente o crescimento do Centro, que continuava pela Rua Quintino Bocaiúva e José de Melo, até a Avenida das Nações Unidas.

Mapa 15 - Rio Branco: esboço da malha urbana em 1953



Fonte: modificado e adaptado do Guerra (1955), por M. J. Moraes.

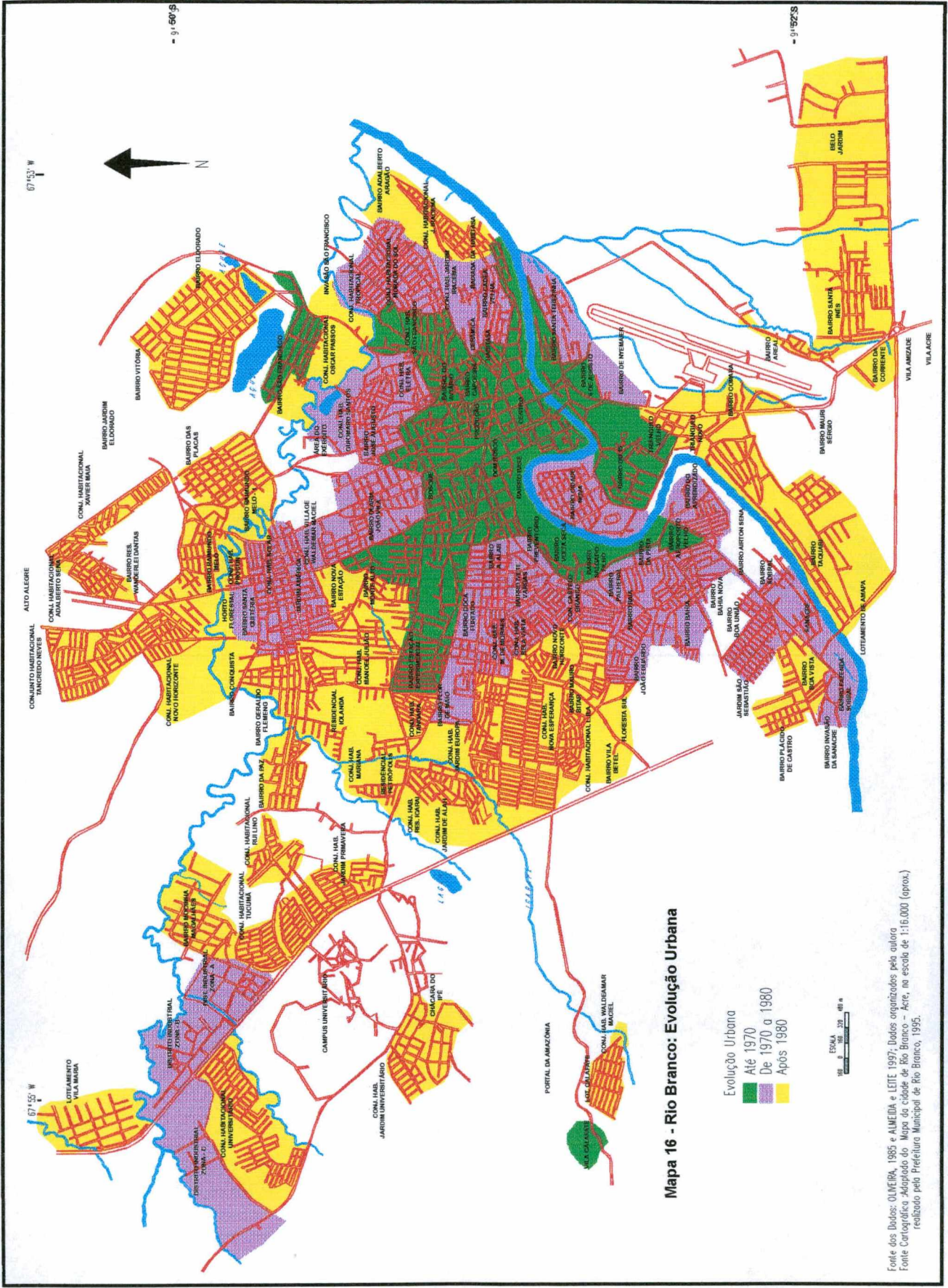
3.3.1 - A Reterritorialização

Já na década de 70 os bairros que surgem em Rio Branco, habitados pela população expulsa das áreas rurais, proliferam tanto ao longo do rio, como nos vazios urbanos. Ou seja, como esta população ***“não dispõe de dinheiro suficiente para comprar terreno ou casa em terra firme, acabam fazendo suas casinhas em terrenos alagadiços ou nos barrancos dos rios”*** (Varadouro, 1981).

Até 1970 havia cerca de 23 bairros e uma população de 34.474 habitantes e em 1996 a cidade já possui 133 bairros e 201.347 habitantes (Mapa 16).

A forma como ocorreu o surgimento da maioria dos bairros, como por exemplo o Bahia, Triângulo Novo, Palheiral, Cidade Nova, Santa Terezinha, Taquari, Vitória, Eldorado, Chico Mendes e Mocinha Magalhães, habitados pela população de baixa renda, foi a partir da ação dos Posseiros Urbanos, designação das famílias que, pressionadas por fatores como baixa renda, exclusão social e territorial do campo, não tiveram outra alternativa senão a de ocupar os terrenos baldios de particulares ou do Estado.

Como podemos observar, a partir de matérias veiculadas no Jornal Varadouro (1981), as ocupações ocorrem em bloco (várias famílias ao mesmo tempo) e rapidamente (de um dia para outro as construções já estão erguidas), e também são violentamente reprimidas. Neste caso “é começar outra vez” (fala de um morador do bairro Bahia). A título de exemplo mostraremos como se deu o processo de construção em dois bairros de Rio Branco:



Mapa 16 - Rio Branco: Evolução Urbana

Evolução Urbana
 Até 1970
 De 1970 a 1980
 Após 1980

ESCALA
 1:15.000
 0 300 600 m

Fonte dos Dados: OLIVEIRA, 1985 e ALMEIDA e LETTE, 1997. Dados organizados pelo autor.
 Fonte Cartográfica: Adaptado do Mapa do cidade de Rio Branco - Acre, na escala de 1:15.000 (aprox.) realizado pelo Prefeitura Municipal de Rio Branco, 1995.

Este mapa faz parte da Dissertação de Mestrado "Rio Branco-Ac, uma cidade de fronteira: o processo de urbanização e o mercado de trabalho, dos planos governamentais dos milhares aos dias atuais" de Maria de Jesus Moraes. UFSC-Geografia.

Arq. Orlando Edel Ferratti
 orfe@ch.ufsc.br

01 - Bairro Triângulo Novo

O Processo de Ocupação

“Há mais de três (03) anos (1978) uma área de terra sem nenhuma benfeitoria à direita da Rodovia Ac-01, em frente ao Aeroporto Presidente Médici, começou a ser ocupada desordenadamente por famílias desabrigadas, quase todas expulsas dos seringais pela força do latifúndio sulista” (Varadouro, 1981) data acrescida.

Os Conflitos e a Violência

“Após algumas ameaças aos ocupantes, bem mais tarde os proprietários da área entraram com um processo na justiça. A justiça, expediu no ano passado (1980), a pedido de uma proprietária, um mandato de despejo de 300 famílias da área” (Varadouro, 1981) data acrescida.

A Resistência

“Ameaçados de ficar ao relento, os moradores se uniram e resolveram não arredar os pés da área. Concentraram-se na entrada do bairro e não permitiram que a polícia entrasse. Enquanto isso, formaram uma Comissão para falar com o governo para pedir a retirada do aparato policial. Ao mesmo tempo, o advogado do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, impetrava um mandato de segurança para anular o mandato de despejo. O despejo foi suspenso e em 15 de fevereiro de 1981 foi dado ganho de causa para os moradores” (Varadouro, 1981).

02 - Bairro João Eduardo

O Processo de Ocupação

“O terreno situado entre o bairro Bahia, Aeroporto Velho e Palheiral sempre esteve abandonado ... centenas de famílias

começaram a tirar seus lotes e construir suas casas. Conscientes dos problemas advindos da ocupação desordenada, como aconteceu no Triângulo Novo, os moradores resolveram formar uma Comissão para demarcar e distribuir os lotes” (Varadouro, 1981).

Os Conflitos e a Violência

“Os donos da área reclamaram, mas a área já estava ocupada por mais de 1.000 famílias” (Varadouro, 1981).

Aqui o conflito ganha outra dimensão.

“Mesmo com o trabalho da Comissão em demarcar os terrenos no alinhamento e fazer uma distribuição justa dos lotes aos realmente necessitados, a Comissão teve problemas com pessoas inescrupulosas entre os – pequenos – que, a exemplo dos – grandes – também queriam explorar o povo através da venda de terrenos. Culminando com a morte do líder João Eduardo em fevereiro de 1981” (Varadouro, 1981).

A Resistência

“A Comissão entrou em entendimento com o governo para que a área fosse desapropriada e vendida aos ocupantes, em condições favoráveis aos moradores” (Varadouro, 1981).

Com estas reportagens percebe-se a dimensão do conflito, do que significa morar na cidade sem condições financeiras para pagar pela moradia.

As edificações nestas áreas não obedecem a um alinhamento, invadindo as marginais das ruas destinadas ao calçamento para o passeio público ou até o próprio arruamento. Mesmo que as marginais das ruas não tenham sofrido o avanço das moradias, elas são tomadas por valas, constituindo os chamados “esgotos a céu aberto” (Almeida Neto, 1996).

Concomitante ou após a "conquista" da moradia, iniciam-se as reivindicações junto ao poder público local por equipamentos sociais e infraestrutura.

Na questão das reivindicações há algumas particularidades, uma vez que grande parte dos bairros da população de baixa renda situa-se em áreas que ficam imersas na água por cerca de três meses por ano, o que significa perda de recursos públicos nos investimentos de infra-estrutura, principalmente nas áreas de invasões, como as sujeitas às inundações periódicas do rio Acre e igarapés.

Estes bairros pobres, habitados pela população expulsa das áreas rurais, revelam uma tendência no crescimento e espraiamento do espaço urbano. Ou seja, esta população passa a instalar-se em áreas periféricas de Rio Branco, formando aglomerados de habitação com características de favelas⁶⁵, em lugares impróprios e desprovidos das mínimas condições de habitabilidade (como água, luz, saúde, lazer, drenagem), o que mostra o padrão de vida a que foi relegada esta população no processo produtivo regional.

Esta população urbana excluída⁶⁶ não possui uma habitação, que além da idéia de abrigo compreenda a integração com a cidade e seu entorno, a disponibilidade de infra-estrutura urbana e de acesso ao mercado de trabalho e aos equipamentos públicos. A habitação assim concebida propiciaria as condições necessárias para a proteção física dos seus moradores, o convívio familiar, a integração do indivíduo na comunidade e a reprodução da força de trabalho.

A "opção" de ocupação desta população (margens do rio Acre e igarapés) é explicada pelas suas baixas condições econômicas para morar na cidade, como dizia a manchete do jornal Varadouro em março de 1979 "**sem**

⁶⁵ Considera-se Favela "*um conjunto constituído por unidades habitacionais ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) dispostos, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais*" (IBGE, Censo Demográfico, 1991).

⁶⁶ A exclusão social é a soma de várias exclusões como a das famílias que foram expulsas do mercado formal de trabalho ou do mercado de residência formal.

casa para morar e sem condições de pagar aluguel, eles resolveram ocupar terrenos baldios".

Uma vez que para morar é necessário ter capacidade de pagar pela terra e a edificação, cujo valor depende também da localização em relação aos equipamentos coletivos e à infra-estrutura existente nas proximidades da casa/terreno; isto significa tomando como base a Teoria da Renda da Terra⁶⁷, que no preço da terra/edificação estão inseridos a renda da terra (do proprietário da terra), o lucro (das indústrias de insumo e construção) e os juros (dos financistas) (Carlos, 1994, Rodrigues, 1991).

Isto faz com que parte importante dos segmentos sociais de baixa renda, e mesmo os sem renda, não tenha acesso à habitação em forma de mercadoria do setor formal de moradia.

Neste sentido, a auto-construção é a forma de acesso desta população à habitação, em áreas de ocupação ou nos loteamentos clandestinos que surgem como forma individual ou coletiva de resolver a questão da falta de moradia.

Os loteamentos periféricos oficializados ou não devido à falta de condições dos compradores dos lotes, logo após a ocupação, adquirem características de áreas faveladas, seja pela ausência quase completa da infra-estrutura básica, dos equipamentos fundamentais ou pelo aspecto inacabado das residências. De acordo com as "posses" e as necessidades de seus usuários, as ampliações vão sendo realizadas, dando aos loteamentos um aspecto constante de canteiro de obras.

Se nos loteamentos mais recentes estas são as características dominantes, os assentamentos mais antigos apresentam-se desgastados devido à má conservação. Completa a extrema situação de deficiência de infra-

⁶⁷ A Teoria da Renda da Terra foi desenvolvida por Karl Marx, em O Capital (1991). O Mesmo a classifica em três categorias: - renda de monopólio (determinada pelo monopólio de certas porções de terra), - renda diferencial I e II (determinada pela maior fertilidade, localização e intensificação do uso de capital). A partir desta teoria e sua aplicabilidade no espaço urbano é possível explicar que os fatores que determinarão o preço do solo no espaço urbano são: a localização do terreno, a acessibilidade em relação aos lugares privilegiados (escolas, shopping, centros de saúde, serviços, lazer, áreas verdes), acesso à infra-estrutura existente (água, luz,

estrutura urbana, a intensa competição pela terra que vem ocasionando o surgimento de novas ocupações e adensamento das já existentes (Silva, 1992).

O cotidiano da população dos bairros periféricos é de carências e de lutas para conseguir permanecer e sobreviver na cidade, como veremos a seguir numa reportagem sobre o dia-a-dia no início da construção no bairro Bahia:

“São 5:30h, o bairro Bahia já não dorme mais. A noite para seus moradores terminam às 4:00h da manhã. As mulheres ganham a rua com latas vazias na cabeça à procura de poços que porventura tenham amanhecido com água...Seu Granjeiro, um carpinteiro como tantos outros do bairro se espreguiça, sentado ainda na rede. Pensa no dia que está começando. Terá que enfrentar, de início, uma caminhada de 2 Km para tomar o ônibus que levará cerca de 200 outros diaristas para o centro da cidade. Os ônibus não entram no Bahia. Antes eram desculpas de que a estrada que dá o acesso ao bairro não oferecia condições; consertada a estrada, os ônibus continuam passando ao longo do bairro, cerca de dois Km, na rua Rio Grande do Sul...” (Varadouro, 1978) grifos acrescidos.

Problemas deste tipo na maioria dos bairros periféricos não faltam: ***“água encanada só existe para barão...Eles não vê a gente pobre dos bairros”*** afirma a lavadeira Maria das Graças, que tinha quatro lavagens de roupa e precisava caminhar quilômetros para lavar as roupas no açude. Luz, no Bahia, só aparece duas vezes por semana. Para Maria das Graças a falta de energia é pior que a falta d'água, pois é obrigada a passar e engomar a roupa com carvão. E para Maria das Graças, lavar, passar e engomar significa a garantia de seu sustento e de sua família (Varadouro, 1978).

Do ponto de vista da expansão territorial, a partir da migração campo-cidade da década de 70, a cidade vai se configurar em três eixos preferenciais de ocupação, pela população de baixa renda.

esgoto, asfalto, telefone, vias de circulação, transporte) e à privacidade (Carlos, 1994 e Harvey, 1990).

O primeiro eixo diz respeito aos novos bairros periféricos da antiga Zona Ampliada⁴⁸; além do crescimento da Estação Experimental, os bairros do Aviário e São Francisco, anteriormente colônias, formam-se a partir de bolsões de pobreza (Oliveira, 1985). Nestes bairros, a presença de órgãos públicos (INCRA, Embratel) e companhias imobiliárias vai proporcionar a infra-estrutura básica.

O segundo eixo é formado pelos bairros pobres de ocupação mais antiga, como os localizados na margem do rio, na proximidade dos barrancos (Papouco, Base), os quais experimentaram uma elevação do número de moradores. O mesmo acontece na outra margem, com o surgimento e expansão acelerada do bairro Cidade Nova, que até 1970 era um alagado em terras da Marinha, e também com o aparecimento do bairro Triângulo, espécie de continuação do tradicional bairro do Quinze. O bairro Cidade Nova foi um dos primeiros bairros periféricos no período pós-70, e seu intenso crescimento deve-se, em parte, à proximidade que mantém com as estradas que ligam a Porto Velho, a Xapuri e Brasília, regiões onde a expulsão de trabalhadores rurais foi mais intensa (Mesquita, 1989 e Oliveira, 1985)

E por último, um terceiro eixo de crescimento da cidade foi aquele que segue o caminho em direção ao antigo Aeroporto, desde o Núcleo Central, através da rua Rio Grande do Sul, a qual até 1970 era habitada só parcialmente, até o chamado Centro de Treinamento. Essa parte inclusive se estendia por uma grande superfície de áreas verdes naturais, as quais foram inteiramente derrubadas durante a década de 80. Nessa área pontificam os bairros do Aeroporto Velho, Terminal, Baía e Palheiral, habitados pela população pobre de origem rural. A invasão e a ocupação de áreas ainda prossegue nesse eixo e novos bairros vão se formando, como o bairro João Eduardo, nome de um dos líderes locais da comissão de demarcação e distribuição dos lotes, que foi assassinado em 18 de fevereiro de 1981 no bojo da luta pelos direitos de moradia (Mesquita, 1989).

⁴⁸ Termo utilizado por Guerra (1955) para mostrar o crescimento populacional nas áreas das colônias, que já em 1950 se expandia indo de encontro à Rio Branco.

Todos esses bairros (Fotos 01 e 02) são habitados por uma população de baixa renda, que aí se instalou e continua se instalando como “invasora” em consequência do êxodo rural. Neste processo,

“quem chega primeiro vai marcando seu pedacinho de chão, observando um acordo tácito, de que ninguém deve ocupar mais terreno do que o estritamente necessário... em poucas horas, geralmente pelo sistema de mutirão e com o material mais simples – algumas folhas de alumínio, cavacos ou mesmo palha para a cobertura, restos de tábuas, caias para as paredes e alguns esteios para equilibrar a construção” (Varadouro, 1979).

Foto 01- Aspectos das Construções da População de Baixa Renda no Centro de Rio Branco, nas Margens do Rio Acre



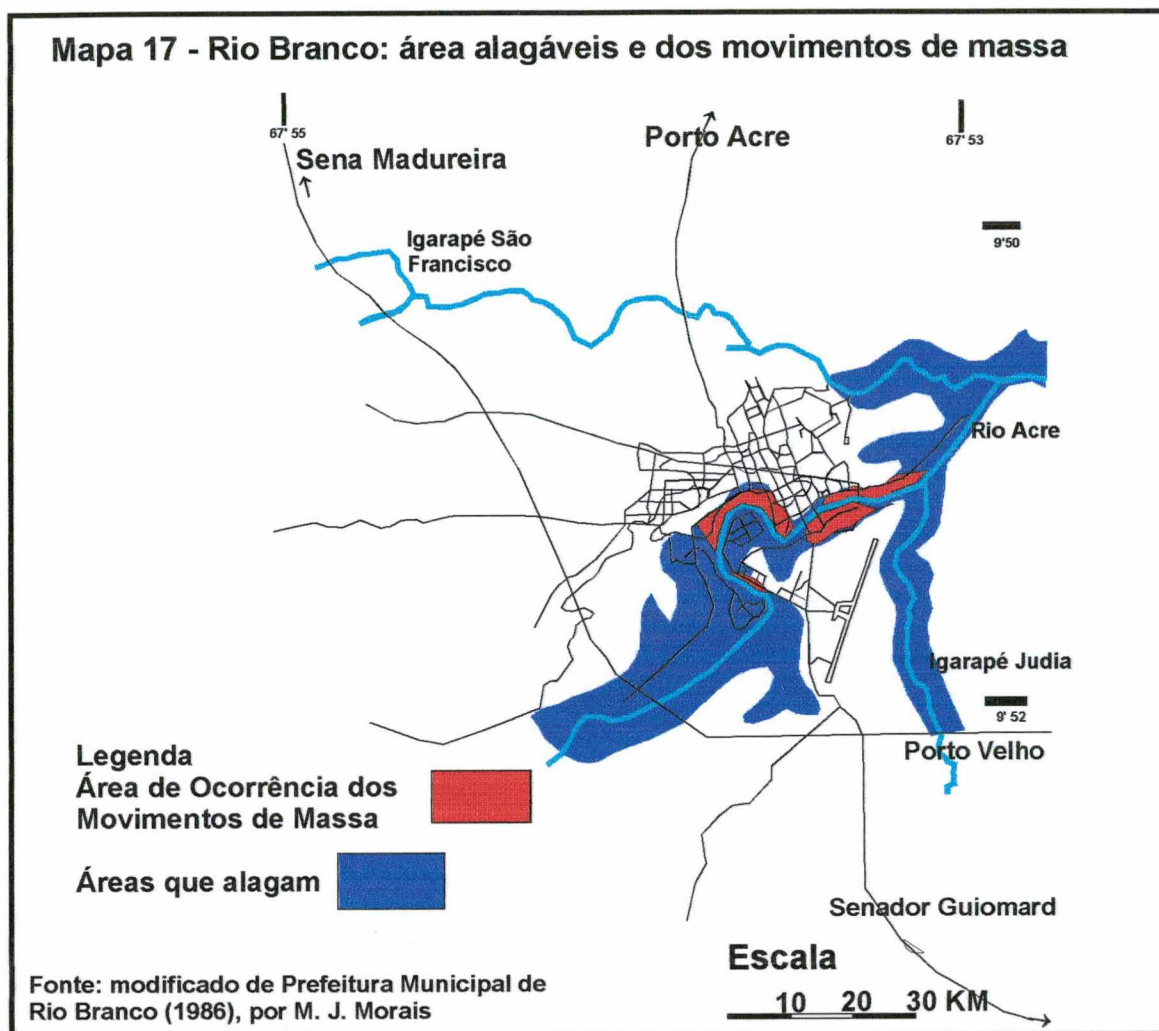
Foto: M. J. Morais, em outubro de 1999

Foto 02 - Vista parcial de uma rua no bairro Preventório



Foto: Lima (1998)

Estes bairros não dispõem de infra-estrutura que atenda às necessidades mínimas de higiene e conforto. E o dramático é que também estão localizados na planície fluvial do Rio Acre, local este que anualmente é tomado pelas cheias (Mapa 17), e também de maior incidência dos movimentos de massas, o que vem a provocar perdas materiais das casas e dos equipamentos urbanos instalados.



Os dados levantados pela Comissão Municipal de Defesa Civil de Rio Branco indicam que 36.000 habitantes encontram-se localizados em zonas críticas da cidade, sujeitas à inundação (Foto 03).

Foto 03 - Rua Venezuela no bairro Cadeia Velha durante a maior enchente do rio Acre, em março de 1997

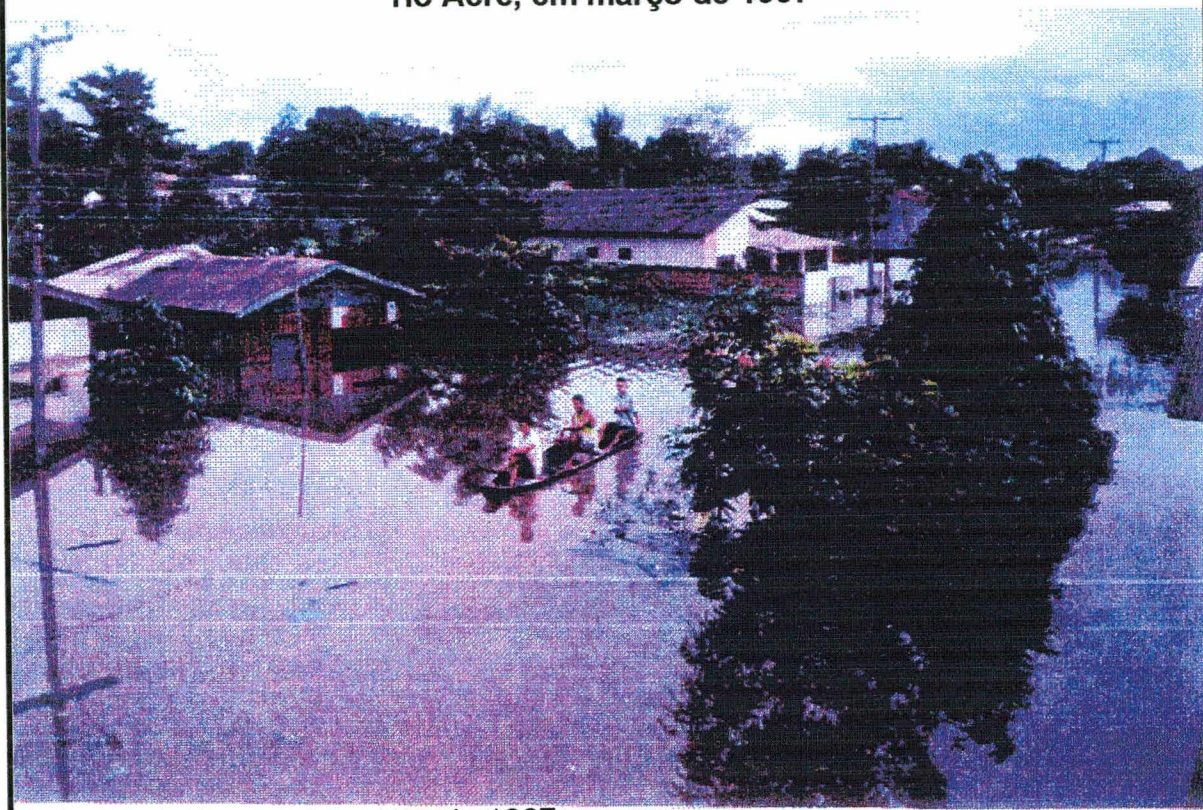


Foto: M. J. Morais em março de 1997

Desse total, 28.000 estão sujeitos à inundação fluvial e 8.000 por inundação pluvial. Esta população está distribuída entre 19 bairros da cidade, conforme pode ser observado no quadro 03. Muitos bairros afetados por esta problemática encontram-se localizados sobre antigos meandros abandonados, como é o caso dos bairros Taquari, Cadeia Velha e o próprio Aeroporto da cidade.

Os bairros atingidos pelos movimentos de massas em Rio Branco (Fotos 04 e 05), segundo Lima (1998), são os seguintes: Base, Papouco, Preventório, Cadeia Velha, Quinze, 06 de Agosto, Placas e área do Mercado Municipal no Centro da cidade.

Quadro 03 – Rio Branco: distribuição dos bairros por Zona de Inundação e de ocorrência dos Movimentos de Massa

Inundação		Movimentos de Massa	
Bairros	População em Risco	Bairros	População em Risco
Aeroporto Velho Bahia Baixada da Maternidade Cadeia Velha Capoeira Centro Cidade Nova Cohab do Bosque Comara Habitasa Invernada João Eduardo Quinze Santa Terezinha Sobral Taquari Triângulo Novo Tucumã 06 de Agosto	36.000 habitantes	06 de Agosto Base Cadeia Velha Centro Papouco Preventório Quinze	15.361 habitantes

Fonte: organizado pela autora, com base em Prefeitura Municipal de Rio Branco (1993), Lima (1998) e dados populacionais do Ministério da Saúde-FNS/Ac (1996).

Foto 04 - Área do calçadão da gameleira na rua Eduardo Asmar, no Centro da cidade, que foi afetada por Movimentos de Massa

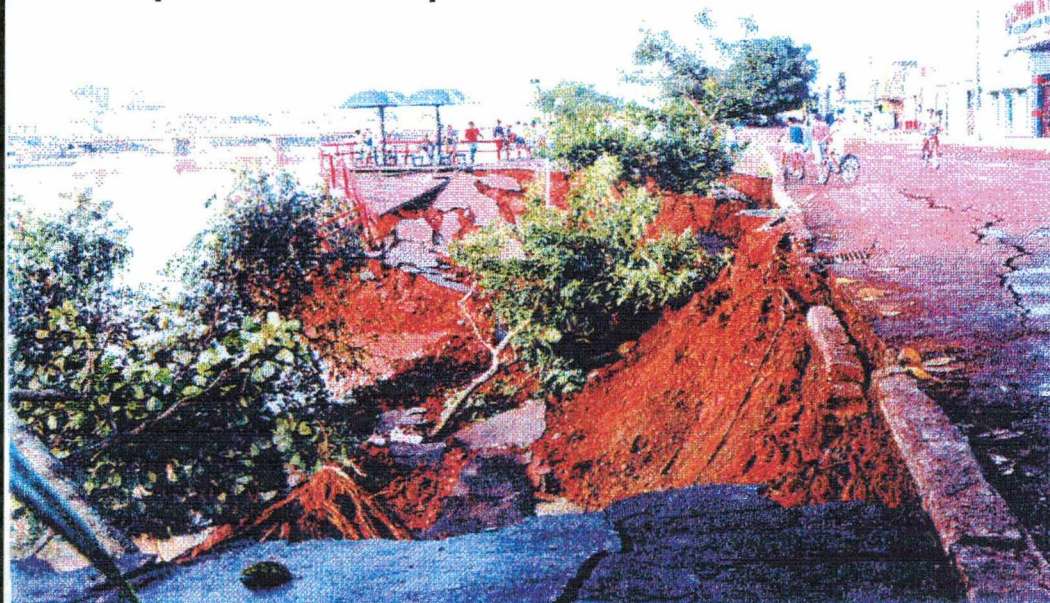


Foto: Evandro Derze - Jornal A Gazeta em 1998

Foto 05 - Área comercial da rua Floriano Peixoto, bairro da Base, afetado por movimentos de massa



Foto: Lima (1998)

Os impactos provocados pelos movimentos de massa nos anos de 1996 e 1997 ocasionaram a remoção de muitas famílias, a destruição completa de vários estabelecimentos comerciais, residências, calçadas e ruas, afetando inclusive as redes de esgoto, de abastecimento de água, energia elétrica e telefônica. Destruição essa que é provocada não só pelo movimento de massa em si como também pela alagação.

A população destas áreas muitas vezes é incentivada pelo poder público a buscar outros locais, como o conjunto Esperança e conjunto Jorge Lavocat. Mas muitas das famílias que são removidas voltam para o lugar de origem ou lugares próximos. Tanto as que voltam como as que não foram removidas justificam a sua permanência, na área, pela proximidade do Centro da cidade, ou seja, dos possíveis pontos de trabalhos, dos equipamentos urbanos existentes na área e pela economia de não precisar usar o transporte coletivo.

Como relata uma moradora do bairro Santa Terezinha: **“daqui para o Centro é só ir até o sinal e atravessar a ponte nova. Lá trabalha meu marido que vende picolé, meu filho do meio que vigia os carros próximo a PM e eu que trabalho como zeladora na Galeria Rio Branco”** (Almeida, 1996: 35).

Ou como relata outra moradora atingida pelos movimentos de massa no bairro da Base: **“a terra vai derretendo e a gente vai se aprumando... vamos ficando por aqui que é melhor⁶⁸”**.

Por outro lado, além destes bairros caracterizados por uma população de baixo poder aquisitivo, nota-se o crescimento de alguns bairros que representam redutos de uma classe média, tais como Habitasa, Castelo Branco, Jardim Tropical, Jardim São Francisco e outros.

Estes bairros (Tabela 03) alocam a população de maior poder aquisitivo, que em função do crescimento e da revitalização de atividades econômicas e financeiras no Acre incidiu sobre a modernização das diversas funções urbanas, como os técnicos, especialistas e negociantes vindos do Centro-Sul e do Nordeste.

Tabela 03 – Rio Branco: loteamentos particulares das décadas de 70 e 80.

LOTEAMENTOS	1970	1980
Jardim Nazle	X	
Solar	X	
Jardim Tropical	X	
Habitasa	X	
Procom		X
Morada do Sol		X
J. S. Francisco		X
Jardim do Alah		X
Flor de Maio		X
Petrópolis		X
Floresta Norte		X
Bela Vista		X

Fonte: COHAB-Ac, 1998 e Oliveira, 1985

⁶⁸ Comentários de moradora do bairro quando do trabalho de campo de Lima (1998).

Assim, o peso dessas pessoas localizadas nas negociações dos órgãos públicos ou privados, nos escritórios de profissionais liberais, faz com que se modifique o mercado imobiliário urbano. Esta população vai se instalar, preferencialmente, em áreas próximas ao núcleo central.

3.3.2 - As áreas residenciais produzidas pelo poder público

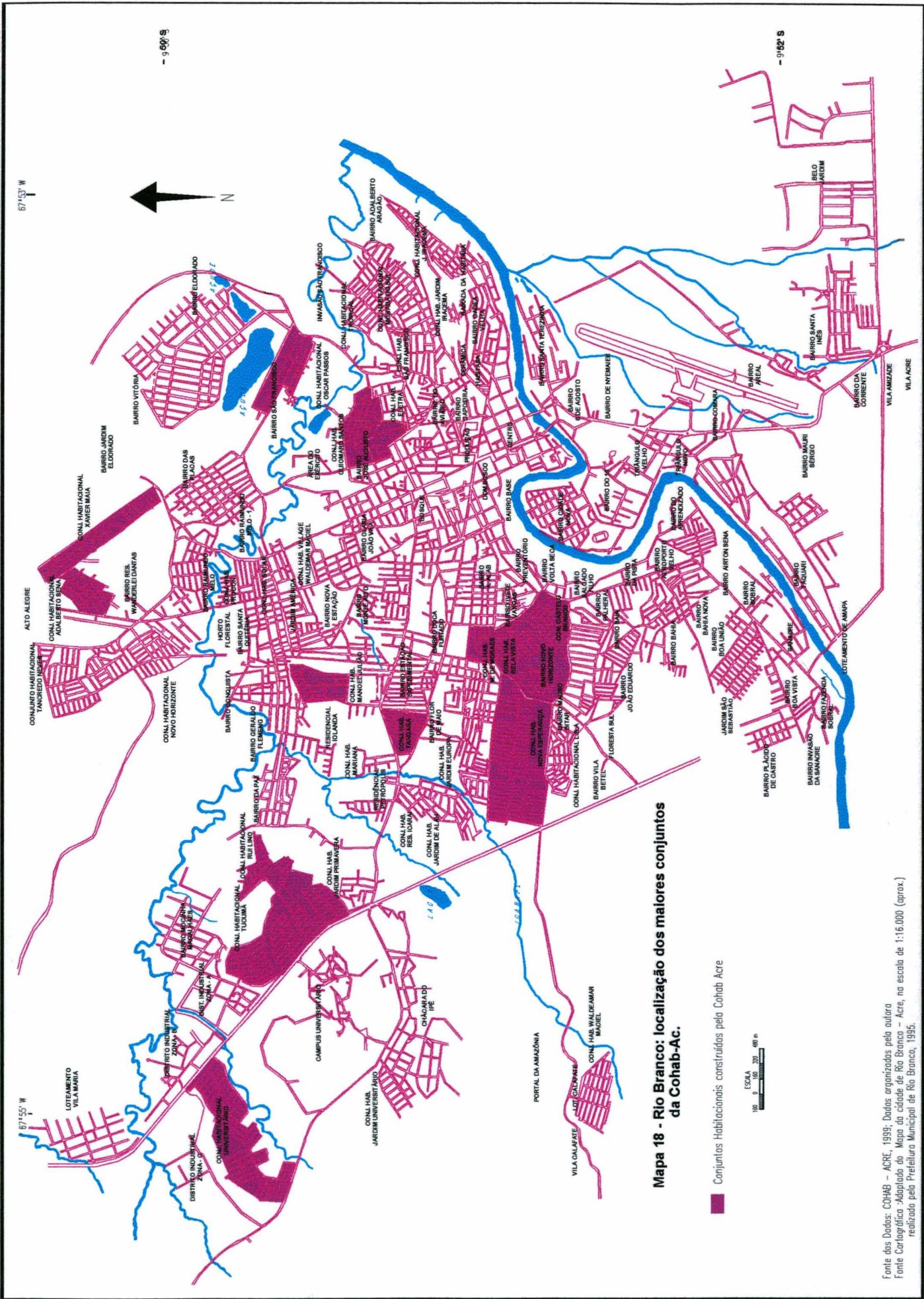
Um outro fator que contribuiu para a expansão territorial da cidade foram os conjuntos habitacionais, construídos pela Cohab-Ac (Mapa 18).

Desde que foi criada em 1965, dentro da Política Nacional de Habitação do BNH (criado em 1964), até os dias atuais, a Cohab-Ac instalou 21 conjuntos habitacionais (Tabela 04) em Rio Branco.

Neste caso o Estado quando cria o BNH, enseja amplos benefícios ao capital financeiro e ao capital imobiliário, e com o rótulo de estar resolvendo o problema da habitação, tenta converter o trabalhador em “proprietário” de seu imóvel.

Mas a política habitacional implantada beneficiou também outros setores do capital industrial, na medida em que a mercadoria “casa”, e principalmente os conjuntos habitacionais, convertem-se em grandes consumidores de produtos industriais das mais variadas linhas, num emaranhado de negócios que contém ao mesmo tempo a indústria (tijolos, telhas, madeiras, fios, fusíveis, relógios marcadores de consumo de energia, tubos e conexões) e comércio (Silva, 1992).

Os grandes investimentos aplicados neste setor, contudo, têm o seu interesse maior centrado nas pessoas que podem disputar a moradia sob as condições de mercado oferecidas: logo, em condições de responder com um retorno na forma de lucro quando da aquisição da casa “própria”.



Mapa 18 - Rio Branco: localização dos maiores conjuntos da Cohab-Ac.

Conjuntos Habitacionais construídos pelo Cohab-Ac

ESCALA 1:16.000

Fonte dos Dados: COHAB - ACRE, 1995; Dados organizados pela autora
 Fonte Cartográfica: Adaptado do Mapa da cidade de Rio Branco - Acre, no escala de 1:16.000 (aprox.)
 realizado pelo Prefeitura Municipal de Rio Branco, 1995.

Este mapa faz parte da Dissertação de Mestrado "Rio Branco-Ac, uma cidade de fronteira: o processo de urbanização e o mercado de trabalho, dos planos governamentais dos militares aos dias atuais" de Maria de Jesus Moraes. UFSC-Geografia.

Arte: Orlando Ederlei Ferretti
 orla@cft.ufsc.br

Tabela 04 – Rio Branco: conjuntos habitacionais construídos pela Cohab-Ac

DATA	Conjuntos	Quantidades de moradias	Tipos	Material
1971	Guiomard Santos I	320	1, 2 e 3 quartos	Alvenaria
1973	Mascarenha de Moraes	300	1, 2 e 3 quartos	Alvenaria
1975	São Sebastião	72	1 quarto	Madeira
1976	Guiomard Santos II	120	1, 2 e 3 quartos	Alvenaria
1976	Castelo Branco	307	1, 2 e 3 quartos	Alvenaria
1978	IPASE	20	Geminada	Alvenaria
1980	Bela Vista I	516	1, 2 e 3 quartos	Alvenaria
1980	Tangará I	400	-	Lotes Urbanizados
1981	Bela Vista II	189	1 e 2 quartos	Alvenaria
1982	Tangará II	106	-	Lotes Urbanizados
1982	Esperança I e II	584	1 quarto	Madeira
1983	Marinho Monte	44	1 quarto	Alvenaria
1985	Tucumã	1309	1 quarto	Alvenaria
1986	Universitário I	500	1 quarto	Alvenaria
1986	Oscar Passos	194	1 quarto	Alvenaria
1987	Universitário II	397	1 quarto	Alvenaria
1988	Universitário-Mutirão	40	2 quartos	Madeira
1989	Universitário III	447	1 e 2 quartos	Alvenaria
1989	Manoel Julião (casas)	250	1 quarto	Alvenaria
1989	Manoel Julião (apto.)	1232	1 quarto	Alvenaria
1989	Adalberto Sena	423	2 quartos	Madeira
1991	Rui Lino	460	Geminada	Alvenaria
1991	Xavier Maia	537	1 quarto	Alvenaria
1982	Paulo César de Oliveira	99		Lotes ⁶⁹
1996	Jorge Lavocat	950		Lotes sem urbanização
1997	Montanhês	1200		Lotes sem urbanização
TOTAL		8767		

Fonte: Cohab-Ac

Aos investidores, incorporadores e grandes grupos industriais o produto habitação converte-se em excelente negócio, a partir da construção da habitação, enquanto mercadoria, ou mesmo através do processo de favelização ou formação de amplos espaços periféricos dominados por condições precárias

⁶⁹ Loteamento e construção de casas pelo proprietário através do financiamento pelo FICAM.

de moradia, onde ocorre uma constante lucratividade, que é obtida por diversos setores do capital.

Alguns conjuntos, em Rio Branco, foram construídos por empresas particulares, como Bela Vista, Castelo Branco, Guiomard Santos, Tucumã, Rui Lino e Manoel Julião. Vale ressaltar que estes representam 53,54% das unidades habitacionais da cidade sob financiamento da Cohab.

No Acre, a política habitacional oficial reduziu a solução dos problemas habitacionais e de desenvolvimento urbano à construção de novas unidades, relegando a segundo plano a regularização e urbanização da cidade informal (as favelas e loteamentos irregulares), a recuperação de áreas insalubres situadas no centro e periferia da cidade, sendo que hoje, segundo dados da Cohab, existe um déficit de 24.709 unidades e a maioria dos inscritos está na faixa de 0-3 salários mínimos, ou seja, população de baixa renda.

O acesso à casa própria, depois de um longo período de financiamento (até 30 anos), só é possível aos portadores de renda suficiente que lhes possibilite arcar com esse compromisso. Em Rio Branco a maioria das moradias construídas pela Cohab foi para a população compreendida entre 3 a 5 salários mínimos.

Vários segmentos das massas trabalhadoras brasileiras ficaram alijadas dessa política habitacional, principalmente aqueles de menor capacidade econômica, inclusive os sub-empregados e os desempregados. Estes, cada vez mais engrossam as fileiras do Setor Informal e só encontram "solução" para os problemas habitacionais morando em áreas de ocupação ou recorrendo à auto-construção. Ou forçando o poder público a tomar uma iniciativa, como ocorreu com os lotes que hoje são os bairros Jorge Lavocat e Montanhês. Isto ocorreu da seguinte forma: estes terrenos já eram destinados para conjuntos, mas ainda não tinham sido iniciadas as construções; daí a população de baixa renda resolveu ocupar a área para forçar a Cohab a fazer o loteamento.

Um outro aspecto, na relação conjuntos habitacionais – crescimento da malha urbana, é que ao construir os conjuntos mais distantes

(Universitário, Tucumã, Adalberto Sena, Xavier Maia, Rui Lino) o capital imobiliário, com a aquiescência do poder público, deixa no seu percurso glebas de terras ou terrenos de “pousio”, que se valorizaram com a instalação de infraestrutura de rede de água, luz, telefone, pavimentação, e portanto tornam-se inacessíveis para a população de baixa renda. Estas, muitas vezes, ocupam estes espaços como estratégias de se beneficiar da infra-estrutura, como ocorreu com a população que hoje forma o bairro Mocinha Magalhães.

Nestes vazios urbanos, que ocorrem no interior da malha urbana, há outras pessoas interessadas, os proprietários fundiários e incorporadores, uma vez que, com a infra-estrutura básica e os equipamentos coletivos, os seus lotes sofrem uma valorização, **“assim a luta dos moradores organizados acaba sendo abarcada por outros que dela tiram proveito”** (Silva, 1992: 94). Nesta perspectiva a especulação imobiliária se acentua e a cidade vai crescendo, engolindo terras e deixando enormes áreas vazias em regime de “*pousio urbano*” (Carlos, 1994), como reserva de valor.

Nesta lógica, concordamos com M. E. B. Spósito (1999), quando esta diz que o poder público no Brasil tem oferecido as condições favoráveis à valorização diferencial do solo urbano, através tanto da legislação urbana como da não fiscalização de sua obediência ou, ainda, tem atuado de acordo com essa lógica, reproduzindo e acentuando os padrões que interessam aos agentes privados.

3.4 - A Cidade e o Estado

O Urbano, como visto até agora, reproduz-se, por um lado, de forma organizada no livre jogo do mercado, e de outro, planejado, na medida em que o Estado passa a intervir cada vez mais na produção da infra-estrutura ou na criação de leis de zoneamento urbano. Nesse sentido o Estado atua para diminuir os desequilíbrios ou aliviar tensões como as geradas pelos movimentos sociais de bairros ou por moradia.

O Estado teve papel marcante na expansão da cidade de Rio Branco, tanto a partir dos conjuntos habitacionais que se espalham na malha urbana como na localização de outros equipamentos públicos e na implantação da infra-estrutura, o que contribuiu para a continuidade da segregação sócio-espacial na cidade. Esta segregação se materializa no privilegiamento de determinadas áreas para a implementação dos bens de consumo coletivo, no geral a ocupada pelas classes de altos rendimentos, enquanto as áreas “reservadas” à imensa maioria geralmente não contam com uma ampla rede de benfeitorias, como saneamento básico, saúde, transportes, luz, pavimentação, escolas.

A atuação do Estado é apoiada na função de gestão do espaço urbano. Para tanto utiliza como instrumentos o direito de desapropriação, de regulamentação do uso do solo, impostos fundiários e imobiliários e investimentos públicos na produção do espaço, se materializando em infra-estruturas, como a de estruturação física da cidade; de infra-estrutura sócio-espacial, como os conjuntos habitacionais e equipamentos sanitários e infra-estruturas econômicas propriamente ditas (Corrêa, 1989), como distrito industrial, vias expressas.

Em Rio Branco, justificando dotar a cidade de uma infra-estrutura física e organizar a sua paisagem, foi elaborado em 1972 o Plano de Organização Físico Territorial de Rio Branco⁷⁰. Este estabelecia as diretrizes para a implantação da ponte nova e o binário sudeste-noroeste, no tráfego. Com base nesse plano foram estabelecidas prioridades para um programa de pavimentação asfáltica, a primeira que ocorreria na cidade, uma vez que, até então, o pavimento das ruas era de tijolos. Em meados dos anos 80 é construída a segunda ponte na direção da Rua Marechal Deodoro, formando um binário no tráfego sudeste-noroeste, prolongando posteriormente até o Aeroporto. E também o Programa de Industrialização do Plano de Integração e Desenvolvimento. Este visava desenvolver um pólo industrial, como estratégia

⁷⁰A primeira iniciativa no sentido de planejar e organizar a cidade foi em 1908, quando o Prefeito do Departamento mandou elaborar o traçado da nova capital (Almeida Neto, 1996).

de industrializar o Acre e também gerar empregos para a população expulsa das áreas rurais (Mesquita, 1989).

Este Plano era visto como necessidade de organizar a paisagem da cidade, momento este de intenso fluxo migratório e crescimento da mesma. Mas este só foi indutor da construção da Ponte e pela cobertura asfáltica das principais vias. As vias que receberam asfalto foram: as Avenidas Ceará, Nações Unidas, Isaura Parente, Getúlio Vargas e Epaminondas Jácome. As vias secundárias receberam tijolos, e as vicinais, terra batida.

3.4.1 - A Normatização Municipal para o Uso do Solo Urbano

Já na década de 80 ocorre um revigoramento no planejamento da cidade a partir da elaboração do 1º Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, do Código de Obras e da Lei de Parcelamento e Uso do Solo.

Este Plano teve como justificativa ***“a necessidade de um conjunto de normas voltadas para a harmonização do crescimento urbano e a conservação do ambiente natural”*** (PMRB, 1986: 07).

As principais diretrizes do Plano Diretor anunciavam:

I - intervenção drástica na política de ocupação do solo urbano, eliminando áreas de elevadíssimo custo de saneamento, pela remoção das populações residentes em áreas alagadiças;

II - limitação do crescimento urbano aos contornos da bacia coletora do Igarapé São Francisco até a linha divisória da bacia do Igarapé Redenção;

III - redirecionamento de algumas vocações atuais na infraestrutura urbana existente;

IV - adotar soluções práticas e coerentes com as condições sociais, políticas, econômicas e ambientais do meio, que possam ser implantadas em etapas;

V - otimização da ocupação do solo urbano, aumentando as densidades.

Eram preocupações com o Meio Ambiente Urbano:

I - assegurar a preservação de áreas consideradas no Plano Diretor, como de "conservação natural", além de criar condições necessárias nessas áreas, para o uso como espaços de recreação;

II - assegurar a disponibilidade de áreas impróprias para a edificação, como algumas localizadas junto aos córregos e igarapés, para a criação de um sistema de áreas verdes;

III - criar áreas verdes de proteção entre a zona industrial e a zona residencial e ao longo da rodovia federal BR 364.

IV - adotar como sistemática a arborização de vias e logradouros públicos.

O Zoneamento do Solo Urbano

Com relação ao zoneamento (Tabela 05) podemos visualizar (Mapa 19) que o **Setor Administrativo** sairia do Centro da cidade e iria para o local que hoje são os bairros Jardim América e Nova Estação. A justificativa para esta transferência era direcionar o crescimento no sentido noroeste-sudoeste, tirando das margens do Rio Acre o antigo centro administrativo, uma vez que este local é periodicamente tomado pelas cheias do referido rio e também é o trecho onde o processo erosivo (movimentos de massa) é mais intenso.

Já o **Setor Comercial** se concretizou, além é claro do comércio do centro da cidade; nestas áreas, que foram definidas pelo zoneamento, se concentrou a atividade comercial e instalou-se também, nas margens da rodovia estadual AC 40, o comércio de autopeças.

Com relação às áreas **Verdes**, as margens dos rios, porém, estão totalmente ocupadas pela população de baixa renda, não assegurando,

portanto, áreas verdes. Mas novas áreas foram criadas, independentemente do Plano como o Parque Capitão Ciriaco no centro do 2º Distrito (1996) e o Parque Chico Mendes (1996) na Ac 40. Estes dois parques foram criados na gestão popular do Prefeito Engenheiro Florestal Jorge Viana, do Partido dos Trabalhadores.

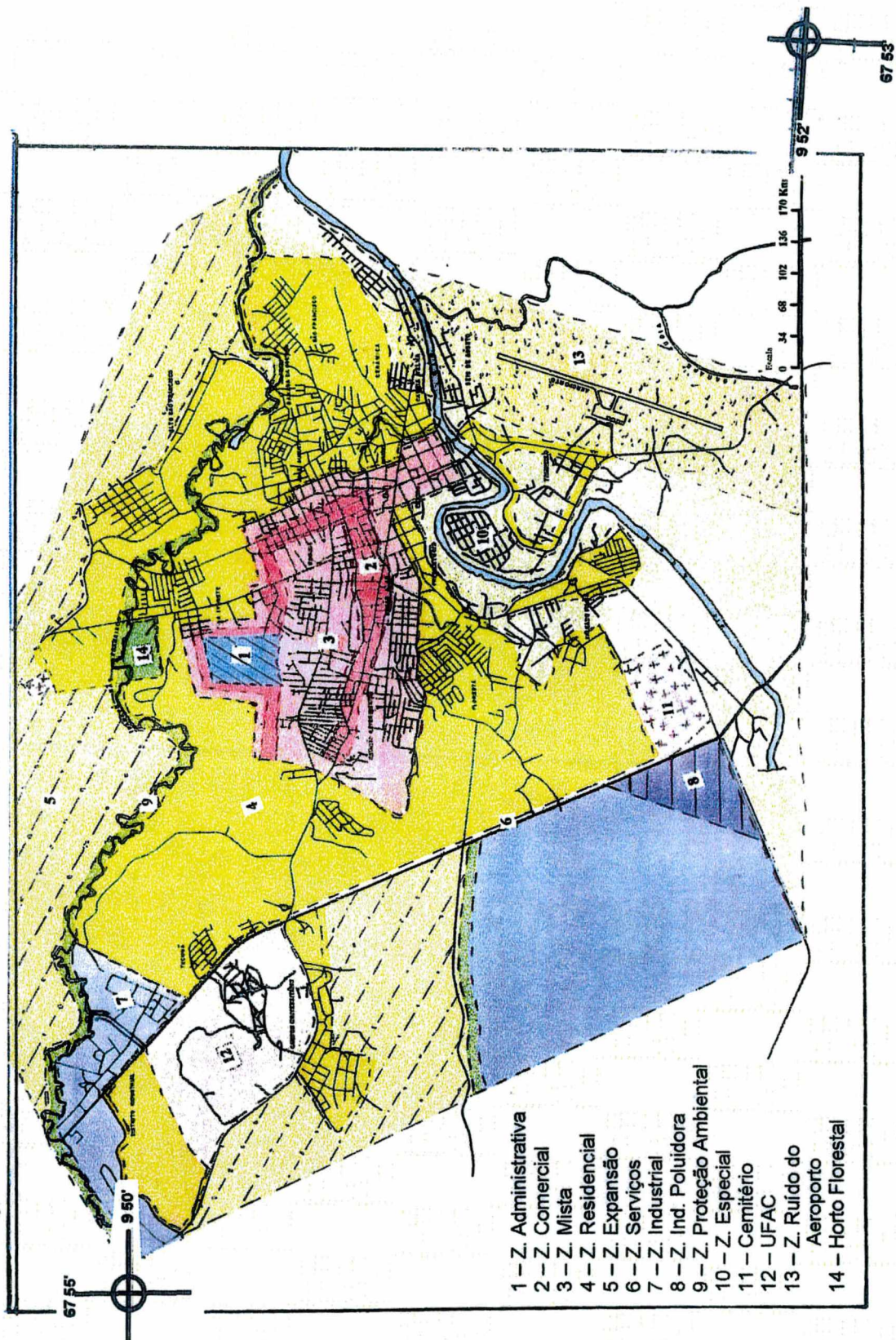
Tabela 05 – Rio Branco: uso do solo urbano

Zonas	Localização	Uso do Solo
Administrativa	Vila Ivonete	-
Comercial	Avs. Getúlio Vargas, Nações Unidas, Ceará e entorno do Centro Administrativo	C. Varejista CV1. Local. CV2- Setorial CV3-terciários CA-atacadista
Mista	Centro e entorno da Comercial	-
Residencial	No entorno da Mista e limitada pelo Rio Acre e Igarapé São Francisco	R. Unifamiliar R.Multifamiliar Horiz. R Multifamiliar Vertical
Verde	Horto Florestal, Parque Zoobotânico, praças e faixa de 80m do fundo de vale	-
Especial	Adjacências do Rio Acre e que possuam cota inferior a 135m	-
Industrial	As não poluentes no noroeste da cidade as margens do Ig. São Francisco. E as poluentes a sudeste da cidade e as margens do Rio Acre na Estrada da Floresta/Sobral	I 1 - pequenas I 2 - médias e grandes I 3 - poluentes (matadouro)
Serviço	As margens da BR 364 no trecho da "corrente" UFAC (terminais de carga, postos de gasolina, garagens, hotéis)	S 1 - S. locais S 2 - S. setoriais S 3 - S. grandes SE - S. especiais

Fonte: Prefeitura Municipal de Rio Branco, 1986.

A **Zona Especial** está totalmente ocupada pela população de baixa renda. Já a faixa destinada à expansão do **Setor Industrial** não se concretizou, como também a **Zona de Serviços** às margens da BR 364 não foi concluída, e conseqüentemente os serviços classificados foram se localizar às margens da Ac 40.

Mapa 19 - Rio Branco: uso do solo urbano em 1986



Fonte: Prefeitura Municipal de Rio Branco, 1986

3.4.2 – A Infra-estrutura econômica

Do ponto de vista da infra-estrutura econômica foi instalado em 1975 o Distrito Industrial de Rio Branco-DIRB e em 1993 foi ampliado com a criação do Pólo Moveleiro.

Para a implantação do DIRB foi criada, como visto no capítulo 2, a CODISACRE.

Esta instituição, segundo Oliveira (1983 b), objetivava:

- 1 – estruturar uma área para consolidar a infra-estrutura e os serviços básicos para o Distrito Industrial;
- 2 – a venda e financiamento de lotes pré-urbanizados no prazo de cinco anos com seis meses de carência, juros subsidiados e sem correção monetária, e financiamento de lotes industriais prontos para implantação das indústrias no prazo de cinco anos com um ano de carência;
- 3 – a construção e venda de edifícios industriais;
- 4 – a criação de novas áreas industriais, além da de Rio Branco, em Cruzeiro do Sul;
- 5 – fazer pesquisas e implantação de oportunidades industriais (balcão de projetos);
- 6 – o incentivo ao beneficiamento de matérias-primas provenientes da exploração de recursos naturais;
- 7 – prestar serviços de assistência técnica na implantação, execução e acompanhamento, até a fase produtiva dos projetos industriais;
- 8 – elaborar e executar programas de treinamento para qualificar a mão-de-obra industrial;
- 9 – a participação acionária minoritária nos projetos.

Além da CODISACRE foi criado pelo governo estadual o CAE (Centro de Apoio Empresarial) com a atribuição de garantir as condições básicas para o apoio administrativo às empresas instaladas no DIRB (Penha, 1996).

Outra medida foi a criação do FIAC (Fundo de Industrialização do Acre), criado através da Lei nº 1.019 de janeiro de 1992 e regulamentado pelo decreto nº 374 de agosto de 1993. A meta do FIAC era a parceria com a Codisacre no apoio ao desenvolvimento das atividades industriais em todo o estado, estabelecendo as seguintes diretrizes: a Codisacre, em conjunto com o CAE, prestaria apoio administrativo a essas empresas, enquanto o FIAC objetivaria basicamente a concessão de estímulos à implantação, realocação, revitalização e ampliação de empreendimentos industriais e agro-industriais do estado, como também as condições para o financiamento de estudos e diagnósticos para o desenvolvimento industrial e, ainda, o incentivo à implantação de micros e pequenas empresas industriais nesta área do DIRB (Penha, 1996).

Aliada a esses incentivos, outra empresa, o CEAG-Ac⁷¹ (Empresa de Assistência à Pequena e Média Empresa), foi instalada em meados da década de 70 pelo governo estadual, com fins de subsidiar gratuitamente o empresário industrial no tocante aos seguintes itens:

- assistência técnica às empresas industriais;
- elaboração de projetos para implantação e relocação empresarial;
- elaboração de projetos para captação de recursos creditícios nos órgãos de desenvolvimento para a região norte (SUDAM e Suframa);
- elaboração de projetos para utilização de isenção total ou parcial de ICMS, conforme a Lei nº 316 de dezembro de 1969 e incentivos creditícios (Penha, 1996).

Os incentivos à industrialização eram, segundo Oliveira (1983b):

a - Os provenientes da SUDAM:

- Isenção do Imposto de Renda sobre os lucros ou dividendos atribuídos às pessoas físicas ou jurídicas titulares de ações, cotas ou quinhões

⁷¹ Hoje o CEAG-Ac tem suas atribuições desenvolvidas em parceria com o Sebrae-Ac.

de capital de empresas localizadas na Amazônia quando destinadas para aplicação na faixa de recursos próprios de projetos aprovados pela SUDAM;

– Isenção de impostos e taxas federais em relação à atualização contábil de valor dos imóveis utilizados nos empreendimentos cujos projetos tenham sido aprovados para absorver recursos oriundos do imposto de renda e correspondente ao aumento do capital;

– Redução do Imposto de Renda e seus adicionais não restituíveis para as pessoas jurídicas registradas no país de:

- até 75% do valor das obrigações que adquirirem, emitidas pelo BASA, com o fim específico de ampliar os recursos do FINAM;
- até 50% para inversões em empresas consideradas de desenvolvimento da Amazônia pela SUDAM;
- isenção do imposto de renda pelo período de 10 a 15 anos a quaisquer adicionais não restituíveis às empresas que se implantarem, modernizarem ou diversificarem o processo produtivo na área da SUDAM.

b – Os provenientes da Suframa:

- Isenção dos Impostos de Importação (IM) e sobre produtos industrializados (IPI) para a saída da Zona Franca de Manaus, para consumo ou utilização, dos seguintes produtos estrangeiros, na Amazônia Ocidental:

- motores marítimos de centro e de popa, seus acessórios, pertences e peças; máquinas e implementos agrícolas, industriais e pesqueiros, suas peças sobressalentes, inclusive os anzóis e outros utensílios para pesca, exclusive os explosivos e produtos utilizáveis em sua fabricação; materiais básicos de construção, inclusive os de cobertura; gêneros alimentícios e medicamentos de primeira necessidade.

– Isenção dos Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI) e de Circulação de Mercadorias (ICM) sobre a entrada de produtos nacionais

adquiridos através do entreposto da Suframa em Rio Branco e destinados ao consumo ou à utilização industrial (Decreto 63.871 de dezembro de 1968).

– Isenção de ICM para as entradas de mercadorias, em estabelecimentos do importador, quando importados do exterior e destinadas à fabricação de peças, máquinas e equipamentos para o mercado interno como resultado de concorrência internacional com participação da indústria do país, contra pagamento com recursos provenientes de divisas conversíveis oriundas de financiamento a longo prazo de instituições financeiras internacionais às entidades governamentais estrangeiras.

– Isenção do ICM para entrada de mercadorias importadas do exterior quando destinadas à utilização como matéria-prima em processos de industrialização em estabelecimentos industriais, desde que a saída dos produtos industrializados resultantes fique efetivamente sujeita ao pagamento do imposto.

– Isenção do IPI para os produtos elaborados com matérias-primas agrícolas e extrativas vegetais de produção regional, inclusive os de origem agropecuária, desde que os produtos elaborados sejam oriundos de estabelecimentos industriais cujos projetos tenham sido aprovados pela SUFRAMA.

c – Governo do Estado Acre

– Redução da alíquota ou isenção total do imposto de circulação de mercadorias (ICM) para as indústrias que processarem matérias-primas regionais e também para as que contribuírem para a substituição de importações do estado.

Já os Incentivos Creditícios tinham que ser conseguidos nas seguintes instituições e programas:

– Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES, através do Programa de Operações Conjuntos (POC) e do Programa de Financiamento a Acionistas (FINAC) criado em 1976.

– Agência Especial de Financiamento Industrial-FINAME, subsidiária do BNDES. Este concedia financiamento à compra e venda de equipamentos produzidos no país. Dentre todas as demais fontes de recursos, esta foi a que mais ofereceu recursos para aplicação no setor industrial aereoano, porém a sua utilização foi irrisória em termos quantitativos, dados os altos custos dos juros.

– Banco Nacional de Habitação-BNH, através do Programa de Financiamento de Materiais de Construção (FIMACO); este banco repassava recursos destinados ao capital fixo das empresas produtoras e distribuidoras de materiais de construção, bem como recursos orientados para o capital de giro das empresas exclusivamente produtoras. A utilização desta agência também foi bastante limitada, dados os altos custos de financiamento.

– Banco do Brasil-BB; atuava através do Fundo de Democratização de Capitas das Empresas (FUNDECE), repassando recursos aos bancos de desenvolvimento, com vistas à complementação do capital de giro das empresas industriais que se propunham a elevar seus índices de produção e produtividade.

– Financiadora de Estudos e Projetos-FINEP, empresa pública vinculada à elaboração de estudos e projetos, programas de desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico de entidades de natureza pública ou privada.

– Caixa Econômica Federal-CEF; através do Programa Progiro, visava à formação ou complementação de capital de giro de pequenas e médias empresas industriais e comerciais.

– Banco da Amazônia S/A; era o repassador dos recursos do BNDES, FINAME, BNH e CEF. Segundo Oliveira (1983b), a atuação do mesmo no setor industrial acreano tem sido bastante diminuta em termos de aplicação de recursos, fato que é agravado pela longa demora da tramitação dos projetos que, após apresentados em Rio Branco, são encaminhados para a cidade de Belém, onde são analisados, ficando assim os empresários, mormente os pequenos, impossibilitados de realizarem o necessário acompanhamento da análise. Aliado à ausência de setor de crédito industrial, com autonomia para analisar e aprovar projetos, na agência do BASA em Rio Branco, isto tem sido motivo não apenas da elevação dos custos dos projetos que lhes são apresentados, como também fator de desestímulo ao surgimento de novos empreendimentos industriais.

– Banco do Estado do Acre-BANACRE; os recursos que este banco injetou no setor secundário acreano são insignificantes.

As empresas do DIRB começaram a funcionar precariamente. Não existia no mesmo uma infra-estrutura adequada ao funcionamento dessas unidades industriais. No início do funcionamento do mesmo, não existiam serviços de luz, água, nem telefone. Estes benefícios surgiram em função das empresas ali existentes.

Em termos de incentivos creditícios, foram insignificantes os recursos repassados pelos órgãos financeiros às empresas industriais do Acre.

Alguns empresários, no início da década de 80, afirmavam que os incentivos não eram fornecidos, isto é,

“o setor industrial de Rio Branco não se desenvolve dada a falta de incentivos por parte dos órgãos competentes. A

minha empresa⁷² só sobrevive porque trata-se de uma filial de outro Estado. Para você ter uma idéia, para eu obter um financiamento de CR\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) precisei fazer um projeto que me custou CR\$ 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil cruzeiros) (Oliveira, 1983b: 119).

O sistema de exigências dos mutuários industriais se constituía em um fator impeditivo à concessão do crédito industrial, particularmente às pequenas empresas. Os bancos exigiam em "***média para cada cruzeiro de empréstimo o equivalente a 1,67 cruzeiros de garantia, constituída de penhor sobre equipamentos, imóveis ou hipoteca sobre as fábricas***" (Oliveira, 1983b: 112).

Hoje os incentivos resumem-se a 3% da arrecadação do ICMS ao Fundo de Incentivo Industrial do Acre e à concessão de carta de IPI.

O setor industrial, assim como as outras iniciativas das intervenções governamentais (PROTERRA, POLAMAZÔNIA), não conseguiu fomentar uma economia expressiva no estado e nem em Rio Branco, e a população da cidade não se transformou em reserva de mão-de-obra, porque não existem atividades de maior expressão econômica, em relação às quais ela poderia constituir-se reserva.

Em relação à infra-estrutura sociocultural, vale destacar, como visto anteriormente, a ação da Cohab-Ac, com a construção dos conjuntos habitacionais, a criação da UFAC e colégios estaduais e municipais, das companhias de saneamento, energia, telefones e os equipamentos de saúde.

Os serviços de consumo coletivos da população ampliaram-se, particularmente os referentes aos setores de saúde e ensino, como a criação da Fundação Estadual de Saúde e, em especial, da Universidade Federal do Acre⁷³.

⁷² Fala de um empresário entrevistado por Oliveira (1983b).

⁷³ Em 1964 foi criada pelo governo estadual a Faculdade de Direito, e em 1968 a Faculdade de Ciências Econômicas. Em 1971 estas faculdades são transformadas em Universidade do Acre, e em 1974 é federalizada, passando a se chamar UFAC. A UFAC criou inicialmente os cursos técnicos: Ciências Agrárias (modalidade Heveicultura), Tecnologia de Construção Civil (modalidades Edificações e Estradas e Rodagens); e as licenciaturas: Ciências, Estudos Sociais, Matemática, Pedagogia e Letras. A sua federalização estava de acordo com a ideologia das

políticas públicas, ou seja, o discurso partia da ***"necessidade de formar recursos humanos para o desenvolvimento regional e ocupação da Amazônia"*** (Discurso do Reitor Aulio Gélio em 1976). Com isso tentava-se suprir as deficiências de técnicos nas áreas de agricultura, saúde, educação, planejamento, administração e economia, ou seja, a mão-de-obra necessária para prover de condições mínimas de desenvolvimento da região.

Comércio na Praça da Bandeira no Centro da Cidade



Capítulo 4

Capítulo 04

As Atividades Econômicas da Cidade de Rio Branco

A cidade, como afirmado em outro momento deste trabalho, é o espaço da concentração de pessoas e das atividades econômicas não agrícolas. Nas palavras de Santos, a cidade é “**o grande meio de produção material e imaterial da sociedade, o lugar de consumo...**” (1994: 118).

As atividades econômicas tipicamente urbanas dizem respeito aos setores secundário⁷⁴ (atividades industriais) e terciário (comércio e serviços⁷⁵). Estas exigem concentração populacional, centralidade, o que significa dizer também acessibilidade.

As atividades comerciais e de serviços são constitutivas do modo de vida urbano ou da forma urbana, sendo elementos indissociáveis da cidade, uma vez que a atividade comercial é a essência do urbano, conjuntamente com a função política (Pintaudi, 1999).

As atividades comerciais dizem respeito à permuta, troca, compra e venda de produtos ou valores. E os serviços são produtos da atividade humana que, sem assumirem a forma de um bem material, satisfazem uma necessidade.

Segundo a classificação do IBGE, o setor de serviços é representado pelos ramos financeiros, de profissões liberais, de comunicação e transporte, pela administração pública e atividades sociais (principalmente educação e saúde).

A atividade industrial diz respeito à conjugação do trabalho e do capital para transformar a matéria-prima em bens de consumo.

⁷⁴ As atividades econômicas na classificação do IBGE, estão assim distribuídas nos setores da economia formal: Primário – Agricultura, Silvicultura, Pecuária, Pesca e Extração Vegetal. Secundário – Extração Mineral, Indústria de Transformação, Indústria de Construção, Serviços Industriais de Utilidade Pública (produção e distribuição de energia elétrica e gás canalizado, o abastecimento d'água, serviços de esgoto, limpeza e remoção de lixo). Terciário – Comércio de Mercadorias; Transportes, Comunicações e Armazenagem; Governo; Prestação de Serviços e Atividades Sociais.

⁷⁵ Santos (1994) chama atenção para o setor quaternário, que diz respeito a criação e controle, ou seja, o meio técnico-informacional.

Esta, na sua origem, é essencialmente urbana, uma vez que, enquanto fábrica, requer para seu funcionamento: o transporte, saneamento básico (principalmente água), energia, comunicação, serviços de apoio à produção (bancos, créditos, escritórios), unidades de distribuição e comercialização. Isto é, os fixos e os seguintes fluxos: mão-de-obra e mercado consumidor (Carlos, 1992). Estes só são encontrados na cidade.

Alguns fixos, como a infra-estrutura básica, rodovias, transportes, energia e telefones, são implementados ou incentivados pelo Estado, quando este dota o espaço das condições gerais de produção. Ou dito de outra forma, quando este realiza a "**socialização capitalista**", que é a criação de *capitais comuns*, de meios coletivos (água, esgotos, eletricidade, telefones, estradas, transportes, saúde e educação) à disposição do processo produtivo. É *socialização* porque não são os capitais individuais que a devem empreender diretamente, e *capitalista* porque os beneficiários são poucos, de acordo com a hierarquia que vem do seu poder enquanto capitalista (Santos, 1994: 122).

4.1 - As Atividades Urbanas

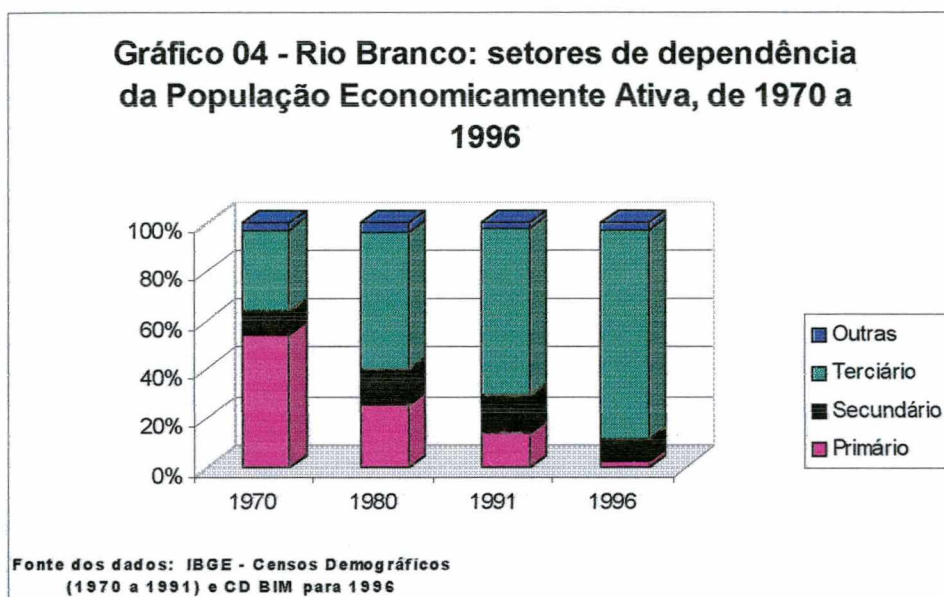
O Acre, até meados da década de 60, tinha uma economia calcada no extrativismo vegetal da borracha e uma organização social com características muito peculiares a esse tipo de atividade econômica, desenvolvida desde o final do século XIX, como visto no capítulo 01.

As atividades econômicas que eram desenvolvidas no espaço urbano diziam respeito essencialmente ao comércio de produtos extrativos e de manufaturados que abasteciam os seringais. Quanto à atividade industrial, em Rio Branco, Guerra (1955) refere-se às padarias, serrarias manuais, casas de farinha e olarias.

Até a década de 70 (gráfico 04) o setor de atividade de dependência⁷⁶ da população economicamente ativa estava no setor primário,

⁷⁶ A atividade de dependência é referente às ocupações habituais da população (IBGE, Censo Demográfico, 1991).

não só em Rio Branco, mas em todo o estado. Este setor representava 57% da população empregada em Rio Branco.



Nos anos seguintes, com a forte migração para as cidades e a instalação da agropecuária no campo, a população acreana migrou para os centros urbanos na busca de outras alternativas de trabalho, o que vai se concretizar com o crescimento do setor terciário, ou seja, comércio e serviços e, também, do setor informal.

A cidade de Rio Branco, segundo Ribeiro (1998), é um Centro Regional, isto é, Rio Branco exerce uma centralidade sobre todas as cidades acreanas e a amazonense de Boca do Acre. A mesma apresenta média intensidade de fluxos de bens e serviços e também possui média complexidade na economia urbana.

A atividade comercial e dos serviços destina-se ao comércio local e sua região de influência imediata, ou seja, o Vale do Acre e em menor importância o Vale do Juruá⁷⁷.

⁷⁷ O Vale do Juruá compreende as cidades de Cruzeiro do Sul, Feijó, Jordão, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Rodrigues Alves e Tarauacá. Neste vale, Cruzeiro do Sul é a maior cidade, tanto em termos econômicos, como populacionais. A mesma possui uma relação direta com Manaus, em função principalmente da falta de integração física (rodovia) com Rio

Já na atividade industrial, além do mercado local, há exportação de borracha, castanha e madeira para Belém; de carne bovina e borracha para Manaus; de carne bovina para Porto Velho e de madeira para Curitiba (Ribeiro, 1998).

Rio Branco é o centro mais equipado em serviços médicos, odontológicos, hospitalares, bancários, educacionais ou de consumo coletivo estadual. Além dos serviços, é o maior centro industrial do estado, com 65,8% dos estabelecimentos, 58,7% do comércio e 65,4% dos serviços (dados do Sebrae-Ac no anexo 5). É o centro político-administrativo, isto é, o local sede do governo estadual, do legislativo e da maioria das instituições federais.

É também a maior cidade em número de habitantes, o que a caracteriza como "*Cidade Macrocefálica*" (Singer, 1998a). Ou seja, é a cidade que canaliza e concentra as atividades econômicas, políticas, sociais e populacionais do Estado.

Mas quais são e qual o porte das atividades econômicas que fazem de Rio Branco a maior cidade do Estado do Acre? A resposta a esta questão é o que tentaremos mostrar a seguir.

4.1.1 - O Comércio

Datam do início do século os primeiros estabelecimentos comerciais de Rio Branco, que atuavam no abastecimento dos seringais. Estes eram exercidos principalmente por sírios-libaneses.

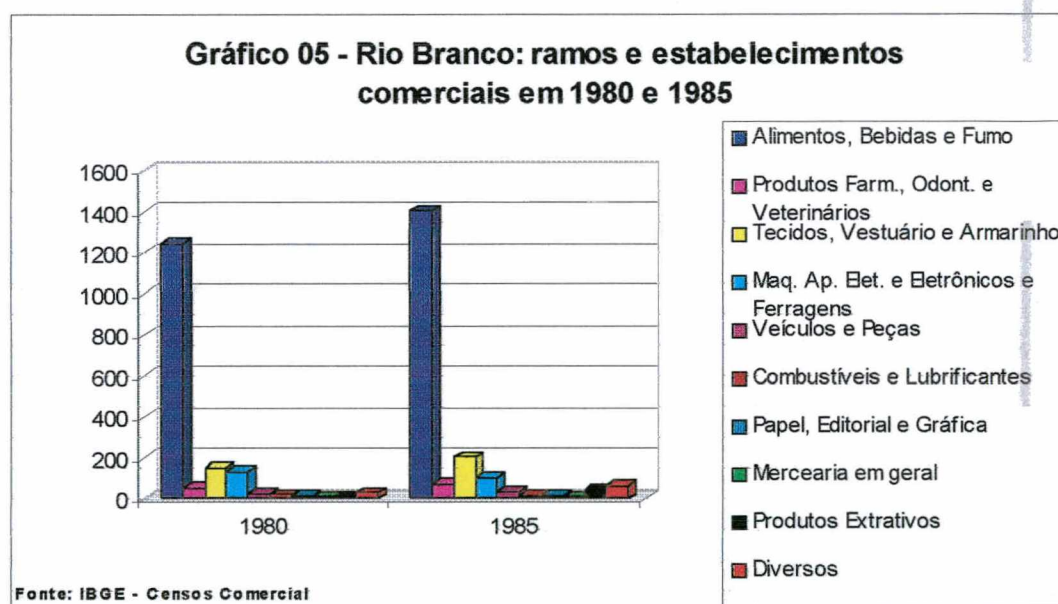
Esta atividade ganha um maior impulso a partir da década de 1970, com as firmas comerciais do Centro-Sul que se instalam em Rio Branco, como as concessionárias de venda de carros, de autopeças e assistência técnica, com a ampliação do setor bancário, ou seja, com a instalação das agências da Caixa Econômica Federal em 1971, do Bradesco em 1972, do Banco Nacional em 1974 e do Banco Itaú em 1976 (Mesquita, 1989).

Branco. Uma vez que o sistema de transporte que prevalece neste vale é o hidroviário e leva-se mais tempo para se chegar quando sai de Rio Branco (em função da perpendicularidade dos rios) do que de Manaus.

A cidade “ganha” também escritórios de advocacia e de contabilidade (em função principalmente da necessidade da regulamentação das terras e elaboração de projetos para obtenção de financiamentos públicos), como também firmas de engenharia e construção civil.

O comércio varejista expande-se com joalheiras, boutiques, lojas de eletrodomésticos, etc. Instalam-se também casas que comercializam implementos agrícolas, fruto das necessidades de insumos introduzidos pelos fazendeiros para a plantação de capim, formação de pasto e criação de gado.

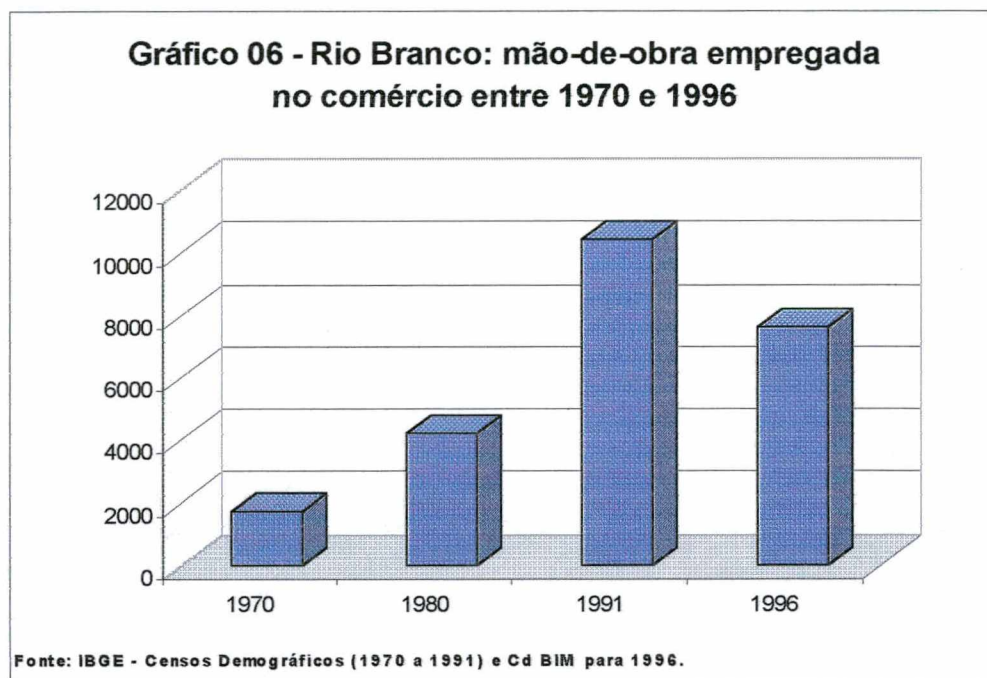
Na década de 80 (Gráfico 05), os estabelecimentos comerciais eram compostos na grande maioria pelo Comércio de Alimentos, Bebidas e Fumo, seguido em menor proporção do Comércio de Tecidos, Vestuário e Armário (dados dos Censos no anexo 6).



Quanto à mão-de-obra empregada no setor comercial⁷⁸ (Gráfico 06), a mesma se mantém crescente nas décadas de 70, 80 e 91 (6%, 10,5% e

⁷⁸ Para os anos de 1970, 1980 e 1991 utilizou-se os dados dos Censos Demográficos; para 1996 do CD Base de Informações Municipais, também do IBGE.

14,4% respectivamente), mas em 1996 há uma pequena diminuição, ou seja baixa para 13,1%.



Em 1999, segundo o Governo do Acre (1999), o comércio é o **“maior arrecadador de tributos do estado”**.

O comércio de auto-serviço (principalmente o supermercado) também é decorrência da expansão (década de 80) e diversificação das funções urbanas da cidade. Este consegue redirecionar o estilo de consumo em Rio Branco, uma vez que há, sob a propriedade de um único empresário ou grupo e em um único local, a comercialização de produtos anteriormente dispersos no espaço da cidade, que se constituíam em comércios de pequenos capitais, tais como a padaria, o açougue, a peixaria, o bazar, a quitanda (frutas, verduras e legumes) e a mercearia (produtos de limpeza e gêneros alimentícios não perecíveis).

As franquias são outro sistema de comércio que atua na cidade. As mesmas são a expansão de redes de distribuição de comércio e serviços ancoradas na força das marcas e nos padrões de consumo nacional.

No país elas começam a se instalar com a venda de automóveis da General Motors, em meados da década de vinte. Até 1960 as franquias crescem lentamente, passando a ser mais divulgado e a ganhar adeptos no final dos anos 80, com a integração do consumo via, principalmente, os meios de comunicação de massa, como a televisão (Pintaudi, 1999).

As primeiras lojas de franquias, em Rio Branco, foram as distribuidoras de combustíveis (Esso, Shell), as engarrafadoras de bebidas (Coca Cola e Antarctica) e as concessionárias de veículos (Ford, Chevrolet, Wolkswagem, Fiat e Mercedes-Benz).

A partir do final da década de 80 outras lojas são instaladas na cidade, tais como: Água de Cheiro, L'Aqua de Fiori, O Boticário, Anglo Vestibulares, CNA, Fisk, Objetivo, Colcci, Pakalolo, Lewis, Café do Ponto e Localiza Rent a Car (Souza, 1996).

As vantagens enumeradas pelos franqueados, para a adoção deste tipo de comércio, são: a qualidade do produto, a assistência gerencial e administrativa que é dada pelos franqueadores, a facilidade de obtenção dos produtos, a clientela e a propaganda à nível nacional.

O comércio estabelecido nas firmas e lojas de Rio Branco atende à demanda local, ou seja, são estabelecimentos voltados para o comércio de alimentos, utilidades domésticas, aparelhos eletrônicos, mobiliário, roupas, calçados, etc, tendo sido diversificado pela facilidade de transporte (a partir da implantação da Br 364) e em função da nova classe média gerada nos setores mais modernos da economia acreana (Oliveira, 1985).

O comércio da cidade concentra-se, principalmente, no bairro do Centro, com 24,3% de todos os estabelecimentos; seguido pelos bairros do Bosque e Estação Experimental com 7,57% e 4,97% respectivamente (dados absolutos do Governo do Acre (1999) no anexo 7).

No Centro, estão localizado dois dos sete mercados públicos da cidade, o dos "Çolonos" (o mais antigo da cidade) e o Mercado Elias Mansour

(conhecido como mercado novo), como também a maioria das galerias⁷⁹ (Meta, Rio Branco, Rio Shopping e o Mira Shopping) (Fotos 06, 07 e 08). Nestes locais encontra-se a maioria das boutiques e das lojas de franquias. Ainda estão localizados no Centro o comércio popular e o ambulante tipo camelô.

Esta centralidade, não só do comércio, como dos serviços é exercida pela acessibilidade de pessoas, ou seja, é no Centro que se situam a maioria dos estabelecimentos bancários, das instituições públicas, dos restaurantes de *self-service* e o final das linhas de todos os ônibus.

Foto 06 - Vista Parcial da Galeria Meta no Centro da Cidade. Este é um dos Locais do Comércio Elitizado de Roupas, Calçados, Perfumes e de Algumas das Lojas de Franquias



Foto: M. J. Morais em outubro de 1999

⁷⁹ Como são chamadas na cidade o local do comércio de produtos mais sofisticados que são consumidos pela população de maior poder aquisitivo.



Foto 07 - Vista parcial da Galeria Rio Shopping também no Centro da cidade. Nesta, além dos estabelecimentos descritos para a Galeria Meta, existem também alguns escritórios.

Foto: M. J. Morais em outubro de 1999

Foto 08 - Vista parcial do Mira Shopping - o mais novo local do comércio elitizado também no Centro da cidade. Este vende, como os anteriores, roupas e acessórios das marcas famosas



Foto: M. J. Morais em outubro de 1999

4.1.2 - A Indústria

A atividade industrial, em Rio Branco, começou a se desenvolver no início da década de 70, a partir do estímulo das políticas públicas dos militares.

Esta destina-se basicamente ao mercado local e está em grande parte associada às indústrias de beneficiamento de madeira, com um mercado regional (Belém) e nacional (Curitiba), e à construção civil (serrarias, cerâmica e tijolos) de caráter local.

Para promover este setor, como visto no segundo e terceiro capítulos, o Governo do Estado do Acre criou, em 1975, a CODISACRE, que foi a instituição responsável pela instalação do DIRB.

Esta instituição segundo Oliveira (1983 b), visava à:

1 – Criação de emprego direto e indireto;

A visão que se tinha era que um investimento com grande oferta de emprego se fazia necessário, uma vez que os bairros periféricos da cidade estavam crescendo em decorrência do êxodo campo-cidade que se verificava em direção a Rio Branco. Por outro lado, a força de trabalho que seria utilizada poderia ser qualificada e não-qualificada, constituída principalmente de ex-seringueiros, ex-colonos, posseiros ou trabalhadores rurais. E também geraria emprego indireto, quando da obtenção de matérias-primas em locais distantes da empresa – o caso das serrarias e madeireiras.

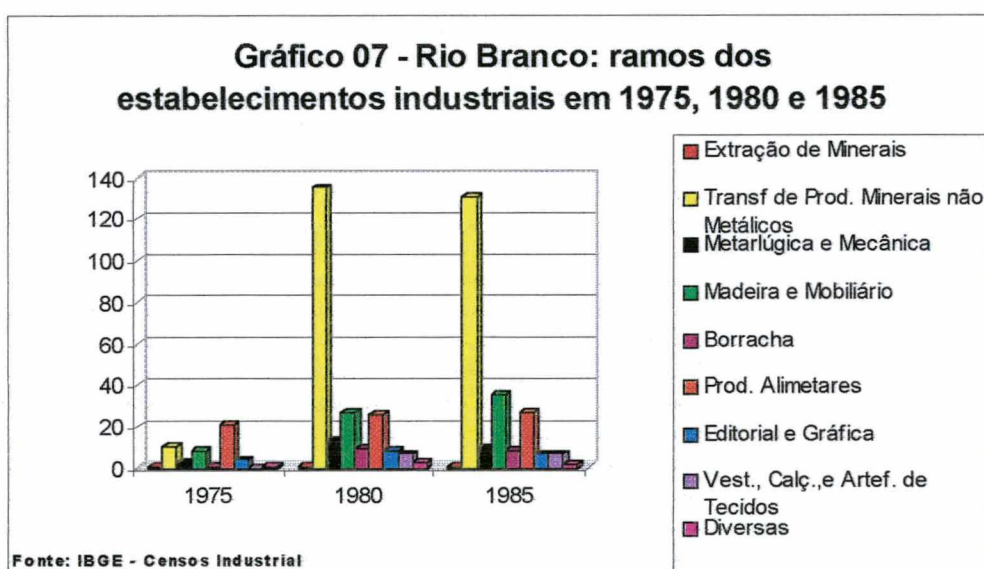
2 – Substituição de importações;

Já quanto à substituição de importações acreditava-se ser esta essencial para o desenvolvimento do estado, haja vista seu elevado grau de dependência econômica, pois importavam-se produtos que poderiam ser obtidos com a utilização de matérias-primas locais. O preço dos produtos importados tornavam-se altíssimos dado o isolamento geográfico do Acre em relação aos centros fornecedores e a precariedade das rodovias inter e intra estaduais no período de inverno, o que provocava a escassez dos mesmos.

3 – Diversificação de produtos industrializados.

A diversificação dos produtos industrializados seria no sentido do Setor Industrial não ficar concentrado em apenas 2 ou 3 ramos. Esta diversificação criaria indústrias de apoio. E a expansão das empresas iria requerer cada vez mais força de trabalho. Por outro lado, a diversificação na industrialização significaria, necessariamente, a substituição de importações a preços mais acessíveis.

Em 1975, ano da instalação do DIRB, a maioria dos estabelecimentos industriais da cidade de Rio Branco pertencia aos de produtos alimentares (Gráfico 07), seguido dos produtos minerais não metálicos (cerâmica) e em terceiro lugar o ramo madeireiro, sendo que a indústria madeireira-mobiliária ultrapassa em 1985 o ramo alimentício (dados no anexo 8).



Posteriormente expandem-se as indústrias oleiro-cerâmicas, pela grande demanda do setor de construção civil (basicamente a habitação, como os conjuntos habitacionais) e a madeireira-mobiliário.

A primeira empresa estabelecida no DIRB foi a Metal Acre, pertencente ao ramo de indústria metalúrgica. Sua atividade principal era a armação de estruturas metálicas. Vale destacar também que já estava funcionando, na área onde foi implantado o Distrito, a Cerâmica Manicoré.

Inicialmente expandem-se⁸⁰ as indústrias dos ramos de serrarias e movelarias em decorrência dos incentivos provenientes da Suframa, como a isenção de IPI para os produtos elaborados com matérias-primas agrícolas e extrativas vegetais de produção regional. E também dos incentivos do Governo do Acre, que dava a isenção total do ICM para as indústrias que processassem matérias-primas regionais (Oliveira, 1983 b).

Hoje existem sessenta e seis empresas em funcionamento, no DIRB, enquanto cinquenta estão paradas. Das empresas em funcionamento, 48,5% pertencem ao ramo madeireiro-moveleiro, seguido das minerais não metálicas (cerâmicas), com 15,1% (Tabela 06).

Tabela 06 – Distrito Industrial: estabelecimentos em funcionamento

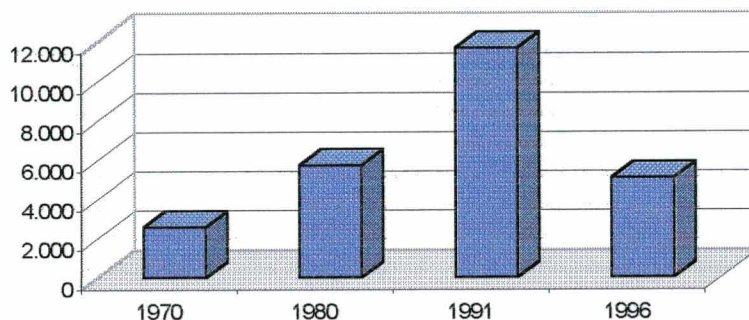
Ramo de Atividade	Quantidade	Porcentagem
Artefatos Plásticos	01	1,5
Confecção	01	3,1
Bebidas e Alimentos	03	4,5
Artefato de Cimento	03	4,5
Metalurgia	03	4,5
Cerâmica (Construção Civil)	10	15,1
Abate de Aves, reses	01	1,5
Madeira e Móveis	32	48,5
Obras de Urbanização	03	3,1
Beneficiamento de Borracha	01	3,1
Outras	08	10,6
TOTAL	66	100,0

Fonte: Codisacre, dados de janeiro de 2.000

Quanto a mão-de-obra empregada do setor formal, em 1970, a atividade industrial empregava 9% em Rio Branco, em 1980, 14,8%; em 1991 16,2% e em 1996 baixa para 9,61% (Gráfico 08).

⁸⁰ As indústrias mais antigas do DIRB são as madeireiras e as indústrias de produtos minerais não metálicos (cerâmicas e olarias).

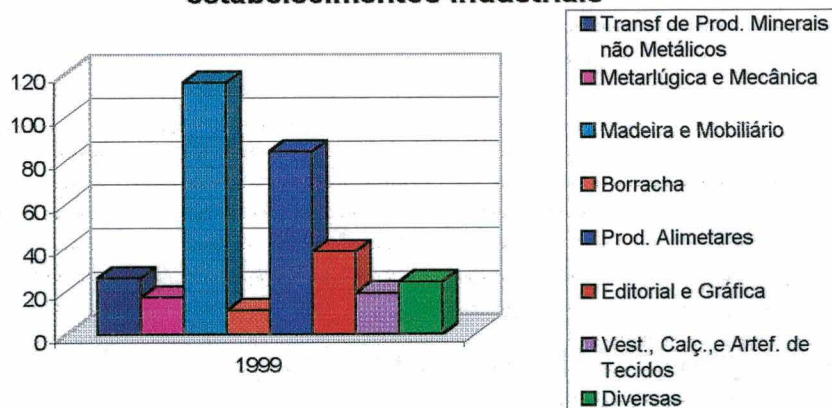
Gráfico 08 - Rio Branco: mão-de-obra empregada no setor industrial entre 1970 a 1996



Fonte: IBGE - Censos Demográficos (1970 a 1991) e CD BIM para 1996

As empresas que apresentam maior representabilidade com relação à oferta de empregos, atualmente, são as fábricas de mpoveis e a madeireira, seguidas construção civil) e de produtos alimentícios (Gráfico 09⁸¹).

Gráfico 09 - Rio Branco: ramos e estabelecimentos industriais



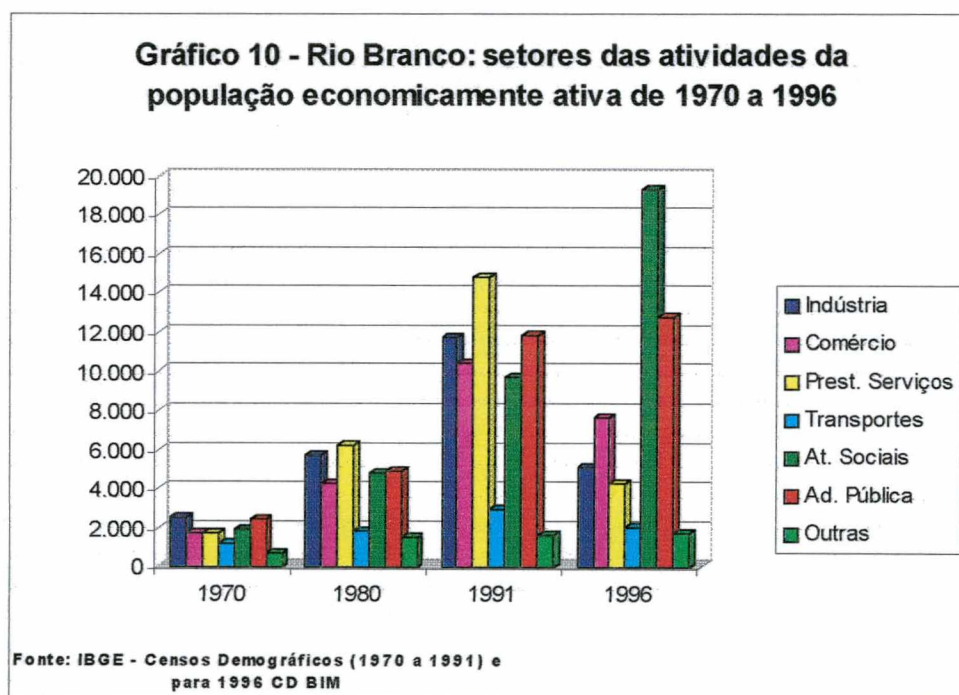
Fonte: Sebrae-Ac

⁸¹ Dados no anexo 9.

O ramo de maior destaque, hoje, é o associado ao beneficiamento e comercialização de madeiras para suprir o mercado interno na fabricação de móveis e para a construção civil.

O Pólo Moveleiro implantado em 1993 desenvolve atividades predominantemente de micros e pequenas empresas de fabricação de móveis e brinquedos, utilizando-se a madeira da região.

Segundo Oliveira (1983 b) e Oliveira (1985), não houve interesse da frente capitalista pela atividade industrial (até a década de 80), apesar da mesma ter sido criada e incentivada. E foram bastante limitados as determinações da frente capitalista sobre o emprego urbano em Rio Branco, como podemos observar no gráfico 10⁸², a qual é representativa em 1991.



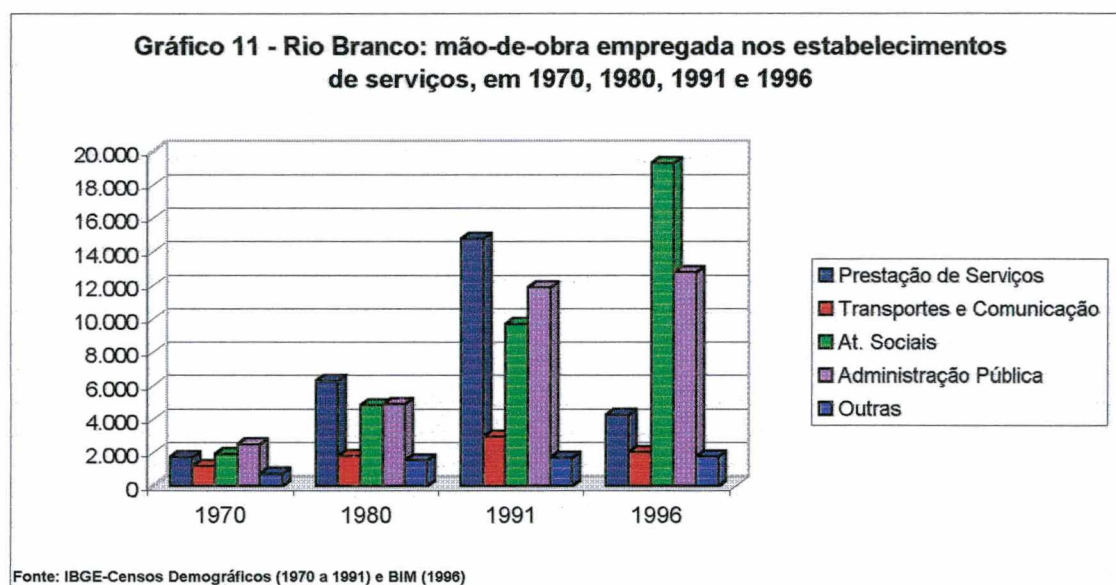
O setor secundário na avaliação do Governo do Acre (1999) é bastante fragilizado, estando basicamente centrado no beneficiamento e

⁸² Dados absolutos no anexo 10.

transformação de madeiras, operando com problemas de tecnologia defasada, baixa produtividade e deficiência de capital para investimentos.

4.1.3 - Os Serviços

Os serviços empregavam, em 1970 (Gráfico 11), em torno de 26% do emprego formal na cidade de Rio Branco. Esse setor, em proporção mais elevada, era composto pela administração pública⁸³, que empregava 33,85% da população economicamente ativa em 1970. Em 1980, o emprego público baixa para 27,08%, em 1991 para 30,23% e em 1996 31,75%⁸⁴.



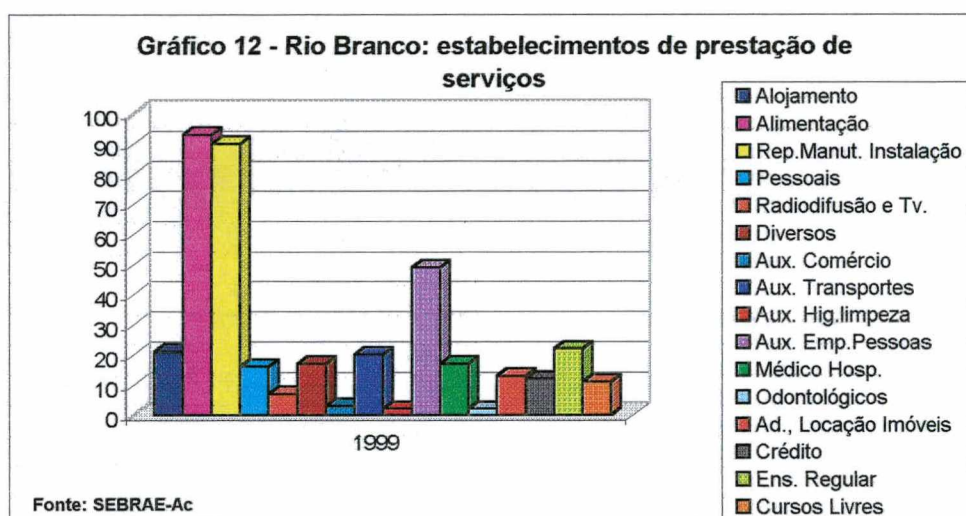
⁸³ Na verdade a percentagem do pessoal ocupado na Administração Pública é bem maior, pois nela não estão incluídos os que trabalham no ensino público, na previdência social e no serviço médico-hospitalar. Estes estão incluídos no setor das Atividades Sociais.

⁸⁴ Para os anos de 1970 a 1991 utilizou-se dados dos Censos Demográficos, e para 1996 do CD Base de Informações Municipais, ambos do IBGE.

Em segundo lugar vinha a população empregada nas Atividades Sociais⁸⁵, com 26,2% em 1970, em 1980 com 26,6%, em 1991 com 24,6% e em 1996 sobe para 47,8%.

O ramo do setor de serviços que mais cresceu, até 1991, foi o da Prestação de Serviços, saindo da posição de 21,5% em 1970 para 32,4% em 1980 alcançando 36,1% em 1991.

Em 1999 a maioria dos estabelecimentos são (Gráfico 12) de alimentação (bares e restaurantes), reparos e consertos e o auxiliar de empresas (dados no anexo 11).



Compõe ainda este setor os serviços pessoais e domésticos, técnicos profissionais e os auxiliares das atividades econômicas.

4.1.4 - O Setor Informal

As atividades econômicas, principalmente, o comércio e os serviços, podem ainda serem classificadas em setor formal e informal.

⁸⁵ As Atividades Sociais, segundo a classificação do IBGE dizem respeito aos Serviços de Comunicação e Sociais (previdência social pública e particular); Sindicatos e Associações de Classe; Instituição Científica, Filosóficas e Culturais; Entidades Desportivas e Recreativas; Organizações Cívicas e Políticas; Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários e ao Ensino Público e Particular.

O setor informal absorve parcela da população que é obrigada a desempenhar qualquer tipo de atividade porque não encontra espaço nas atividades tradicionais. E é caracterizado pela produção com pouco capital, com uso de técnicas simples e intenso trabalho e número reduzido de trabalhadores remunerados (Maia, 1994).

Este setor é formado, principalmente, pelo contingente urbano constituído em grande parte por pessoas procedentes do campo, que passam a habitar a cidade sem, contudo, ingressar no chamado mercado de trabalho formal. É o setor composto principalmente pelo conjunto de trabalhadores por conta própria, pelas unidades de produção com base no trabalho familiar ou trabalhadores que ocasionalmente trabalham para esses grupos.

Mas isso não quer dizer que o setor informal esteja à margem do capitalismo. O mesmo é produto do processo de crescimento das atividades modernas, do rápido crescimento da força de trabalho (pelo processo migratório) e da escassez de oportunidades de trabalho no campo e na cidade, o que leva o excedente de mão-de-obra a criar este novo setor, como estratégias de sobrevivência, evoluindo da comercialização doméstica para a comercialização de produtos industriais de pontos distantes ou de fora do país, como os "camelôs eletrônicos" (Schaffer, 1994).

O setor informal guarda em sua origem conflitos com os comerciantes regularmente estabelecidos. A reclamação destes diz respeito principalmente ao não pagamento de taxas e impostos (pelos informais), o que contribui para a venda mais barata dos seus produtos.

Hoje, com a redução do emprego formal, grande quantidade de trabalhadores, com os mais diferentes graus de qualificação, é obrigada a se engajar por conta própria⁸⁶, em geral prestando serviços ou comerciando em pequena escala na rua, na própria casa ou visitando locais de trabalho (Singer, 1998 b).

⁸⁶ O que significa trabalho sem registro em carteira, sem Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, 13º salário, férias remuneradas, aviso prévio, seguro desemprego.

O comércio ambulante ou comércio de rua (que é um dos ramos do setor informal⁸⁷) pode ser classificado em dois tipos, o do vendedor que perambula pela cidade oferecendo produtos ou serviços sem um lugar fixo para se estabelecer e o do comerciante que exhibe mercadorias ou presta serviços a partir de um ponto fixo na via pública (Schaffer, 1994).

O primeiro tipo de vendedor possui uma fluidez e uma agilidade territorial, são aqueles que vão atrás do freguês, onde ele estiver. Já o segundo tipo é encontrado principalmente em camelódromo e nas praças.

Os camelódromos são locais construídos pelo poder público local para o comércio de rua. O que significa o reconhecimento da atividade ou a institucionalização formal da atividade informal.

Em Rio Branco, o Comércio de Rua intensifica sua atuação em meados da década de 70 (quando do forte fluxo migratório para a cidade), e é exercido das mais diferentes formas, como as barracas nas ruas da cidade (onde comercializam-se alimentos, produtos importados), os vendedores que expõem o produto no seu corpo (principalmente cigarros), ou nos pontos improvisados, como nos pontos finais das linhas de ônibus nos bairros (lanches e tacacá no final da tarde).

Olga Becker (1990), em estudo sobre a dimensão sócio-econômica da região de Rio Branco⁸⁸, chega às seguintes conclusões acerca do mercado de trabalho do final da década de 70: a população que migrava da zona rural era absorvida pelas atividades de caráter urbano, como a prestação de serviços, de beneficiamento da madeira, pequenos comerciantes, pelos trabalhadores braçais e pela proliferação do mercado informal do tipo ambulante.

Estas últimas são estratégias de sobrevivência adotadas frente à impossibilidade de participar do mercado de trabalho formal, uma vez que ao chegarem à cidade na condição de mão-de-obra desqualificada passam a desenvolver pequenos serviços, como diaristas no comércio ambulante. As

⁸⁷ Os outros ramos são as atividades rurais na cidade e os serviços pessoais, como manicure, lavadeiras ou domésticas, para citar alguns.

⁸⁸ Dados do final da década de 70, quando do levantamento de campo que deu origem ao PMACI I.

mulheres passam a trabalhar como domésticas, como lavadeiras e no beneficiamento de produtos a serem vendidos nas ruas pelos filhos (Bezerra, 1993 a).

As crianças e adolescentes passam a fazer parte da economia informal prestando pequenos serviços, como limpeza de carros e venda de jornais. Já as meninas, ou foram trabalhar como domésticas ou permaneceram em casa cuidando dos irmãos menores para que as mães pudessem trabalhar fora. Isto significa que as famílias orientam suas ações na busca de oportunidades para se estabelecerem e permanecerem na cidade⁸⁹ (Cardia, 1998).

Os pontos preferenciais do comércio ambulante em Rio Branco são as proximidades das paradas de ônibus (principalmente no Centro da cidade). Mas também são encontrados ambulantes nos pontos terminais de ônibus (nos bairros) e nas proximidades do Terminal Urbano. Esta preferência locacional se dá em função do grande fluxo de passageiros que chegam e saem dos ônibus, o que significa mercado consumidor para tais produtos.

O Terminal Urbano de Rio Branco foi implantado em 1995, pela Prefeitura Municipal. Com esta construção houve uma redução no número de paradas de ônibus no Centro e ocorreu o crescimento de pequenos e médios estabelecimentos comerciais (Foto 09) e também um redirecionamento do comércio de rua, com a saída dos camelôs da Praça Eurico Dutra para as proximidades do Terminal.

Os pontos do comércio informal são preferencialmente os seguintes: imediações do *Terminal Urbano* (Foto 10), tanto o de rua, calçadas (Foto 11), como os camelódromos do Centro, nas imediações dos *mercados públicos* (Foto 12), nas *ruas* Quintino Bocaiúva e Benjamim Constant e nas *praças* do Colégio Estadual de Rio Branco-CERB (Foto 13) e Plácido de Castro (Foto 14).

⁸⁹ Para saber sobre as estratégias de sobrevivência da população do bairro Cidade Nova ler Cardia (1998).

Foto 09 - Comércio Formal nos arredores do Terminal Urbano de Rio Branco, na rua Benjamim Constant



Foto: M. J. Moraes em outubro de 1999

Foto 10 - Vista parcial da entrada de passageiros do Terminal Urbano de Rio Branco, na rua Benjamim Constant, onde vê-se vendedores ambulantes com suas barracas para venda principalmente de cigarros



Foto: de M. J. Moraes em outubro de 1999

Foto 11 - Comércio Ambulante de Rua na Quintino Bocaiúva, onde se vê mercadorias como: roupas, bolsas e produtos eletrônicos trazidos da Bolívia.

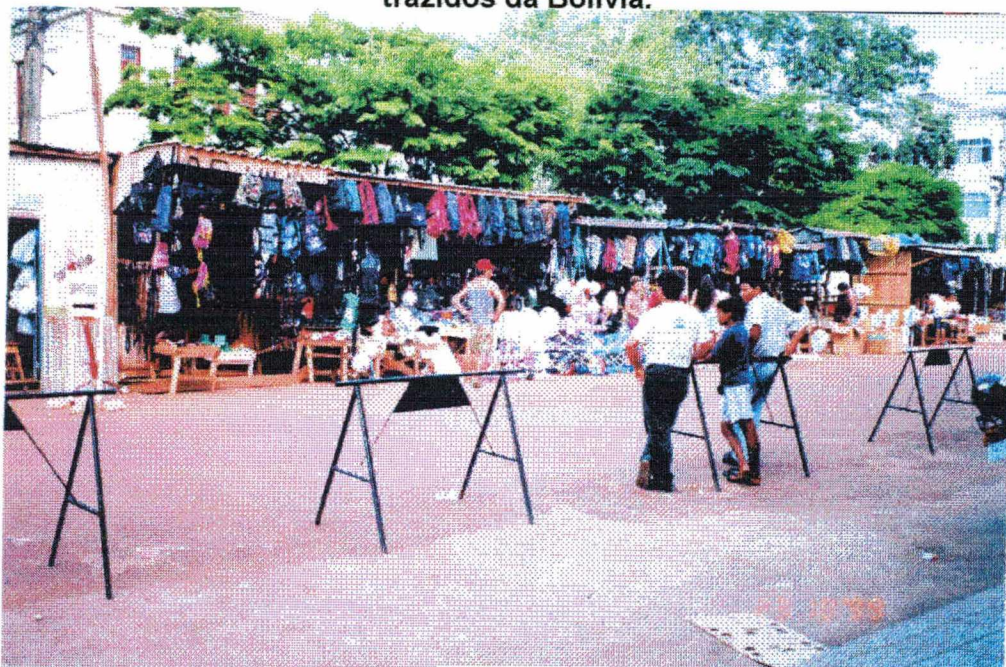


Foto: M. J. Morais em outubro de 1999

Foto 12 - Em segundo plano vê-se o Mercado dos Colonos e em primeiro, barracas do comércio ambulante.



Foto: M. J. Morais em outubro de 1999

Foto 13 - Ponto Fixo do Comércio Informal - os quiosques de lanches no muro do Colégio Estadual Rio Branco



Foto: M. J. Morais em outubro de 1999

Foto 14 - Ponto Fixo do Comércio Informal na Praça Plácido de Castro no Centro da Cidade

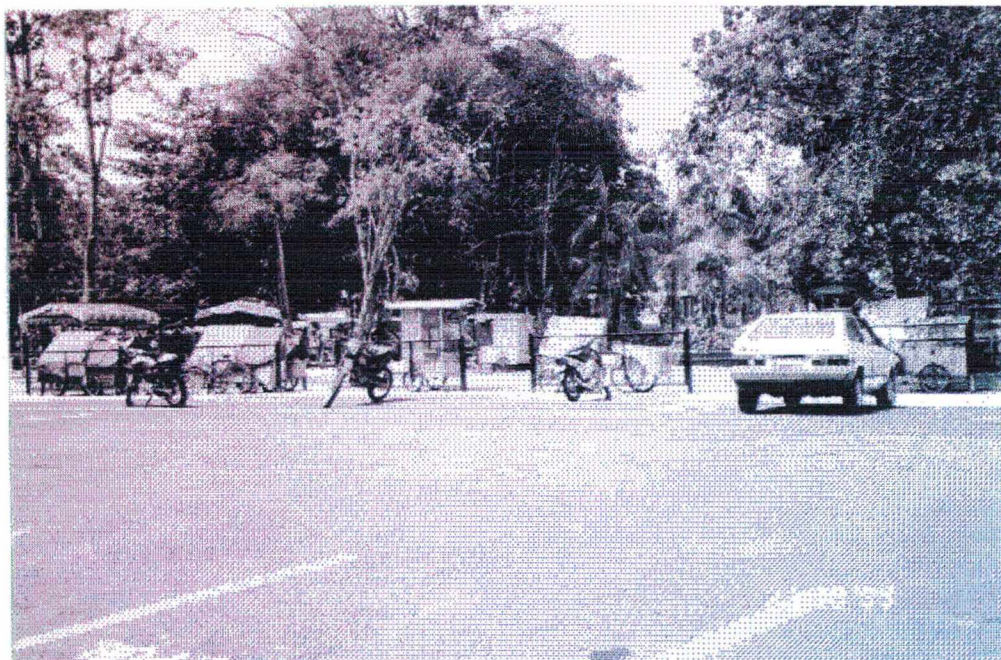


Foto: M. J. Morais em outubro de 1999

Em frente ao Terminal Urbano há dois camelódromos que vendem, principalmente, produtos industriais importados das cidades bolivianas de Cobija e Guayaramirim.

Quanto à mão-de-obra envolvida com o setor informal, segundo o Jornal A Gazeta, de maio de 1999, havia em Rio Branco cerca de 10.000 pessoas trabalhando neste setor.

Com relação ao Emprego Urbano (mercado formal) verifica-se, a partir dos Censos Demográficos que o setor público e atividades sociais são os maiores empregadores. O que se constitui uma característica das cidades amazônicas conforme comprova Machado (1999).

considerações Finais

Considerações Finais

Diante das discussões e análises nos capítulos do presente trabalho, pode-se afirmar que o processo de urbanização da Amazônia, a partir do final dos anos 60, é consequência da apropriação capitalista da fronteira econômica, incentivada e viabilizada pelo Estado.

O Estado impôs na região uma poderosa malha programada de duplo controle (técnico e político), que correspondeu aos programas e projetos governamentais de empresas públicas e privadas.

Em 1967, havia na Amazônia Legal 304 cidades, passando a 499 em 1990. A taxa de urbanização na região, em 1970, era de 37,38%; em 1980 verifica-se 44,9%; em 1991, 55,22%; e 61,05% em 1996, onde percebe-se que a expansão da fronteira resultou, não só no crescimento das já existentes, mas também no surgimento de novas cidades.

O crescimento das cidades e da população urbana é explicado pelo incentivo governamental:

01 - via projetos de colonização, como os que se viabilizaram no Pará, Mato Grosso, Rondônia e Acre;

02 - via grandes projetos agropecuários, como os desenvolvidos em Tocantins, Mato Grosso e Pará;

03 - via fortalecimento da industrialização e/ou comercialização de produtos extrativos minerais, Marabá no sudeste do Pará;

04 - via exploração de ferro em Oriximiná, noroeste do Pará;

05 - via exploração de cassiterita, em Presidente Figueiredo, no Amazonas e nas proximidades de Porto Velho em Rondônia.

As intervenções governamentais também explicam o crescimento dos núcleos urbanos já existentes, como as capitais estaduais (localizadas ao longo da rede fluvial) que acompanharam e testemunham em graus diferenciados as transformações verificadas na região.

Em Rio Branco, a taxa de crescimento urbano não difere das outras capitais estaduais e é consequência da reordenação das atividades econômicas do Estado do Acre, implementada a partir da ação do governo dos militares. Isto é, da substituição do extrativismo da borracha pela agropecuária, que resultou no fluxo migratório para Rio Branco.

A principal transformação verificada neste Estado, em decorrência da “fronteira agropecuária”, foi a transferência das terras acreanas a grupos agropecuaristas do Centro-Sul, favorecida, principalmente, pela crise e endividamento dos seringueiros e pela quebra do monopólio da borracha.

Essa nova situação gerou conflitos entre seringueiros, posseiros, índios e os novos proprietários de terras, e provocou o êxodo rural em duas direções: a das famílias que migraram para a Bolívia, onde continuaram a “cortar seringa”, e outras que seguiram o traçado dos rios e estradas em direção a Rio Branco.

Esta população migrante encontra, ao chegar à cidade de Rio Branco, dificuldades para nela fixar-se e permanecer, em função da sua condição de população excluída, expropriada, e pela incapacidade do mercado de trabalho em absorver tal mão-de-obra, o que leva a população a utilizar-se de várias estratégias de sobrevivência, como as adotadas para morar e trabalhar, explicadas no capítulo 3 e 4.

Para morar ou sobreviver, uma vez que não possuem renda suficiente para comprar ou alugar uma casa, utilizam-se do processo de auto-construção e de invasão-ocupação em áreas públicas, principalmente nas margens do rio Acre, em um primeiro momento. Depois, com a continuidade do movimento migratório campo-cidade, a população vai encontrando nos vazios urbanos um local para erguer suas moradias, resultando na expansão da área construída da cidade, explicitada no aumento do número de bairros, passando de 23 em 1970 para 133 em 1999. *Pari passu* ao aumento do número de bairros ocorreu o crescimento da população residente nos mesmos, conforme apresentado no capítulo 3.

As condições de moradia na periferia são normalmente precárias, com deficiência na infra-estrutura básica (água tratada, luz, pavimentação das ruas) e dos equipamentos de consumo coletivos (escolas, posto de saúde). Esta situação é ainda agravada nos bairros que margeiam o rio Acre, nos locais onde ocorrem as enchentes de verão, com recorrência anual. Este fato contribui para a permanente falta de infra-estrutura devido aos “estragos” agravados a cada nova enchente, e também pelas perdas materiais das residências e da qualidade de vida desta população, que chega a cerca de 70.000 habitantes.

A cidade de Rio Branco amplia-se nas últimas décadas, seja através de loteamentos para atender à demanda da população de maior poder aquisitivo, seja através da construção de conjuntos para a população de baixa renda, que com o tempo (por novo processo de expulsão) vai se deslocando para outras áreas e pelo surgimento dos chamados bairros da população de baixa renda.

Na expansão da área construída houve a intervenção direta do Estado, quando este projetou os conjuntos habitacionais e as instituições públicas. Ao construir os conjuntos, o Estado, sob o discurso de estar resolvendo o problema da falta de moradia para a população de baixa renda, direciona a malha de ocupação urbana.

No que diz respeito ao emprego constata-se que, como tentativa de resolver a falta de emprego e de “modernizar” a estrutura econômica da cidade, foi criado pelo Estado o Distrito Industrial de Rio Branco, como previam as determinações do Plano de Desenvolvimento Urbano da Amazônia. Mas não houve interesse da frente capitalista pela atividade industrial, seja porque não viam lucratividade na atividade (apesar do incentivo ao uso da matéria-prima local), seja porque os incentivos para a agropecuária foram mais tentadores (apesar da baixa participação no Acre neste setor em relação à Amazônia Legal).

Conforme apresentado no capítulo 4, o Distrito Industrial teve pouca atuação sobre o emprego urbano. Ou seja, detém apenas 29,5% de todos

os estabelecimentos industriais da cidade, empregando 21,6% da mão-de-obra utilizada no setor.

E conjuntamente com a atividade comercial destinam-se ao mercado-consumo interno, sem grandes abrangências regionais.

Como contribuição mais efetiva ao estudo do processo de urbanização de Rio Branco, como também do Acre, alguns pontos para futuras pesquisas serão de extrema relevância para o entendimento da questão em pauta. Dentre os mais expressivos, pode-se mencionar, no tocante ao emprego e aos estabelecimentos formais:

01 - investigar a diminuição da mão-de-obra empregada no comércio e indústria, como também o porquê do fechamento de fábricas e lojas comerciais;

02 - investigar sobre o setor informal da economia em Rio Branco: a mão-de-obra envolvida e a história de trabalho anterior.

Ao processo de urbanização de Rio Branco:

01 - Investigar a tendência do crescimento urbano no final da década de 90.

A rede de produção:

01 - O significado/papel dos dez novos municípios no processo de urbanização do Acre;

02 - Investigar a sociedade urbana ou não das cidades acreanas;

03 - Investigar o suporte econômico das cidades acreanas.

Referências Bibliográficas

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Ademir Batista de e LEITE, Manoel Félix Araripe. **Crescimento Urbano e Êxodo Rural: o caso de Rio Branco (1970 – 1991)**. Rio Branco, 1997. Monografia (Especialização em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Acre.
- ALMEIDA NETO, Domingos José de. Casa Própria – Sonho ou Realidade? Uma Proposta de Análise da Política de Habitação Popular no Município de Rio Branco-Ac: tendo o conjunto habitacional Tucumã como estudo de caso. In: **GEOSUL**. Florianópolis, V. 1, n. 1 (1º Semestre 1996): UFSC, 1996
- ALMEIDA, Francisca Célia Martins de. **A Persistência de Morar no Alagado – um problema sócio-econômico? O Bairro Santa Terezinha como estudo de caso**. Rio Branco, 1996. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Acre.
- ANDRADE, Manoel Correia de. **Espaço, Polarização e Desenvolvimento: a teoria dos pólos de desenvolvimento e a realidade nordestina**. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. A Experiência de Planejamento regional no Brasil. In: LAVINAS, L.; CARLEIAL, L. M. F.; NABUCO, M. R. (Coords.) **Reestruturação do espaço Urbano e Regional no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- ATLAS Geográfico Ambiental do Acre**. Rio Branco: Instituto do Meio Ambiente do Acre-IMAC, 1991.
- BECKER, Berta K. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- _____. Redefinindo a Amazônia: o vetor tecno-ecológico. In: CASTRO, I. E. de, GOMES, P. C. da C. e CORRÊA, R. L. **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- _____. Novos Rumos da Política Regional: por um desenvolvimento sustentável da fronteira amazônica. In: _____ e MIRANDA, Mariana. **A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997a.
- _____. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1997b.
- BECKER, Olga Maria Schild. Contribuição ao Estudo da Dimensão Sócio-Econômica na Análise Ambiental: uma experiência na Amazônia Ocidental

Brasileira. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, Ano 53. N 3, jul./set. 1990.

BEZERRA, Maria José et al. (Coord.). **A Cidade de Rio Branco** - a marca de um tempo: história, povo e cultura. Rio Branco: Globo, 1993a.

_____. **Dossiê – Acervo: Guiomard Santos (Acre) – Elevação do Acre à Estado**. Rio Branco: Gráfica Globo, 1993b.

CARDIA, Laís Maretti. **Exclusão Social de Famílias Migrantes: estratégias de sobrevivência urbana**. João Pessoa-PB, 1998. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade Federal da Paraíba.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço e Indústria**. São Paulo: Contexto, 1992.

_____. **A (Re)produção do Espaço Urbano**. São Paulo: USP, 1994.

CALAÇA, Manoel. **Violência e Resistência: o movimento dos seringueiros de Xapuri e a proposta de reserva extrativista**. Rio Claro, 1993. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

CEDEPLAR – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG. **Migrações Internas na Região Norte: o caso do Acre**. Belo Horizonte, UFMG: 1979.

CIGOLINI, Adilar Antônio. **A Fragmentação do Território em Unidades Político-Administrativas: análise da criação de municípios no estado do Paraná**. Florianópolis, 1999. 107 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geociências – UFSC.

CODATO, Adriano Nervo. **Sistema Estatal e Política Econômica no Brasil Pós-64**. São Paulo: Hucitec/ANPOCS/UFPR, 1997.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A Periodização da Rede Urbana da Amazônia**. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, Ano 49. N 3, 1987.

_____. **A Rede Urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COSTA, Íris Barbosa da. **Esplendor e Decadência dos Seringais Acreanos**. In: VALVERDE, O. **A Organização do Espaço na Faixa da Transamazônica**. Rio de Janeiro: IBGE, V. 2, 1989.

- COSTA, João Craveiro. **A Conquista do Deserto Ocidental**: subsídios para a história do Território do Acre. São Paulo: Nacional, 1974.
- CUNHA, Euclides da. **Um Paraíso Perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- DIAS, C. V. Sistema Urbano. In: **Geografia do Brasil**: Região Norte. Rio de Janeiro: IBGE, 1977. V. 1.
- DUARTE, Élio Garcia. **Conflitos pela Terra no Acre**: a resistência dos seringueiros de Xapuri. Rio Branco: Casa da Amazônia, 1987.
- ELETRONORTE. **Hidrelétricas na Amazônia**. Brasília: Ministério das Minas e Energia, 1993.
- ESTADO do Acre. **Conheça o Acre e sua História**. Rio Branco: Seplan, 1974.
- KELLER, Elza Coelho de Souza. População. In: **Geografia do Brasil**: Região Norte. Rio de Janeiro: IBGE, 1977. V. 1.
- FERNANDES, Cláudio Tadeu Cardoso. Território e Poder: a criação de municípios no Brasil após a Constituição de 1988. In: **Espaço e Geografia**. Brasília: Instituto de Geociências Humanas – Universidade de Brasília, 1998.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Geografando nos Varadouros do Mundo (da Territorialidade Seringalista à Territorialidade Seringueira**: do seringal à reserva extrativista). Rio de Janeiro, 1998. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia – UFRJ.
- GOVERNO do Estado do Acre. **II Plano Estadual de Desenvolvimento (1975-1979)**. Rio Branco: 1975.
-
- _____. **Levantamento das Atividades Econômicas Desenvolvidas na Cidade de Rio Branco**. Rio Branco: Secretaria Executiva de Indústria, Comércio e Turismo: 1999.
- GUERRA, Antônio Teixeira. **Estudo Geográfico do Território do Acre**. Rio de Janeiro, IBGE, 1955.
- HARVEY, David. La Teoría de la Renda. In: **Los Límites del Capitalismo y la Teoría Marxista**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- HEBETE, Jean & MOREIRA, Edma Silva. Situação Social das Áreas Rurais Amazônicas. Trabalho apresentado no **Seminário “Populações Amazônicas: tendências recentes e perspectivas”**. FUNDAJ/IESAM. Manaus, set. 1996 (inédito)

- IANNI, Octavio. **Estado e Capitalismo**. 2ª ed. São Paulo: brasiliense, 1989.
- _____. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. Rio de Janeiro, 6 ed. Civilização Brasileira, 1996.
- IBGE. **Censos Demográficos**: mão-de-obra e migração de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e Contagem da População de 1996.
- _____. **Censos Industrial de 1975, 1980 e 1985**.
- _____. **Censo Comercial de 1980 e 1985**.
- _____. **CD – Base de Informação Municipal**. Rio de Janeiro, 1998.
- _____-PMACI I. **Diagnóstico Geoambiental e Sócio-Econômico**: área de influência da Br 364, trecho Porto Velho-Rio Branco. Projeto de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.
- IPEA. **Política Nacional de Desenvolvimento Urbano**: estudos e perspectivas. Brasília: IPEA/IPLAN, 1976.
- IMAC - Instituto de Meio Ambiente do Acre. **Zoneamento Ecológico Econômico- Sócio Economia**. Rio Branco, 2000 (no prelo).
- LEI N 5.173 de 27.10.1966.
- LIMA, Manoel Ferreira. Cidade de Rio Branco. In: **Rio Branco: 104 anos**. Rio Branco: PMRBr, 1986.
- LIMA, Maria do Socorro Bezerra de. **Movimentos de Massa nos Barrancos do Rio Acre e suas Implicações Sócio-econômicas na Área Urbana de Rio Branco/Ac**. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geociências, UFSC.
- LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MACHADO, Lia Osório. **Mitos e Realidades da Amazônia Brasileira**: no contexto geopolítico internacional (1540-1912). Barcelona, 1989. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia Humana– Universitat de Barcelona.
- _____. A Fronteira Agrícola na Amazônia Brasileira. In: **Revista Brasileira de Geografia**. IBGE: Rio de Janeiro, V. 54, n.2, abr./jun. 1992.

- _____. Sistemas "Longes do Equilíbrio". In: **Cadernos IPPUR/UFRJ**. Ano IX, Rio de Janeiro, n.1/4, jan../dez. 1995.
- _____. A Fronteira Agrícola na Amazônia. In: Becker, B., CHRISTOFOLETTI, A., DAVIDOVICH, F. & GEIGER, P. **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec, 1998.
- _____. **Urbanização e Mercado de Trabalho na Amazônia Brasileira**. 1999. Mimeo.
- MAIA, Doralice Sátyro. **O Campo na Cidade**: necessidade e desejo (um estudo sobre subespaços rurais em João Pessoa-Pb). Florianópolis, 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia), UFSC.
- MARTINELLO, Pedro. **A "Batalha da Borracha" na Segunda Guerra Mundial e suas Conseqüências para o Vale Amazônico**. Rio Branco: Cadernos UFAC, 1988. N. 1, 368 p. (Série "C" Estudos e Pesquisa).
- MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 3, V. VI. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- MINISTÉRIO das Minas e Energia. **Projeto Radam Brasil**. 1976.
- MELLO, Mauro Pereira de. A Questão de Limite entre os Estados do Acre, do Amazonas e de Rondônia. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, Ano 52. N 4, 1990.
- MESQUITA, Myriam Guiomar Gomes Coelho de. Rio Branco, Cruzeiro do Sul e a Implantação de Rodovias. In: VALVERDE, O. **A Organização do Espaço na Faixa da Transamazônica**. Rio de Janeiro: IBGE, V. 2, 1989.
- NASCIMENTO, Eloísa Winter. **Rumo da Terra – Rumo da Liberdade**: um estudo dos migrantes rurais do Sul no Estado do Acre. Florianópolis, 1985. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), UFSC.
- NEVES, Ângelo de Moraes e LOPES, Ana Maria Teixeira. A Colonização. In: VALVERDE, O. **A Organização do Espaço na Faixa da Transamazônica**. Rio de Janeiro: IBGE, V. 2, 1989.
- NORONHA, Rudolf de. **Emancipação Municipal**: implicações espaciais da divisão político-administrativa do território fluminense. Rio de Janeiro, 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia), UFRJ.

- OLIVEIRA, A. E. A ocupação humana. In: SALATI, E. **Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia**. São Paulo: Brasiliense, 1983a.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para não Entregar: políticas públicas e Amazônia**. 2 ed. Campinas, S.P.: Papirus, 1991.
-
- _____. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. 5 ed. São Paulo: Papirus, 1995 b.
- OLIVEIRA, José Aldemir de. **Cidades na Selva: urbanização das Amazonas**. São Paulo, 1995a. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia – USP.
- OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de. **O Sertanejo, o Brabo e o Posseiro: os cem anos de andanças da população acreana**. Rio Branco: Rio Branco: Governo do Estado do Acre, 1985.
- OLIVEIRA, Marilda Maia. **A Penetração Capitalista no Acre e o Emprego Industrial Urbano em Rio Branco**. Fortaleza, 1983b. Dissertação (Mestrado em Economia) – CAEN, UFCe.
- PALZA, Sheila Maria Barros. **Fundo Constitucional de Financiamento do Norte: análise de sua aplicação no Acre**. Rio de Janeiro, 1998. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- PANDOLFO, Clara. **A Amazônia: seu grande potencial de recursos naturais e oportunidades de industrialização**. **Boletim Geográfico**, vol. 30, n 221, Rio de Janeiro: 1971.
- PENHA, Raimundo Muniz. **O Distrito Industrial – DIRB – no Contexto Sócio-Ambiental da Cidade de Rio Branco e do Estado do Acre**. Florianópolis, 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia – Departamento de Geociências, UFSC).
- PEREIRA, Renato Barbosa Rodrigues. **O Barão do Rio Branco e o Traçado das fronteiras do Brasil**. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, Ano VII. Nº 2, abril-junho de 1945.
- PINTAUDI, Silvana Maria. **A Cidade e as Formas do Comércio**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.
- PREFEITURA Municipal de Rio Branco. **1º Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano**. Rio Branco: PMRBr, 1986.

Comissão Municipal de Defesa Civil.

Rio Branco, 1993.

Planta da Cidade de Rio Branco. 1995.

RANCY, Cleusa Maria Damo. **Raízes do Acre (1870-1912)**. Rio Branco, M. M. Paim: 1992.

RÊGO, José Fernandes do. **Estado Capitalista e Políticas Públicas: Estado brasileiro, processo de ocupação capitalista e extrativismo de borracha na Amazônia**. Campina Grande, 1992. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade Federal da Paraíba.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **Dos Cortiços aos Condomínios Fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

RIBEIRO, Miguel Ângelo Campos. Antigo e o Novo na Rede Viária do Sudoeste Amazonense e Oeste Acreano e suas Implicações Ambientais. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, Ano 56. N 1/4, 1994.

A Complexidade da Rede Urbana Amazônica: três dimensões de análise. Rio de Janeiro, 1998. Tese (Doutorado em Geografia). UFRJ. V. 1.

RIO Branco: vista área parcial com Rio Acre. Rio Branco: Vandir Zulffo Ruenda. Postal Color.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas Cidades Brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1991.

SANTANA, Márcia de Alencar. **Planejamento Regional e Desenvolvimento: a SUDAM e a produção do espaço de Conceição do Araguaia-Pará**. Florianópolis, 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFSC.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

Por uma Economia Política da Cidade. São Paulo: Hucitec-EDUC, 1994.

SCHAFFER, Neiva Otero. **Urbanização na Fronteira: expansão de Sant'ana do Livramento-RS**. Porto Alegre: UFRGS/Prefeitura Municipal de Sant'ana do Livramento, 1993.

- _____. Comércio de Rua na Fronteira: nova dimensão de uma prática tradicional. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, Ano 56. N 1/4, 1994.
- SENADO Federal. **II Encontro de Estudos e Debates: o II PND e os Programas de Desenvolvimento Regional do Acre**. Rio Branco: 1975.
- SILVA, José Borzachiello. **Os Incomodados não se Retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza**. Fortaleza: Multigraf, 1992.
- SILVA, José Porfiro da. **Preservação e Sutileza: a política de desenvolvimento do governo do Acre (1987-1990)**. Rio de Janeiro, 1998. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- SILVA, Renato Nunes da. **Evolução Histórica da Cidade de Rio Branco**. In: **Rio Branco: 104 anos**. Rio Branco: PMRBr, 1986.
- SILVA, Sílvio Simione da. **A Fronteira Agropecuária Acreana**. Presidente Prudente, 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista.
- SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. 14 ed. São Paulo: Contexto, 1998a.
- _____. **Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998b.
- SPÓSITO, Eliseo Savério. **A Vida nas Cidades**. São Paulo: Contexto, 1994.
- SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Espaços Urbanos: territorialidades e representações**. In: SPÓSITO, Eliseo Savério (org.). **Dinâmica Econômica, Poder e Novas Territorialidades**. Presidente Prudente: UNESP-GASPERR, 1999.
- SOUZA, Adriana Elizabete. **Franchising: sua importância para o crescimento econômico**. Rio Branco, 1996. Monografia (Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Acre.
- SUDAM. **Política de Desenvolvimento Urbano da Amazônia**. Rio de Janeiro, 1976.
- _____. **SUDAM ano 15**. Belém, 1982.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. **Agentes, Redes e Territorialidades Urbanas**. In: **Território**. Rio de Janeiro: Garamond - LAGET/UFRJ. Ano III, n 5 (jul/dez), 1998.

VARADOURO. **Posseiros Urbanos**. Rio Branco, março de 1979.

VARADOURO. **Vila Capixaba**. Rio Branco, junho de 1979.

VARADOURO. **Bahia à Margem da Cidade**. Rio Branco, agosto 1978.

VARADOURO. **Bairros Lutam para sair da Miséria**. Rio Branco, abril 1981.

VESENTINI, José William. **A Capital da Geopolítica**. São Paulo, Ática: 1987.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Marias, Franciscas e Raimundas: uma história das mulheres da floresta Alto Juruá, Acre 1870-1945**. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo.

Anexos

Anexo 01

Amazônia Legal: taxa de urbanização

Unidades da Federação	1970	1980	1991	1996
BRASIL	55,92	67,59	75,59	78,36
AMAZÔNIA LEGAL	37,38	44,91	55,22	61,05
Acre	27,55	43,87	61,89	65,2
Amapá	54,61	59,19	80,9	87,12
Amazonas	42,48	59,9	71,45	73,92
Maranhão	25,13	31,41	40,01	51,92
Mato Grosso	42,84	57,52	73,26	75,84
Pará	47,16	48,99	52,45	53,51
Rondônia	53,63	46,54	58,21	61,97
Roraima	42,76	61,56	64,72	70,5
Tocantins			57,69	70,66

Fonte: IBGE: site da SUDAM www.sudam.com.br

Anexo 02

ACRE Fundo de Participação dos Municípios

Municípios	Valor Repassado	Percentual
Acrelândia	630	1,299049
Assis Brasil	630	1,299049
Brasiléia	1.469	3,029053
Bujari	630	1,299049
Capixaba	630	1,299049
Cruzeiro do Sul	2.728	5,62509
Epitaciolândia	630	1,299049
Feijó	1.469	3,029053
Jordão	630	1,299049
Mâncio Lima	630	1,299049
Manoel Urbano	630	1,299049
Marechal Thaumaturgo	630	1,299049
Plácido de Castro	1.469	3,029053
Porto Acre	630	1,299049
Porto Walter	630	1,299049
Rio Branco	27.716	57,14993
Rodrigues Alves	630	1,299049
Santa Rosa do Purus	630	1,299049
Sena Madureira	1.469	3,029053
Senador Guiomard	1.049	2,16302
Tarauacá	1.679	3,46207
Xapuri	1.259	2,596037
Total	48.497	100

Fonte: IBGE-CD Base de Informações Municipais, 1996

Anexo 03

ACRE: número de empresas e mão-de-obra empregada, por município - 1999

	Comércio		Indústria		Serviços	
	N. empres	Mão-de-ob	N. empres	Mão-de-ob	N. empres	Mão-de-obra
Acrelândia	14	22	2	7		
Assis Bras	25	25	4	4	3	6
Brasiléia	118	166	11	46	19	95
Bujari	8	9	1	3	2	4
Capixaba	9	29	1	2	3	17
Cruzeiro de	170	538	30	303	61	317
Epitaciolân	60	100	7	42	20	27
Feijó	61	118	6	20	7	19
Mâncio Lin	7	12			1	1
Manuel Ur	34	35	9	9	4	8
Plácido de	82	126	11	93	19	48
Porto Acre	33	1	2	15	2	
Rio Branco	1.156	5.120	228	3.147	374	3.625
Santa Rosa	5	11			1	4
Senador G	59	117	9	57	16	43
Sena Madu	89	194	7	46	12	62
Tarauacá	58	145	8	40	12	58
Xapuri	70	89	10	75	19	39
Total	2058	6857	346	3909	575	4373

Fonte: IMAC - ZEE/Ac - Sócio-economia, 1999.

Anexo 04

Acre: população urbana e rural						
Municípios	1960		1970		1980	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Acrelândia						
Assis Brasil					326	1.041
Brasiléia	1.852	8.683	2.676	9.635	4.872	9.236
Bujari						
Capixaba						
Cruzeiro do Sul	5.766	25.873	9.575	34.009	11.937	39.223
Epitaciolândia						
Feijó	1.628	12.462	2.168	13.600	4.358	15.515
Jordão						
Mâncio Lima					1.452	5.971
Manoel Urbano					793	5.400
Marechal Thaumaturgo						
Plácido de Castro					1.709	7.795
Porto Acre						
Porto Walter						
Rio Branco	18.006	29.725	35.581	48.399	89.993	29.822
Rodrigues Alves						
Sta. Rosa do Purus						
Sena Madureira	2.196	20.290	3.591	18.859	6.861	17.003
Senador Guiomard					3.051	6.740
Tarauacá	2.409	17.778	3.845	20.017	7.073	21.691
Xapuri	2.000	11.382	1.874	11.453	3.329	11.702
TOTAL	33.857	126.193	59310	155972	135754	171139

Municípios	1991		1996	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Acrelândia			1.895	4.413
Assis Brasil	1.616	1.301	1.857	1.061
Brasiléia	11.557	8.606	7.290	6.665
Bujari			1.111	2.990
Capixaba			898	1.914
Cruzeiro do Sul	27.854	38.749	32.659	24.046
Epitaciolândia			5.603	3.652
Feijó	7.151	10.518	9.744	12.398
Jordão			548	3.429
Mâncio Lima	3.575	6.642	4.708	3.991
Manoel Urbano	2.446	2.426	2.873	2.647
Marechal Thaumaturgo			499	7.882
Plácido de Castro	4.323	11.203	3.867	8.234
Porto Acre			868	7.458
Porto Walter			1.150	4.120
Rio Branco	168.679	28.697	201.347	27.510
Rodrigues Alves			1.854	6.647
Sta. Rosa do Purus			327	1.306
Sena Madureira	10.369	13.788	12.310	11.020
Senador Guiomard	6.303	11.186	6.452	7.828
Tarauacá	9.566	18.093	11.386	12.329
Xapuri	5.072	7.294	6.160	6.556
TOTAL	258511	158503	315.406	168.096

Fonte: IBGE - Censos Demográficos

Anexo 05

Acre: Empresas por setor, segundo o município, no ano de 1999

Município	Comércio	Indústria	Serviços	Total
Acrelândia	14	2		16
Assis Brasil	25	4	3	32
Brasiléia	118	12	19	149
Bujari	8	1	2	11
Capixaba	9	1	3	13
Cruzeiro do Sul	170	32	61	263
Epitaciolândia	60	7	20	87
Feijó	61	6	7	74
Mâncio Lima	7	1	1	9
Manuel Urbano	34	9	4	47
Plácido de Castro	82	11	19	112
Porto Acre	3	2	2	7
Rio Branco	1156	239	380	1775
Santa Rosa do Purus	5		1	6
Sena Madureira	89	7	12	108
Senador Guiomard	59	11	16	86
Tarauacá	58	9	12	79
Xapuri	70	10	19	99

Fonte: Sebrae-Ac

Anexo 06

Rio Branco: ramos e estabelecimentos comerciais em 1980 e 1985

	1980	1985
Alimentos, Bebidas e Fumo	1244	1404
Produtos Farm., Odont. e Veterinários	56	72
Tecidos, Vestuário e Armário	153	204
Maq. Ap. Elet. e Eletrônicos e Ferragens	132	106
Veículos e Peças	23	35
Combustíveis e Lubrificantes	19	16
Papel, Editorial e Gráfica	15	15
Mercearia em geral	10	10
Produtos Extrativos	3	41
Diversos	29	67
Total	1684	1970

Fonte: IBGE-Censos Comerciais

Anexo 07

Rio Branco: estabelecimentos comerciais por bairros	
Bairros	Número de Estabelecimentos
Base	86
Cadeia Velha	50
Centro	660
Areial	19
Belo Jardim	16
Cidade Nova	82
Corrente	24
Dom Moacyr, Alber Sampaio	23
Quinze	93
Santa Inês	88
Taquari	70
Triângulo	56
Vila Acre	28
Aviário	14
Baixa da Colina	5
Cerâmica e Capoeira	14
Habitasa	16
Tropical	26
Bosque	248
José Augusto	35
Estação Experimental	189
Manoel Julião	24
Tangará e Dorca Furtado	12
Conquista	51
Geraldo Fleming	20
Nova Estação	67
Vila Ivonete	47
Aeroporto Velho	22
Airton Sena	34
Bahia	45
João Eduardo	67
L.B.A.	23
Palheiral	19
Sobral	114
Abrahão Aiab	38
Bela Vista	15
Calafate	60
Defesa Civil	11
Esperança	76
Ivete Vargas	39
Floresta	72
Nova Esperança	34
Preventório	33
Distrito Industrial	39
Jardim Primavera	11
Rui Lino	28
Tucumã	45
Universitário	39
Adalberto Sena	14
Alto Alegre	29

Boa União	39
Boa Vista	12
Chico Mendes	8
Jorge Lavocat	8
Montanhês	7
Oscar Passos	9
Placas	37
Raimundo Melo	19
São Francisco	52
Tancredo Neves	71
Vitória	27
Wanderley Dantas	17
TOTAL	3276

Fonte: Governo do Estado do Acre, 1999

Anexo 08

Rio Branco - atividade industrial			
Ramos dos Estabelecimentos	1975	1980	1985
Extração de Minerais	1	1	1
Transf de Prod. Minerais não Met	10	135	131
Metarlúgica e Mecânica	3	13	9
Madeira e Mobiliário	8	27	35
Borracha	1	9	8
Prod. Alimetares	21	26	27
Editorial e Gráfica	4	8	7
Vest., Calç.,e Artef. de Tecidos	0	7	7
Diversas	1	3	2
TOTAL	49	229	227

Fonte: IBGE - Censos Industrial

Anexo 09

Rio Branco: estabelecimentos econômicos por atividades em 1999

Atividade Industrial

Ramos dos Estabelecimentos	N. Empresas
Trabalhos em Pedras	4
Material Cerâmico	11
Cimento, Gesso e Amianto	7
Art. de Ferro	2
Fabr. Tanques	15
Madeira	18
Móveis	39
B. Borracha	1
Sabões e detergentes	4
Plásticos	1
Roupas	11
Al. Orig. vegetal	17
Prep. Alim. Conservas	6
Ab. Animais	3
Pr. Leite	4
Massas, pães	41
Bebidas	7
Jornal e livro	14
Gráfica	8
P. Preciosas	2
Art. diversos	2
Construção Civil	32
TOTAL	249

Fonte: SEBRAE-Ac

Anexo 11

Rio Branco: estabelecimentos econômicos por atividades em 1999

Atividade dos Serviço

Ramos dos Estabelecimentos	N. Empresas
Alojamento	21
Alimentação	93
Reparação, Man. e Instalação	90
Pessoais	16
Rádiodifusão e Televisão	7
Diversos	17
Auxiliar do Comércio	3
Auxiliar dos Transportes	20
Aux. Higiene e limpeza	2
Aux. Empresas e Pessoas	49
Médico Hospitalar	17
Odontológicos	2
Administração e Locação Imóveis	13
Crédito	12
Ens. Regular	22
Cursos Livres	11
TOTAL	395

Fonte: SEBRAE-Ac

Anexo 10

Rio Branco: setores das atividades da população economicamente ativa - 1970 a 1996

	Agricultura	Indústria	Comércio	Prest. Ser	Transporte	At. Sociais	Administra	Outras
1970	14.806	2.585	1.726	1.742	1.182	1.908	2.463	731
1980	10.075	5.717	4.241	6.271	1.804	4.818	4.900	1.514
1991	9.899	11.691	10.451	14.778	2.934	9.658	11.861	1.671
1996	1.111	5.071	7.612	4.244	2.037	19.267	12.788	1.737

Fonte: IBGE-Censos Demográficos (1970 a 1991), IBGE-CD BIM (1996)